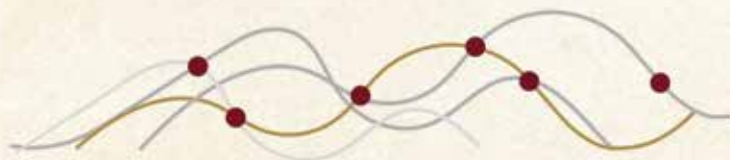


Poli 40 Anos



2.0 - OBJETIVO

O POLITÉCNICO DA SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO DESEJA VIDADES DE ENSINO A NÍVEL DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAU, DE PESQUISA E DE EXTENSÃO, NA ÁREA DA SAÚDE, RELACIONADAS DIRETAMENTE ÀS FINALIDADES DA FIOCRUZ.

1.0 - PROPOSITO

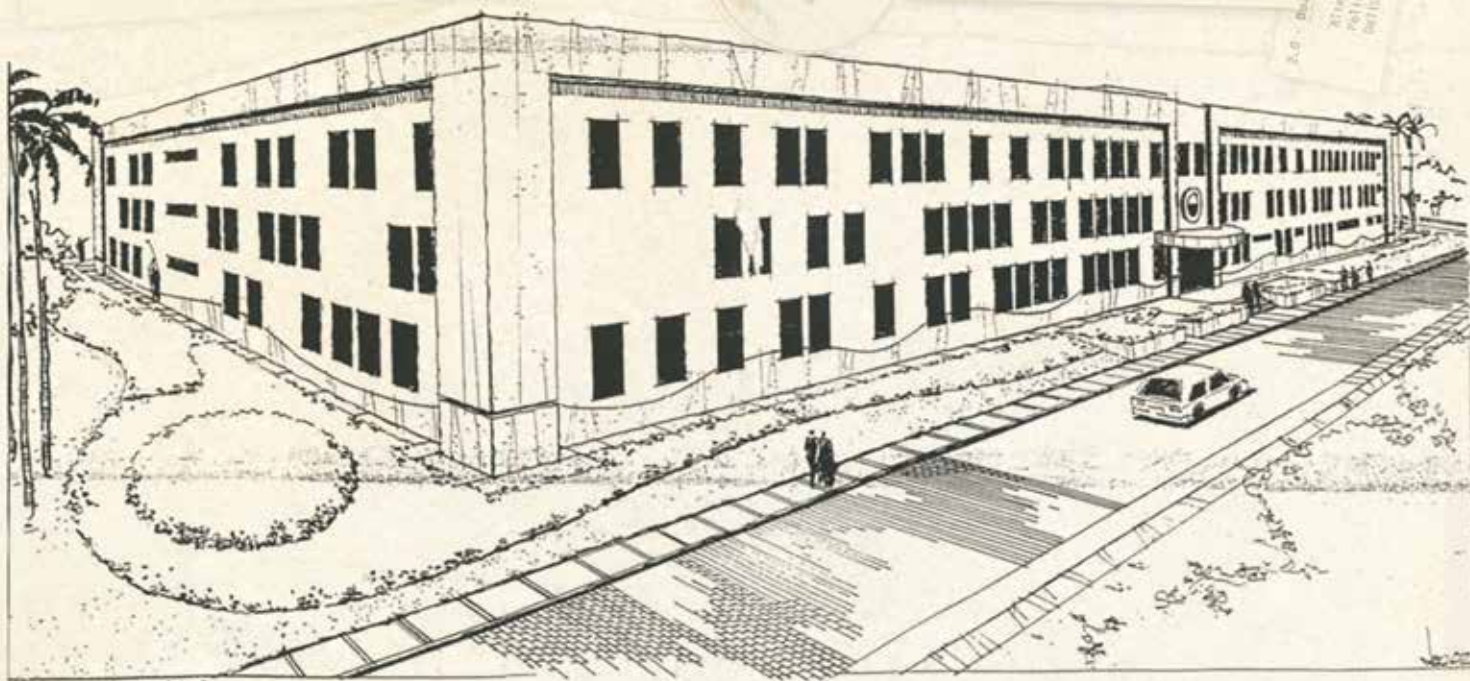
CONSTITUIR O POLITÉCNICO DA SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO COMO UNIDADE TÉCNICO-CIENTÍFICA DA FIOCRUZ, POR DECISÃO UNÂNIME DO CONSELHO DELIBERATIVO.

INFORMAÇÃO
POLITÉCNICA



2.0 - OBJETIVO

Atuar o nome do Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, como unidade técnico-científica da FioCruz, em 09 de agosto de 1999, após aprovação do Conselho Deliberativo.



Poli 40 Anos

Memórias e Lutas do Centro de
Referência Nacional e Internacional em
Educação Profissional em Saúde



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO



FIOCRUZ



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Presidente

Mario Moreira

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE

JOAQUIM VENÂNCIO

Diretora

Anamaria D'Andrea Corbo

Vice-Diretora de Ensino e Informação

Márcia Valéria Morosini

Vice-Diretora de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

Angélica Fonseca

Coletivo de Gestão e Desenvolvimento Institucional

Adriana da Silva Ricão

Alexandre Moreno Azevedo

Geandro Ferreira Pinheiro

CONSELHO DE POLÍTICA EDITORIAL

Ana Cristina Gonçalves Vaz Dos Reis

Daniel Santos Souza (coordenador adjunto)

Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão

Helena Maria Scherlowski Leal David

Isabela Cabral Félix de Sousa

José Victor Regada Luiz

Luíz Mauricio Baldacci (coordenador)

Marcela Pronko

Maria Teresa Cavalcanti de Oliveira

Paulo Cesar De Castro Ribeiro

“Poli 40 anos: Memórias e Lutas do Centro de Referência Nacional e Internacional em Educação Profissional em Saúde”

Ficha técnica – Catálogo e Exposição

Concepção e Curadoria

Júlio Lima

Organização

Alice Barboza

Júlio Lima

Vander Borges

Realização

Escola Politécnica de Saúde

Joaquim Venâncio - EPSJV

Expografia e Design

Alice Barboza

Júlio Lima

Vander Borges

Museologia

Alice Barboza

Pesquisa de Imagens

Alice Barboza

Júlio Lima

Vander Borges

Revisão e Preparação de Originais

Glória Regina Carvalho

Normalização de Referências

Marluce Maciel Gomes Antelo

Projeto Gráfico e Diagramação

José Luíz Fonseca Jr.

Vander Borges

Projeto de Educação Museal

COORDENADOR

Phelipe Rezende

Educadores

Mariana Marconsin

Nathália Santos

Elaine Antunes

Produção de Dados

Júlio Lima

Manipulação e Plotagem de Dados

João Gabriel R. P. Leal

Roteiro dos Vídeos

Gregório Galvão de Albuquerque

Júlio Lima

Pedro Gorender

Digitalização e Tratamento das Imagens

Alice Barboza

Hugo Rodrigues Marins

Paulo Ricardo Siqueira - COC

Vander Borges

Arte do Material de Divulgação

Vander Borges

Cenografia

Pedro Sol

Pintura de Mural nos Contêineres

Sofia Rocha

Produção Gráfica

Imprimindo Conhecimento

Acervos

André Malhão

Agência Brasil

Arquivo Nacional

Associação de Doulas do Rio de Janeiro -
ADOULASRJ

Augusto César Ferreira

Biblioteca Emília Bustamante – *EPSJV*

Câmara dos Deputados

Carlos Latuff

Casa de Oswaldo Cruz – *COC*

Central Única dos Trabalhadores – *CUT*

Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – *CEBES*

Coordenação da Pós-graduação – *EPSJV*

Família Deputado Federal Octávio Elísio

Família Ernani Diniz Lucas - Nani

Família Henrique de Souza Filho - Henfil

Família Joaquim Venâncio

Instituto Moreira Sales – *IMS*

Gregório Galvão de Albuquerque

Júlio Lima

Laboratório de Iniciação Científica na Educação
Básica - *Lic-PROVOC EPSJV*

Laboratório de Educação Profissional em
Técnicas Laboratoriais em Saúde - *Latec EPSJV*

Laboratório de Educação Profissional em
Manutenção de Equipamentos de Saúde -
Labman EPSJV

Luis Cláudio Bernardo Collacio

Manoel Caetano Mayrink

Movimento dos Atingidos por
Barragens – *MAB*

Movimento dos Pequenos
Agricultores – *MPA*

Movimento dos Trabalhadores
Rurais Sem Terra – *MST*

Núcleo de Tecnologias Educacionais - *EPSJV*

Paulo César de Castro Ribeiro

Radis Comunicação e Saúde - *ENSP*

Revista Poli – *EPSJV*

Revista RET-SUS – *EPSJV*

Seção de Arquivo – *EPSJV*

Seção de Patrimônio – *EPSJV*

Secretaria Escolar - *EPSJV*

Sindicato dos Servidores de Ciência,
Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde
Pública - *Asfoc-SN*

Comitê Consultivo
Memória Institucional

André Malhão
Angélica Ferreira Fonseca
Cristiane Nogueira Braga Percini
Ialê Falleiros Braga
Marta Gomes da Fonseca Ribeiro
Renata Reis

Agradecimentos

Anderson Boanafina (*Laboratório do Trabalho e da Educação Profissional em Saúde - Lateps*)
André Vianna Dantas (*Laboratório de Formação Geral e Educação Profissional em Saúde – Labform*)
Associação de Doulas do Rio de Janeiro – ADOULASRJ
Carlos Batistella (*Cooperação Internacional*)
Carlos Latuff
Casa de Oswaldo Cruz – COC
Central Única dos Trabalhadores – CUT
Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – CEBES
Cristina Britto
Daniela Mattos (*Laboratório de Formação Geral e Educação Profissional em Saúde – Labform*)
Danilo Lucas
Grêmio Estudantil
Helena Vieira (*Laboratório de Formação*

Geral e Educação Profissional em Saúde - Labform)

Instituto Moreira Sales – IMS

Ivan de Souza

Manoel Caetano Mayrink

Mauricio Monken (*Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde - Lavsa*)

Monica Vieira (Vice-Diretora de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico - gestão 2021-2025 - EPSJV)

Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB

Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

Radis Comunicação e Saúde - ENSP

Reinaldo Souza (*Laboratório de Formação Geral e Educação Profissional em Saúde - Labform*)

Sérgio Munck (*Laboratório de Educação Profissional em Informações e Registros de Saúde – LIRES*)

Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - Asfoc-SN

e a todas as pessoas que cederam imagens, compartilharam lembranças e histórias.



Copyright © 2025 dos autores.



“Atribuição não comercial (CC BY-NC): Essa licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir da obra para fins não comerciais, e, embora obras derivadas tenham de atribuir o devido crédito de autoria e não possam ser usadas para fins comerciais, os usuários não são obrigados a licenciar as obras derivadas sob os mesmos termos.” Licença disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt-br>.

Direitos desta edição reservados à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/ Fundação Oswaldo Cruz, nos termos da licença Creative Commons aqui utilizada e em consonância com Política de Acesso Aberto ao Conhecimento na Fiocruz, disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/portaria_-_politica_de_acesso_aberto_ao_conhecimento_na_fiocruz.pdf.

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

Catálogo na Fonte
Biblioteca Emília Bustamante
Renata Azeredo CRB-7 5207

L732p Lima, Júlio César França (Org.)
 Poli 40 anos: memórias e lutas do centro de
 referência nacional e internacional em educação
 profissional em saúde / Organização de Júlio César
 França Lima, Alice Barboza e Vander Borges. - Rio de
 Janeiro: EPSJV, 2025.

198 p.

ISBN: 978-85-5457-023-1

1. Educação Profissional - História.
2. Habilitação Profissional 3. Educação. 4. Saúde.
I. Barboza, Alice (Org.). II. Borges, Vander (Org.).
III. Título.

CDD 370.113

Apresentação

Tempo de Lutas Contra-hegemônicas (1980)

Democracia, Saúde e Educação
nos anos 1980 --- **19**

Saúde não é mercadoria --- **28**

A Educação na Saúde --- **34**

Tempo de Construção (1985-2004)

Politécnico da Saúde: uma utopia em
construção sob inspiração do movimento
sanitário --- **45**

Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio:
a alucinação se torna realidade --- **51**

Escola Politécnica de Saúde: enfrentando
a realidade rebelde --- **61**

EPSJV: Unidade Técnico-Científica da
Fiocruz e Escola Técnica Federal --- **67**

A Fiocruz e a EPSJV na contramão da
Reforma do Estado --- **82**

A disputa de sentidos no ensino médio e
na educação profissional em saúde --- **85**

A EPSJV reposiciona sua atuação em
âmbito nacional e internacional --- **88**

A educação profissional em saúde no
novo contexto político: ampliando os
espaços de atuação da EPSJV --- **91**

Tempo de Consolidação (2005-2025)

A EPSJV como Centro de Referência
Nacional e Internacional em Educação
Profissional em Saúde --- **107**

Cooperação Internacional --- **112**

Rede de Escolas Técnicas do Sistema
Único de Saúde (RET-SUS) --- **125**

Pós-graduação *lato sensu* e *stricto
sensu* em Educação Profissional
em Saúde --- **129**

A criação dos Observatórios dos
Técnicos em Saúde e da Juventude,
Ciência & Tecnologia --- **137**

O avanço da pesquisa na EPSJV --- **140**

O ensino na EPSJV: o processo de
nacionalização e internacionalização
de cursos e parcerias com movimentos
sociais e sindicais --- **150**

Publicações Institucionais --- **178**

Tempo Futuro --- 191

Minibiografias das diretoras e diretores da EPSJV --- 192





Foto: Erika Farias - Mural Joaquim Venâncio. Negro Muro. 2024 [Acervo EPSJV]

Apresentação

O Poli ou A Poli? Não há certo ou errado, ambos estão corretos. Para aqueles da geração inicial ou fundadores, o substantivo masculino representava o Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio (PSJV). Mas, o substantivo feminino o superou desde que o Poli deu lugar à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV). A exposição **“Poli 40 anos: Memórias e Lutas do Centro de Referência Nacional e Internacional em Educação Profissional em Saúde”** conta um pouco dessa história feita de utopia, rebeldia, ousadia, determinação, democracia e participação. Elaborada como parte das comemorações dos 40 anos da Escola, a exposição está organizada em quatro núcleos, aqui denominados “Tempos”, que contam diferentes momentos dessa história: o “Tempo de Lutas Contra- hegemônicas” na década de 1980; o “Tempo de Construção” de 1985 até 2004; o “Tempo de Consolidação”, de 2005 a 2025; e o “Tempo Futuro” de 2025 em diante.

Essa exposição marca o desenvolvimento de um projeto de preservação e salvaguarda das memórias da EPSJV, que buscou identificar os pontos de memória do Poli, tratar, organizar e disponibilizar os acervos que subsidiam a comemoração dos 40 anos. Essa iniciativa é o embrião de um futuro Centro de Memória Trabalho, Educação e Saúde, que se propõe a evidenciar a potência desse campo de saberes e práticas através da recuperação da história e memória, preservação de acervos, patrimônio cultural e divulgação de conhecimento em educação profissional em saúde entre gestores, docentes, discentes e trabalhadores e trabalhadoras da saúde.

Essas ações se associam à Política de Memória Institucional da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), aprovada em 2019, que se “propõe a orientar as iniciativas que visem a recuperar, registrar, valorizar e difundir a memória da instituição” (Fundação Oswaldo Cruz, 2020, p. 8), e de suas unidades técnico-científicas e administrativas.

A EPSJV, como referência nacional e internacional no campo da Educação Profissional em Saúde, é fonte histórica de construção de conhecimentos e deve assumir a responsabilidade de cuidar do passado como caminho de fortalecimento do futuro na área Trabalho, Educação e Saúde. As lutas e os desafios vivenciados nessa área, podem incentivar o inte-

resse da sociedade pelas trajetórias individuais e institucionais, bem como dos movimentos sociais e sindicais que contribuíram na construção desse campo de investigação e atuação estratégica na constituição da saúde pública brasileira e do Sistema Único de Saúde (SUS). O contexto da pandemia evidenciou a importância de reverenciarmos nossa história, reconhecermos e valorizarmos os trabalhadores e trabalhadoras da saúde, a formação profissional e a produção de conhecimento científico para o enfrentamento das crises sanitárias e para a construção de futuros mais dignos de trabalho, educação e saúde.

O primeiro núcleo da exposição – **‘Tempo de Lutas Contra-hegemônicas’**, trata do contexto político e social de criação da Escola. Criado em 1985, o PSJV é resultado da utopia e da luta dos profissionais de saúde e educação que acreditavam em outro tipo de formação técnica das trabalhadoras e trabalhadores da saúde. O momento histórico foi marcado por mudanças políticas intensas com o fim da ditadura civil-militar e a abertura política que possibilitou a ampliação das discussões sobre os direitos sociais, incluindo o direito à saúde e educação, e o fortalecimento dos movimentos sociais e sindicais.

O núcleo **‘Tempo de Construção’** mergulha na utopia da Educação Politécnica, que a partir da criação da Escola e do Curso Técnico de Segundo Grau (CTSG) começa a ser construída materialmente. Neste núcleo, abordam-se seus passos iniciais, como o ensino supletivo voltado para trabalhadores sem ensino fundamental ou analfabetos da Fiocruz; o curso de Agentes de Saúde, conhecido atualmente como curso de Agentes Comunitários de Saúde, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ); o Projeto Fazendo e Aprendendo que resgatava a relação mestre-aprendiz e o compromisso com os segmentos populares representados pelos estudantes das escolas fundamentais de Manguinhos; a criação do curso técnico de Registros Médicos e Estatísticas de Saúde, atual curso técnico de Registros e Informações em Saúde; o Programa de Vocação Científica (PROVOC), uma iniciativa inédita de iniciação científica no nível médio de ensino; e a organização do CTSG, atual nível médio de ensino, com base no conceito de Politecnia ou do Trabalho como Princípio Educativo. Finalmente, por meio de documentos institucionais, fotos e objetos, abordam-se as diversas (re)estruturações da Escola no período. A ideia é apresentar a construção da EPSJV tal como a conhecemos hoje.

No **‘Tempo de Consolidação’** se verifica outra trajetória da Escola a partir dos alicerces construídos. Depois de estabelecida, a EPSJV começa a se consolidar como Centro de Referência Nacional e Internacional em Educação Profissional em Saúde. Não cabendo

mais em sua antiga sede, precisa construir um novo prédio que suporte todas as equipes, sua atuação e expansão. Assim são criados e se fortalecem o Observatório dos Técnicos em Saúde (OTS), a Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (RET-SUS), a Revista Poli, a Revista Trabalho, Educação, Saúde (TES), é designada como Centro Colaborador da OMS e passa a coordenar a Rede de Escolas Técnicas de Saúde da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (RETS-CPLP), a Rede de Escolas Técnicas da União de Nações Sul-Americanas (RETS-Unasul) e a Rede Ibero-Americana de Educação de Técnicos em Saúde (Riets), bem como cria a Rede PROVOC Luiz Fernando da Rocha Ferreira da Silva de Iniciação Científica no nível médio de ensino. Com esse lastro, as missões internacionais se intensificam, os cursos se expandem a nível nacional e internacional, desenvolvem-se cursos em parceria com movimentos sociais e sindicais, as pesquisas na área de Educação Profissional em Saúde se ampliam e se inaugura a pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* na área, entre outros eventos importantes para a sua consolidação.

No **‘Tempo Futuro’**, a pergunta central é: Qual é o futuro da EPSJV? As evidências demonstram que ele já está sendo construído. Os desafios são enormes, considerando que estamos vivendo tempos de interseccionalidade, que envolve questões de gênero, racismo e classe social, tempos de crise climática, tempos de inteligência artificial e de desigualdades sociais que não foram superadas, em vez disso, se mantém.

Nesta exposição os visitantes poderão escrever e tecer os fios do futuro da EPSJV. Esperamos que todos aproveitem e que ela sirva não só para resgatar o passado e as mudanças que se processaram nesses 40 anos, mas que inspire movimentos futuros que fortaleçam a tríade Trabalho, Educação e Saúde.

Referência

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Política de memória institucional da Fiocruz. Rio de Janeiro: Fiocruz: COC, 2020. 60p.



1

TEMPO DE LUTAS
CONTRA-HEGEMÔNICAS
1980



Foto: Evandro Teixeira, 1968. [Acervo do Instituto Moreira Salles]

Tempo de Lutas Contra-hegemônicas Anos 1980

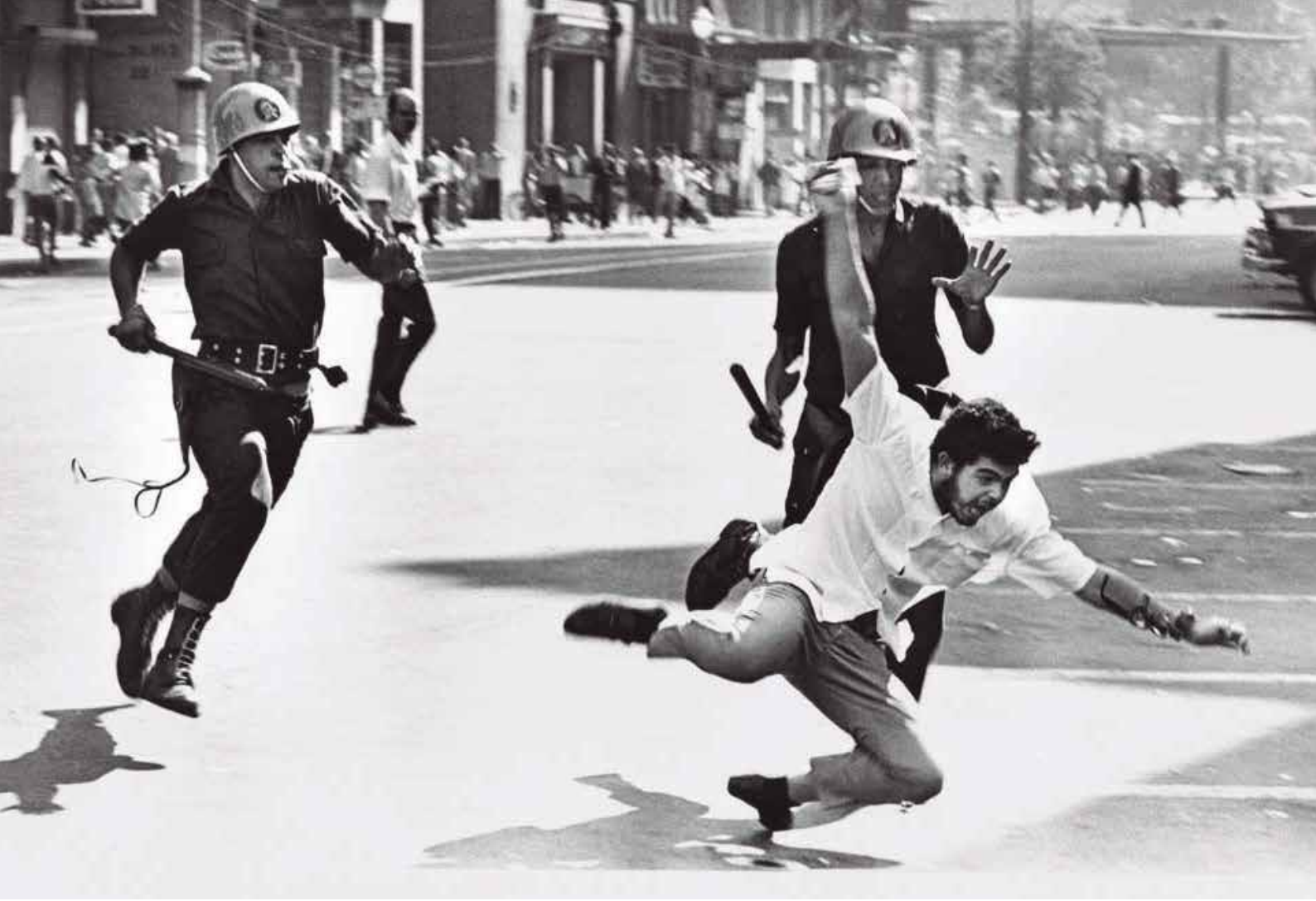
Democracia, Saúde e Educação nos anos 1980

Os anos 1980 não foram uma década perdida para a sociedade brasileira e os movimentos sociais. Ao contrário, apesar do início de uma trajetória de endurecimento do capital, do novo estilo de acumulação em que a esfera financeira passa cada vez mais a comandar a repartição e a destinação social da riqueza, das crises do petróleo e, consequente, a crise econômica e política no país, essa década foi um divisor de águas entre o velho que teimava em permanecer e o novo que queria nascer. Foi o tempo da (re)construção da Democracia, após 21 anos (1964-1985) de ditadura civil-militar, época de restrição das liberdades coletivas e individuais, de perseguição política, cassação, tortura, morte e exílio dos opositores do regime, de repressão aos sindicatos e toda forma de organização dos trabalhadores, e de arrocho salarial. A própria cultura foi amordaçada, vigiada e censurada.

1



“Direitos Humanos no Brasil”. A prática corrente de torturas durante a ditadura militar (como o “pau-de-arara”, representado na charge) fez parte da construção de um sistema policial que ainda hoje se utiliza do abuso de violência contra a população. 2010. Carlos Latuff. [Acervo do artista]



“Caça ao estudante”. Policiais perseguem estudante durante a passeata de 21 de junho de 1968, a data ficou conhecida como “sexta-feira sangrenta”. Foto: Evandro Teixeira. [Acervo do Instituto Moreira Salles]

Na década de 1980, com Ronald Reagan e Margaret Thatcher, a luta contra o estado neoliberal entra em pauta.

“Neoliberalismo” Nani. 1971/2000. [Acervo Nani]

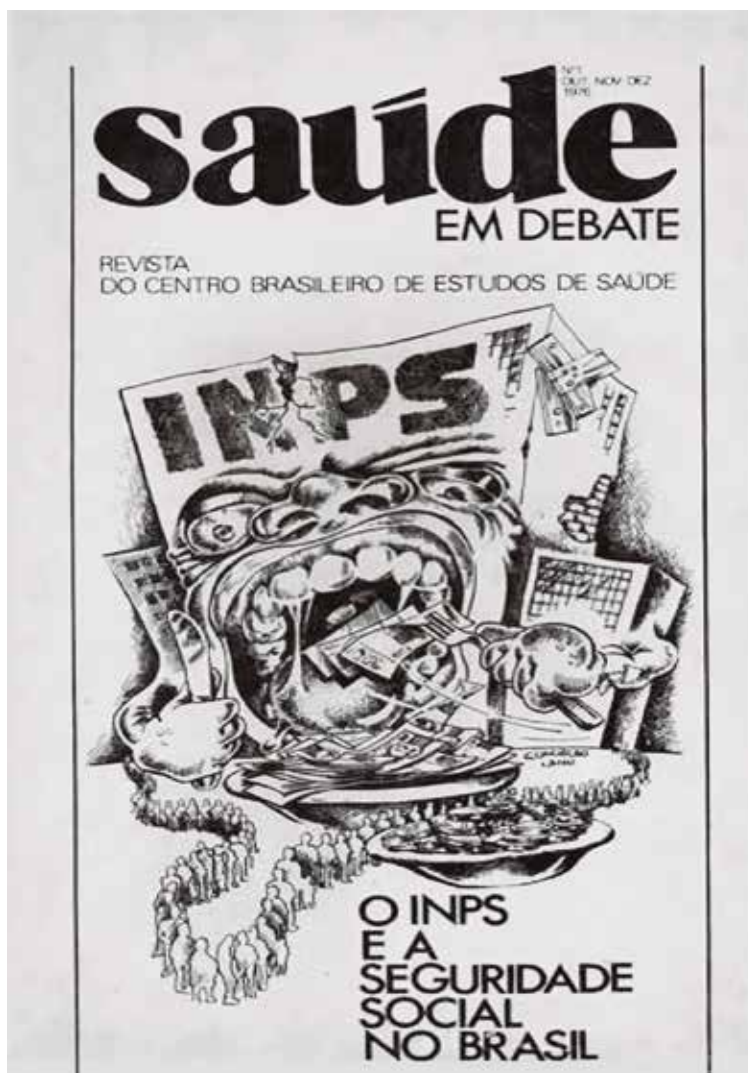
Estudante baleada na Rua Santa Luzia, em frente à embaixada americana, 1968. Rio de Janeiro. Foto: Evandro Teixeira. [Acervo do Instituto Moreira Salles]



Desde o final dos anos 1970, com o esgotamento do “milagre econômico” e da ditadura civil-militar, os movimentos sociais e sindicais começam a ocupar as ruas e praças, se organizam e ampliam a arena política num progressivo processo de fortalecimento da sociedade civil, rumo à redemocratização do país. Pode-se citar o Movimento do Custo de Vida (MCV), que se organiza a partir de 1972, em torno da questão do custo de vida e contra a carestia; o movimento estudantil que, desde 1977, promovem manifestações e encontros em diversos estados do país mesclando reivindicações específicas e exigências democráticas; e a generalização das greves entre 1978-1979, que envolvem milhões de trabalhadores de várias categorias e de todo o país. É nesse cenário que, em 1980, surge o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado por um grupo heterogêneo formado por militantes de oposição à ditadura militar, sindicalistas, intelectuais, artistas e católicos ligados à Teologia da Libertação. Em 1983, em São Paulo, é criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, em 1984, os trabalhadores rurais fundam o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). (Reis, 2010)



Nas áreas de saúde e educação não foi diferente. A criação do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (Cebes), em 1976, e da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), em 1979, são marcos importantes para a luta pela democratização da saúde e da sociedade brasileira. Essas duas entidades atuaram como difusoras da reforma sanitária, principalmente através da Revista Saúde em Debate, em que o debate público e a formulação teórica sobre as principais questões ligadas à saúde eram veiculadas, tais como a ‘crise’ da previdência social e o novo modelo de saúde a ser adotado com integração das medidas preventivas e curativas, colocando em confronto privatistas e publicistas.



Bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, Brasil), criado em 1984. 2025. [Acervo MST]

Logomarca da Central Única de Trabalhadores, criada em 1983. [Acervo CUT]

“Manifestação popular pró-Constituinte”. Trabalhadores, estudantes, movimentos sindicais, entre outros atores, estiveram presentes nas lutas pela saúde pública no país. Foto: Erik B. Pinto. 1987. [Acervo Programa Radis, Ensp/Fiocruz]

Número inaugural da revista Saúde em debate. “O INPS e a seguridade social no Brasil”. 1976. [Acervo Cebes]

Capa do Projeto de Lei 1258, de 1988, do Deputado Octávio Elísio, que propôs uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. [Acervo da família]

As CBEs foram marcos importantes para o debate e a construção de uma educação contra-hegemônica no país. Publicação dos artigos apresentados na III CBE, ocorrida em outubro de 1984.

“Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão”. Investigação realizada por Acácia Kuenzer, a respeito da relação entre trabalho e educação no Brasil. 1987.

Manifestação estudantil contra a Ditadura Militar, em 05 de julho de 1968. Fotografia desconhecido. 1968. [Acervo Arquivo Nacional]

Na área de educação, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), particularmente no campo trabalho-educação, as Conferências Brasileiras de Educação (CBEs) realizadas durante os anos 1980 e o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública foram fundamentais para a defesa da ‘educação escolar pública, universal, laica, unitária e politécnica ou tecnológica’. Uma concepção educacional construída pela ótica do trabalho como precondição para uma formação profissional que superasse a tradição do adestramento e treinamento, articulando conhecimento científico e filosófico, trabalho, cultura e vida. Essa concepção incorporada ao Projeto de Lei n. 1258, de 1988, de autoria do Deputado Federal Octávio Elísio, no cap. III, art.35, que trata da Educação Escolar de 2º Grau, será derrotada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), aprovada em 1996. (Brasil, 1988)



Nesse contexto de progressivo fortalecimento da sociedade civil, irrompem as manifestações populares em favor das eleições diretas. Desde Goiânia, em 1983, os comícios se espalham pelo país e se transformam numa festa cívica pela democracia, juntando políticos, músicas de protesto, execuções do hino nacional, bandeiras vermelhas dos partidos de esquerda e o uso das cores verde e amarelo que se tornaram o símbolo do movimento pelas 'Diretas já'. Mais que um ato público ou comício, esse movimento reinventa o espaço da manifestação política trazendo novos personagens, alegria e criatividade. No Rio de Janeiro e São Paulo, em 1984, poucos dias antes da votação da emenda Dante de Oliveira, que restabelecia a eleição direta para a Presidência da República, ocorrem imensos comícios com um milhão de pessoas na Candelária e um milhão e quinhentas mil pessoas no Vale do Anhangabaú, respectivamente. (Reis, 2010)



Passeata dos Cem Mil. Em primeiro plano, da direita para a esquerda: Paulo Autran, Gilberto Gil, Nana Caymmi e Caetano Veloso, 26 de junho de 1968. Rio de Janeiro. Foto: Evandro Teixeira. [Acervo do Instituto Moreira Salles]



A emenda foi rejeitada frustrando a vontade popular, mas o que ficou definitivamente demonstrado pelo movimento das ‘Diretas já’ era a presença de uma nova sociedade civil, plural e participativa, que não aceitava a tutela dos militares, apresentando-se como sujeito da história. Essa mobilização favoreceu as articulações políticas que deram a vitória para a chapa de oposição nas eleições indiretas via Colégio Eleitoral, em 1985, liderada por Tancredo Neves, que veio a falecer, sendo substituído pelo seu vice José Sarney, bem como fortaleceu a aprovação de propostas progressistas que culminaram com a aprovação da nova Constituição Federal de 1988 e a conquista de importantes direitos sociais.



Ulysses Guimarães ao promulgar a Constituição.
Foto: Lula Marques. 1988 [Acervo Agência Brasil]

A charge foi originalmente publicada no “Quebranos”, representando o momento de retorno das lutas políticas às ruas, após o fim da ditadura militar. Artista: Manoel Caetano Mayrink. 1984 (editada em 2025 para compor a exposição Poli 40 Anos). [Acervo do artista]

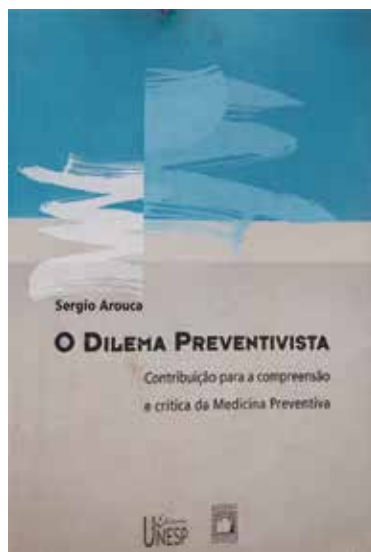
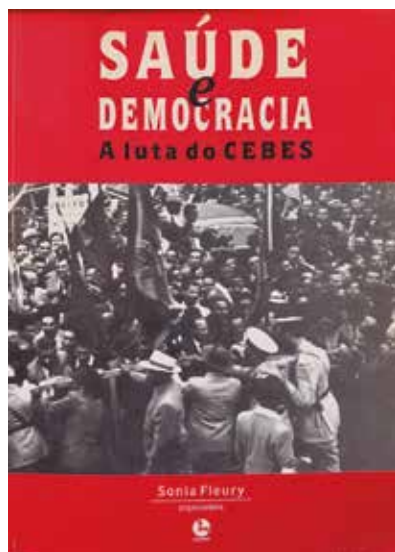
O movimento das Diretas Já, buscava garantir a eleição direta no Brasil, após o fim do regime militar, que na época se encontrava em processo de “abertura”. O artista Henrique de Souza Filho, o Henfil, é considerado o responsável pela criação do Slogan. Ilustração: Henfil. 1984. [Acervo da família]

1



Saúde não é mercadoria

Das maratonas reformistas que se verificaram nos anos 1980, a reforma sanitária é considerada uma das mais bem sucedidas. O movimento sanitário de origem preventivista surgiu e se desenvolveu a partir de 1974 e com ele houve uma reviravolta na maneira de tratar e discutir saúde no Brasil no âmbito dos conceitos, e incorporando a política à análise e à prática de saúde, na luta pela modificação do atendimento e na melhoria das condições de saúde da população brasileira. É um período caracterizado não pela substituição do modelo de atenção à saúde, mas por uma mudança na arena política da saúde, segundo o desenvolvimento de uma abordagem marxista nesse campo, com base nos trabalhos seminais de Maria Cécilia F. Donnangelo e Sérgio Arouca, e pela conformação, em 1976, de um novo sujeito político coletivo, o Cebes.



Saúde e democracia: a luta do Cebes. Livro organizado por Sonia Fleury, publicado em 1997, estruturado em quatro partes: Saúde como Paradigma; Condições de Vida; Reforma do Estado; e Desafios.

O dilema preventivista. Livro proveniente da tese de doutorado de Sérgio Arouca, defendida em 1975, na Unicamp, que mescla elementos conceituais do pensamento marxista com a formulação foucaultiana da Arqueologia do saber. Com isso faz a crítica da concepção liberal e individualista da medicina preventiva brasileira e coloca o campo da saúde pública no interior dos conflitos sociais.

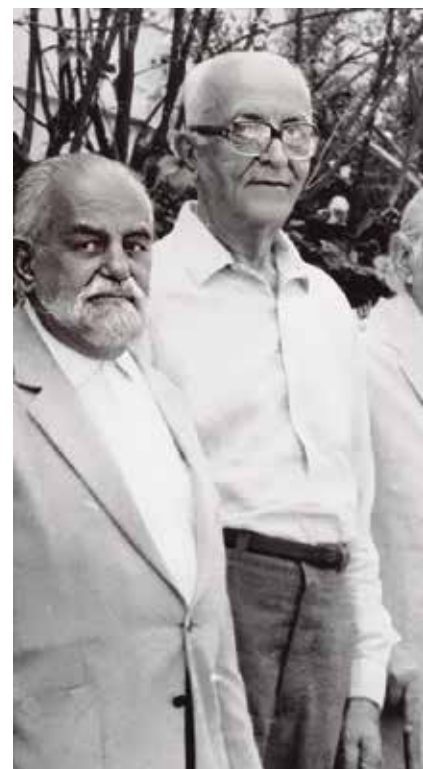
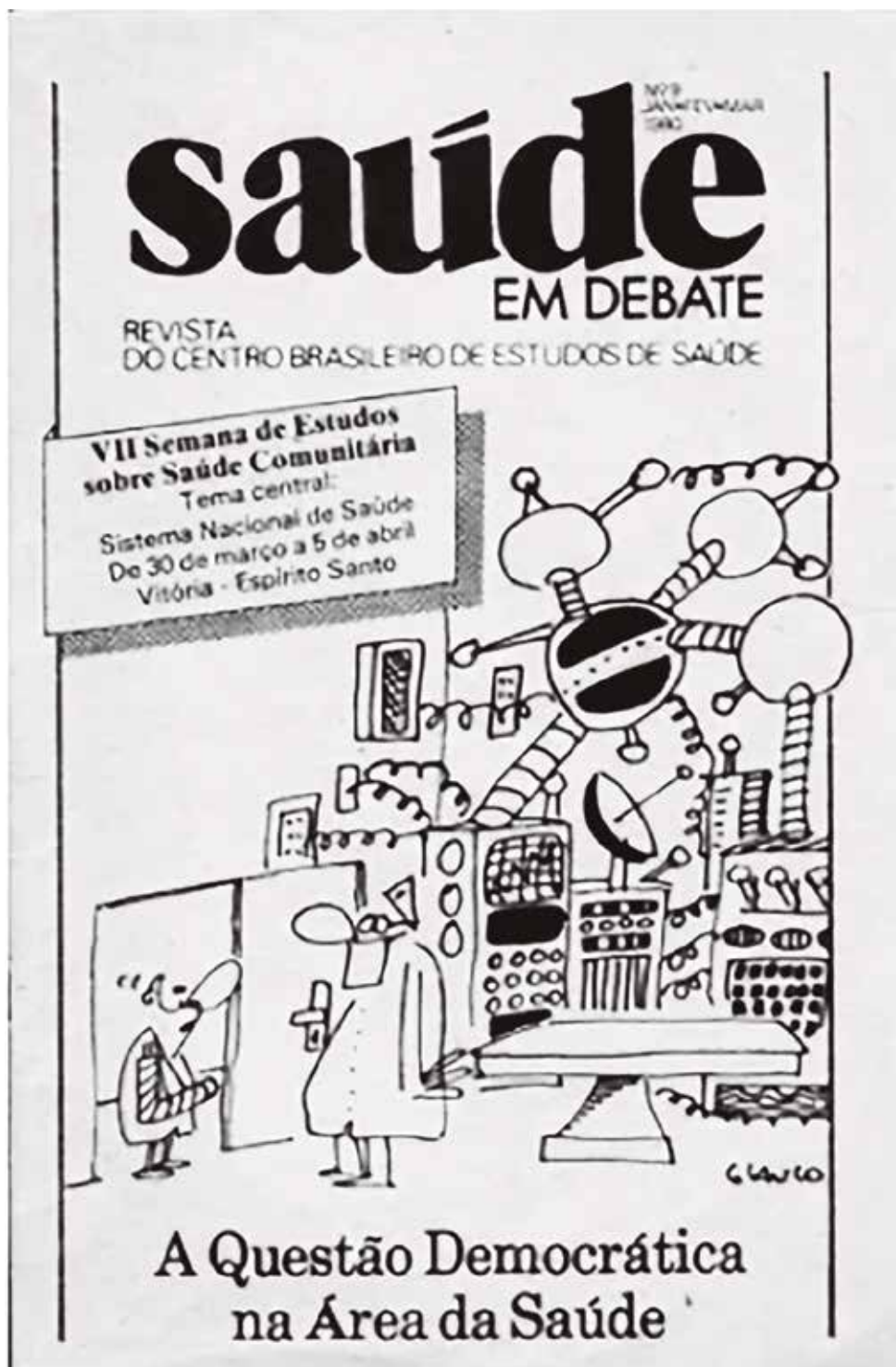
Saúde e sociedade. Livro proveniente da tese de livre docência de Maria Cecília F. Donnangelo, “Medicina e estrutura social: o campo de emergência da medicina comunitária”, defendida em 1976, na USP, que baliza a construção do campo de estudos denominado sociologia da saúde.

Desde esse momento difunde-se a teoria social da saúde que passa a influenciar diversas organizações, tais como sindicatos, associações de bairros, órgãos de imprensa, entidades estudantis, o Poder Legislativo, escolas, diversos movimentos sociais e outros. Uma ampla mobilização e associação na luta pela anistia e contra a ditadura, sob o lema ‘Saúde e Democracia’.

No plano acadêmico, o marco teórico marxista transforma o pensamento preventivista em médico-social, baseado nas evidências de que a posição de classe explica melhor a distribuição da doença na população e o tipo de patologia predominante; de que as condições de saúde coletiva não melhoram como resultado automático do crescimento econômico; de que o desenvolvimento e ampliação da atenção médico-hospitalar não implicam em avanço substancial da saúde da população coberta; e de que a distribuição espacial ou geográfica destes serviços entre os diferentes grupos e classes sociais não depende de considerações técnicas e científicas, mas de considerações econômicas, políticas e ideológicas, isto é, visando mais o lucro dos grupos hospitalares e corporações médicas do que a saúde da população. (Lima, 2010)

Com base nessa análise, a teoria social da saúde é construída valendo-se de conceitos básicos como a determinação social da doença, a historicidade do conceito saúde-doença, o processo de trabalho, o poder médico e medicalização; e valendo-se também de conceitos estratégicos como a prática política e consciência sanitária, buscando assim uma transformação social.

O ano de 1979 marca uma nova fase do movimento sanitário, que busca ocupar os espaços parlamentares com a realização do 1º Simpósio sobre Política Nacional de Saúde, e os espaços estatais como o antigo Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (Inamps), que viabiliza a implementação das Ações Integradas de Saúde (AIS), em 1983. A intensa articulação e adesão de sindicalistas e parlamentares da oposição fizeram prevalecer suas propostas no âmbito das negociações políticas na transição do regime autoritário para um regime democrático, principalmente a unificação do sistema de saúde. Sergio Arouca, nomeado presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em 1985, torna-se a principal liderança do movimento da reforma sanitária brasileira, da 8ª Conferência Nacional de Saúde (8ª CNS) e foi responsável pela reintegração de dez cientistas cassados pela ditadura civil-militar, episódio conhecido como Massacre de Manguinhos.



Capa da Revista Saúde em Debate, n. 9, 1980, que apresenta o artigo "A questão democrática na área da Saúde", um verdadeiro manifesto do movimento sanitário brasileiro em defesa de um novo projeto sanitário para o Brasil. [Acervo Cebes]

Os cassados de Manguinhos retornam à Fiocruz: Augusto Perissé, Domingos Arthur M. Filho, Fernando B. Ubatuba, Haity Moussatché, Herman Lent, Hugo de Souza Lopes, Massao Goto, Moacyr Vaz de Andrade, Sebastião José de Oliveira, Tito Cavalcanti. 1986. [Acervo COC/Fiocruz]



1

A 8ª CNS realizada em 1986, foi o principal marco desse processo, reunindo em torno dela um amplo espectro de alianças. Com a participação aproximada de cinco mil pessoas, dentre as quais mil delegados, essa Conferência aprovou o princípio de que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, a ser implementado com a unificação, a democratização e a descentralização do sistema de saúde; ampliou o conceito de saúde como determinada pelas condições de vida, de trabalho, de renda e do dispêndio de energias físicas e mentais; e aprovou propostas relativas às bases financeiras do sistema.

A maioria das propostas aprovadas na 8ª CNS foram incorporadas ao texto constitucional, em 1988. A partir daí, era dever do Estado a criação de um sistema universal de saúde, gratuito e de qualidade para todos os brasileiros, bem como a ordenação da formação dos seus trabalhadores. O Sistema Único de Saúde (SUS) se organiza com base nos princípios de universalidade, equidade e integralidade e suas diretrizes são as de descentralização, regionalização e hierarquização, e participação da comunidade.



Sessão solene da 8ª CNS. Da esquerda para a direita, o ministro da Saúde, Roberto Figueira dos Santos, o presidente da República, José Sarney, e o presidente da Fundação Oswaldo Cruz, Sérgio Arouca. 1986. [Acervo COC/Fiocruz]

Relatório final da 8ª CNS. Realizada em Brasília, em 1986, reconhecida por seu papel definidor na estruturação das bases do Sistema Único de Saúde (SUS).

Plenária da 8ª CNS, realizada em Brasília, em 1986. [Acervo COC/Fiocruz]

8ª Conferência
Nacional de
Saúde

17 A 21 DE MARÇO DE 1986

RELATÓRIO
FINAL



Entretanto, à época, é no embate com as forças do setor privado de saúde que o SUS será derrotado. O impasse foi resolvido com a negociação do artigo 199 da Constituição, que define que a assistência médica é livre à iniciativa privada, podendo participar de forma complementar do SUS, segundo as diretrizes deste e mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

De todo modo, o movimento da reforma sanitária sai vitorioso desse processo, pois aprova o essencial para a construção de um novo modelo de saúde. Mais que isso, ao realizar uma reforma setorial, vai além e abre a perspectiva para a democratização da saúde, do Estado e da sociedade, isto é, para uma reforma social, que será paralisada pelo caráter cada vez mais regressivo das relações sociais capitalistas que se instauram nos anos 1990, baseado no Consenso de Washington.

A Educação na Saúde

A 8ª CNS se desdobrou em diversas conferências específicas, entre as quais a 1ª Conferência Nacional de Recursos Humanos para a Saúde (CNRHS), realizada em 1986, um ano depois da criação do Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio (PSJV), na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Na CNRHS, uma das propostas aprovadas tornava o Projeto Larga Escala, que já vinha sendo operacionalizado no âmbito das secretarias estaduais de saúde desde 1982, como a principal estratégia para a formação de pessoal médio e elementar na área de saúde.

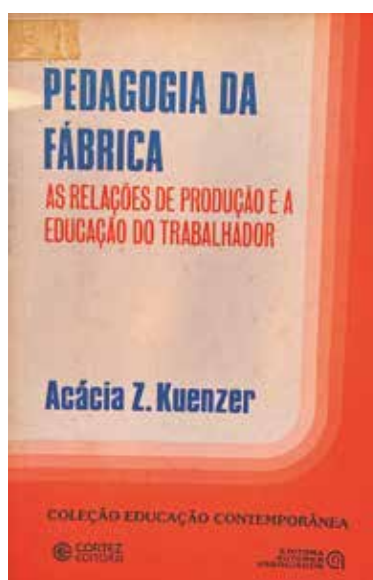


Relatório final da 1ª Conferência Nacional de Recursos Humanos para a Saúde. Realizada em Brasília, em 1986, aprova, entre outros, o Projeto Larga Escala como principal estratégia para formação das trabalhadoras e trabalhadores de saúde, que já atuavam nos serviços de saúde.

Esse projeto foi viabilizado pelo Acordo de Recursos Humanos firmado por três ministérios (Saúde, Previdência e Educação) e a Organização Pan-Americana da Saúde (MS/MPAS/MEC/Opas) no âmbito da Cooperação Interinstitucional (Brasil, 1982). Organizado em torno do princípio de integração ensino-serviço e em articulação com o ensino supletivo, sua preocupação central era com as trabalhadoras e trabalhadores sem qualificação profissional que atuavam no interior do setor saúde, principalmente de enfermagem.

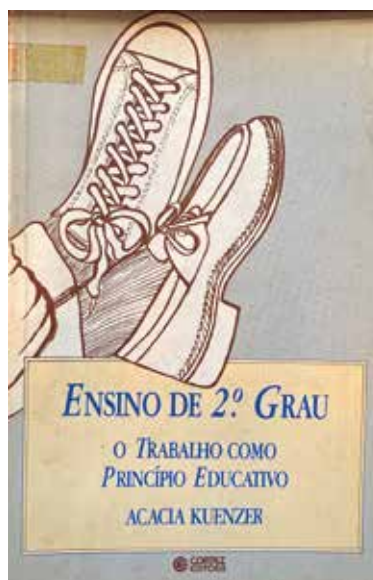
A constituição e organização do Larga Escala está imbricada com o profundo processo de reforma setorial, que ocorre no país nos anos 1980. Com a implantação e operacionalização dos programas de extensão de cobertura e depois o progressivo processo de municipalização dos serviços de saúde, o que se verifica é a incorporação em massa de trabalhadores sem qualificação em diversas áreas. Dessa forma, o projeto vai se configurando como alternativa política para resolver o problema de 300 mil trabalhadores empregados sem qualificação profissional específica, que representavam, naquele momento, aproximadamente 50% da força de trabalho em saúde, tanto na área de administração (gerência de material, de pessoal e de finanças), como na área de assistência (enfermagem, nutrição, odontologia, laboratório, fisioterapia e vigilância sanitária e de meio ambiente).

Por outro lado, durante a década de 1980, foram se acumulando na área trabalho-educação, organizada no interior da Anped e nas discussões travadas nas CBEs, reflexões acerca da formação profissional dos trabalhadores e trabalhadoras, e da natureza do antigo ensino de segundo grau, atual ensino médio, em nossa sociedade numa perspectiva contra-hegemônica.



A produtividade da escola improdutiva. Livro proveniente da tese de doutorado de Gaudêncio Frigotto, publicado em 1984, que efetiva uma análise antagônica à visão economicista da educação sintetizada na noção ou na ideologia de capital humano, evidenciando o reducionismo na concepção de ser humano, sociedade, trabalho e educação daquela noção ideológica.

Pedagogia da fábrica. Livro proveniente da tese de doutorado de Acácia Kuenzer, publicado em 1985, que analisa a relação trabalho e educação no contexto da industrialização e da divisão social do trabalho.



Politecnia, escola unitária e trabalho. Livro resultado da tese de doutorado de Lucília Machado, defendida em 1984, que analisa as concepções liberais e socialistas que envolvem o processo de unificação e diferenciação escolar e suas relações com a divisão social do trabalho.

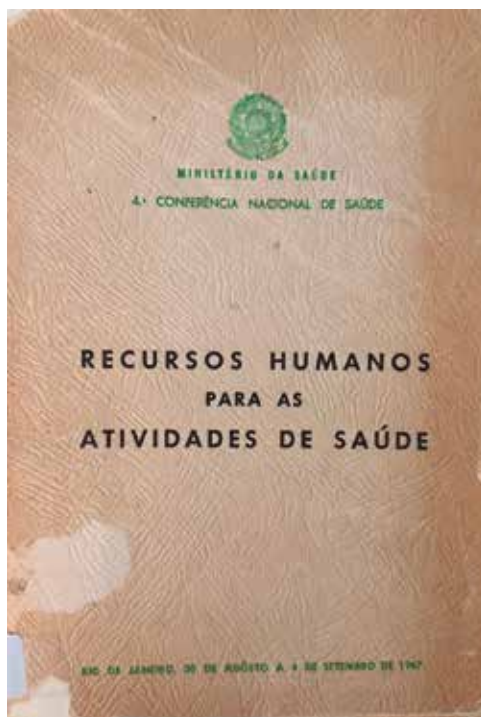
Ensino de 2º grau. O trabalho como princípio educativo. Livro de Acácia Kuenzer, publicado em 1988, que discute as complexas relações entre educação e trabalho no Brasil, e busca em Gramsci os fundamentos do trabalho como princípio educativo.

Teoria do Capital Humano



“Teoria do Capital Humano”. Vander Borges. 2025.
[Acervo do artista]

Relatório final da
4ª Conferência
Nacional de
Saúde. 1967



Nos anos 1970, com a lei 5.692/1971, esse grau de ensino se tornou compulsoriamente profissionalizante, radicalizando o dualismo educacional, isto é, pela oferta de escolas de formação profissional destinadas aos ‘desfavorecidos da fortuna’ e escolas de formação acadêmica para aqueles que iriam prosseguir seus estudos no nível superior. Sob a égide da teoria do ‘capital humano’, a principal justificativa dessa pedagogia tecnicista eram as necessidades de um suposto mercado de trabalho para os técnicos de nível médio, surgidas em decorrência do crescimento econômico acelerado pelo “milagre econômico”. Para essa teoria, o desenvolvimento dos países não dependia tão somente de estoque do capital físico e do trabalho, mas também do ‘capital humano’, que deveria ser treinado, adestrado, educado e com saúde para se adaptar às exigências da produção de mercadorias e alcançar o máximo de produtividade.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que o investimento em ‘capital humano’ passa a significar um elemento determinante para o aumento da produtividade e superação do atraso econômico, passa a explicar as diferenças individuais de produtividade e de renda, consequentemente de mobilidade social. Ou

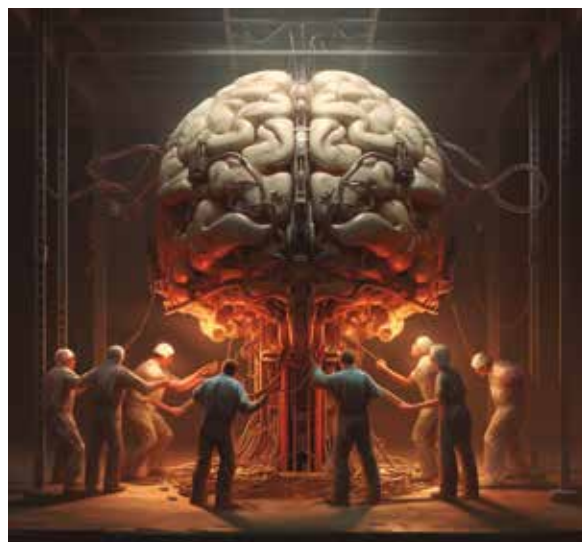
seja, passa a ideia de que o subdesenvolvimento dos países nada tem a ver com as relações de poder e dominação. É uma questão de modernização de alguns fatores, em que os recursos humanos qualificados se constituem no elemento fundamental. Ao mesmo tempo, no plano interno dos países, passa a ideia de que o antagonismo capital-trabalho ou mesmo as desigualdades sociais podem ser superadas mediante um processo meritocrático – pelo trabalho, especialmente o trabalho potenciado pela educação, treinamento, saúde etc. (Lima, 2010)

Nesse movimento, a concepção de educação é reduzida ao fator econômico. De práticas sociais, históricas, políticas e técnicas, a educação e a qualificação profissional são reduzidas a fatores de produção, potenciadoras do fator trabalho, à mera função técnica de formar recursos humanos definidos pelos critérios de mercado e tecnologias educacionais, desenvolvendo-se a partir daí uma perspectiva tecnicista e unilateral da educação.

A noção de ‘recursos humanos em saúde’ nasce profundamente influenciada pela divulgação dessa teoria no plano internacional, para designar a mão de obra engajada no setor. O marco internacional para a adoção dessa concepção foi a Carta de Punta del Este, em 1961. No Brasil, foi ratificada em 1967, durante a 4ª Conferência Nacional de Saúde, cujo tema central foi ‘Recursos Humanos para as Atividades de Saúde’.

Entretanto, a realidade demonstrou que essa teoria era uma falácia. Na área de saúde, a forma como foi encaminhado o modelo de assistência à saúde, que privilegiou a mercantilização da saúde e a industrialização da doença, e o modo de organização do trabalho de enfermagem, por exemplo, fizeram cair por terra o fetiche de engajamento automático dos auxiliares e técnicos de enfermagem no mercado de trabalho setorial. O que se verifica é a incorporação em massa de atendentes de enfermagem ‘qualificados’ com simples treinamento em serviço, que será a preocupação central do Projeto Larga Escala.

Em confronto com esse caráter tecnicista de formação dos trabalhadores, a pergunta central dos educadores comprometidos com a educação pública e com a superação das desigualdades sociais era: como o homem se produz? Daí que a categoria Trabalho, no seu sentido ontológico, torna-se o conceito central no pensamento contra-hegemônico, pois é o que define a existência humana. Ao trabalhar, os seres humanos se constituem à medida que necessitam produzir as condições de vida, adaptando a natureza às suas necessidades e às finalidades humanas, transformando-a coletivamente. Ou seja, é na relação com a natureza e com os outros homens e mulheres que os seres humanos produzem a vida humana.



Em outras palavras, ao produzir as condições de existência os homens e mulheres aprendem a dominar o fogo para se aquecer, os tempos de plantio e a colheita, aprendem a desenvolver a agricultura, a construir instrumentos de caça, abrigos e casas, a domesticar os animais, e a reconhecer os efeitos medicamentosos das plantas. Com o avanço do conhecimento científico, passam a desenvolver as tecnologias que conhecemos hoje, como, por exemplo, a energia atômica, os aviões, foguetes e a rede de computadores. Ao mesmo tempo aprendem a trabalhar coletivamente, a desenvolver os códigos, a linguagem, a cultura e a ciência. Isto é, desenvolvem os conhecimentos necessários para a produção do mundo humano, que vai mudando e se ampliando ao longo do tempo, conforme mudam os modos de trabalhar. Portanto, o conceito de trabalho tem duas dimensões: ontológica e histórica.

Esse é o sentido do ‘trabalho como princípio educativo’. Não se trata de uma técnica pedagógica ou de uma metodologia, mas de um princípio ético-político, ao definir que todos os seres humanos devem compreender desde a infância que a tarefa de satisfazer as suas necessidades, de criar os meios de vida e outras esferas da vida através do trabalho é comum a todos. Procura-se assim evitar que a sociedade crie indivíduos que naturalizem a exploração da natureza e do trabalho de outros. (Frigotto, 2008)

Dessa forma, vai sendo construída a proposta da educação politécnica que busca aliar trabalho intelectual e trabalho manual, formação geral e formação técnica. Sob essa perspectiva,

a politecnia ou o trabalho como princípio educativo se contrapõe a uma concepção de profissionalização que tem como horizonte a unilateralidade, o adestramento, a preparação fundamentalmente voltados para as exigências do mercado de trabalho. Aponta para a perspectiva de o trabalhador pensar, estudar, dirigir ou controlar quem dirige, com base no domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas da produção moderna. No lugar de uma educação unilateral propõe uma educação omnilateral de formação humana em todos os seus aspectos: físico, intelectual, prático, político, ético, estético, combinando educação e trabalho, tal qual a logomarca da Educação Politécnica busca expressar.

O Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio (PSJV) nasce nesse momento histórico por iniciativa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), na gestão Sérgio Arouca (1985-1989), em que tanto a área de saúde, como a educação estão construindo propostas contra-hegemônicas ao *status quo* estabelecido. O movimento de reformulação conceitual e operacional do pensamento médico-social aponta para um sentido mais abrangente do conceito de saúde, como parte de uma ‘totalidade de mudanças’, e o movimento por uma formação humana comprometida com os interesses das trabalhadoras e trabalhadores aponta para a necessidade de mudanças na educação e formação profissional de maneira geral, e para a formação profissional em saúde no nível médio, em particular.

Sendo assim, para superar o caráter alienado da escola e do trabalho em saúde no que diz respeito aos determinantes sociais do processo saúde-doença e da organização do setor, propõe-se a combinação da educação e trabalho; que a formação alie a dimensão técnica com a dimensão política; e a construção de um novo compromisso ético-político dos trabalhadores de saúde pautado na questão democrática, na defesa do serviço público e na relação com a população e usuários dos serviços de saúde.



1

Artista: Manoel Caetano Mayrink. 1990/1993 [Acervo EPSJV]. A arte busca representar as diversas dimensões da educação politécnica ou da omnilateralidade da formação humana: físico, intelectual, prático, político, ético e estético.

A década de 1980 foi de lutas dos movimentos sociais, do processo de restauração da Democracia no Brasil, da inscrição de direitos sociais na Constituição Federal de 1988, mas também foi de falência de numerosos planos de estabilização da economia brasileira. No plano internacional, é o início de um capitalismo duro e livre de regras, da nova forma de acumulação comandada pela esfera financeira, de uma guerra do capital contra o trabalho. Assiste-se ao advento da produção flexível e à introdução da automação, baseada em microprocessadores, associada à desregulamentação do mercado de trabalho e à ‘flexibilização’ dos contratos de trabalho, produzindo a precarização e a insegurança social.

A matriz neoliberal que se desenvolve nos anos 1980 só se transforma na nova ortodoxia com a articulação em torno do que ficou conhecido como o ‘Consenso de Washington’ nos anos 1990, subitamente reforçada pelo repentino colapso do sistema político e econômico soviético em 1989 e seus desdobramentos: fim da guerra fria, desintegração da antiga URSS e a queda do muro de Berlim.

É nesse cenário, com suas implicações para a formação dos trabalhadores e trabalhadoras de saúde, para o trabalho em saúde e o SUS, que a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio vai construir e amadurecer o seu projeto político-pedagógico, que tem como eixo estruturante a concepção politécnica de ensino.

Referências

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 1.258, de 1988**. Fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional. Assegurando o cumprimento dos artigos 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214 da constituição federal de 1988 e o artigo 60 das disposições constitucionais transitórias. Octávio Elísio - PSDB/MG. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=189757#:~:text=FIXA%20AS%20DIRETRIZES%20E%20BASES,60%20DAS%20DISPOSI%C3%87%C3%95ES%20CONSTITUCIONAIS%20TRANSITORIA-S>. Acesso em: 31 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Recursos humanos para os serviços básicos de saúde**: formação de pessoal de níveis médio e elementar pelas instituições de saúde. Brasília: MS, 1982.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas**. Rio de Janeiro, 2008. [texto inédito]

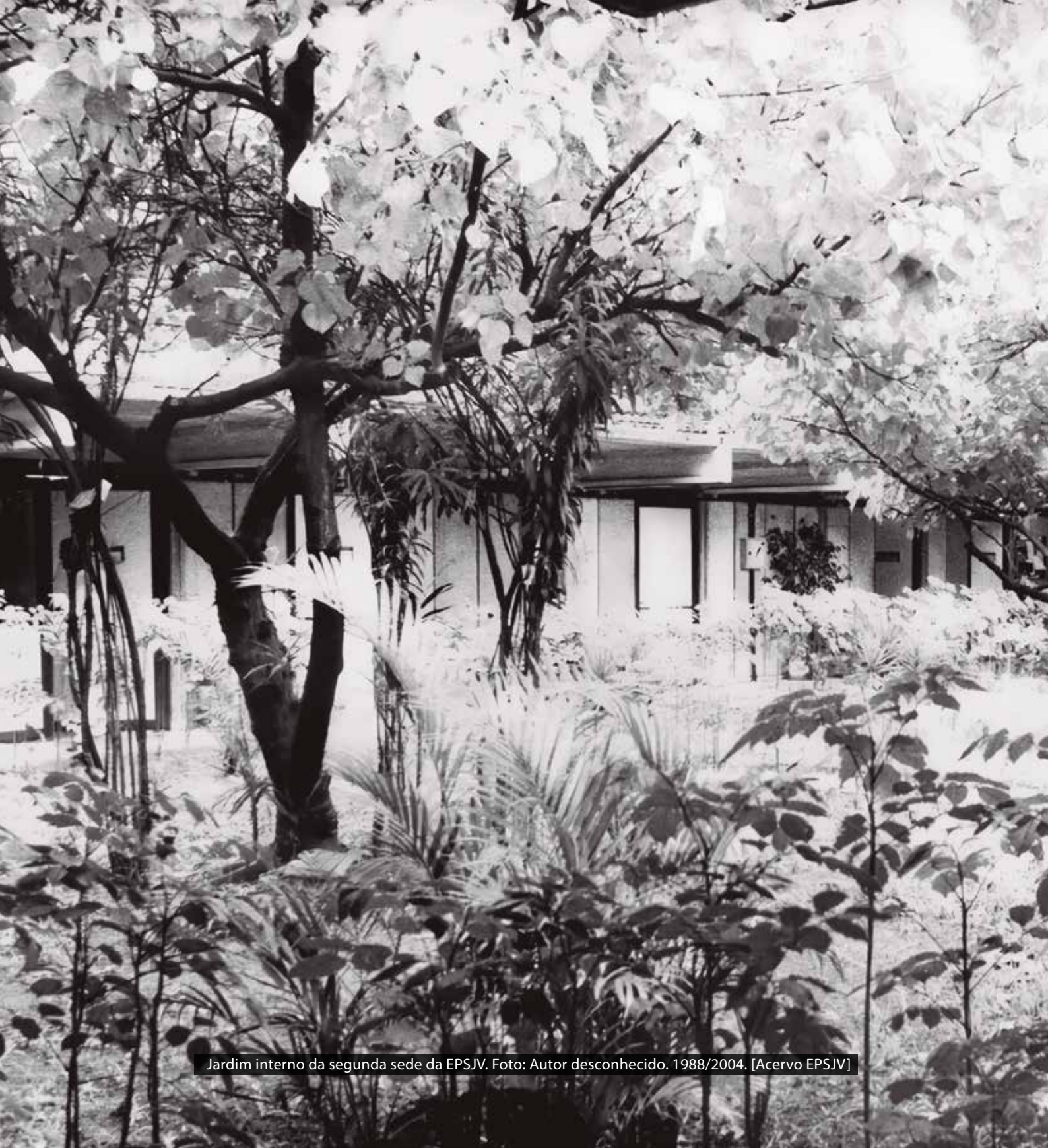
LIMA, Júlio César F. **Política de saúde e formação profissional dos trabalhadores técnicos de enfermagem**. 2010. 470 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

REIS, José Roberto F. O coração do Brasil bate nas ruas: a luta pela redemocratização do país. In: FALLEIROS, Ialê; FIDÉLIS, Carlos. **Na corda bamba de sombrinha**: a saúde no fio da história. Rio de Janeiro: Fiocruz: COC: EPSJV, 2010. p. 221.



2

TEMPO DE CONSTRUÇÃO
1985-2004



Jardim interno da segunda sede da EPSJV. Foto: Autor desconhecido. 1988/2004. [Acervo EPSJV]

Tempo de Construção

1985-2004

Politécnico da Saúde: uma utopia em construção sob inspiração do movimento sanitário.

Nos anos 1980, a discussão em torno da formação das trabalhadoras e trabalhadores técnicos em saúde eclode, tanto como questão política como social. Politicamente é incluída na agenda da reforma sanitária brasileira, que deu visibilidade às precárias condições de trabalho e chamou atenção para a ausência de uma formação qualificada para esses profissionais, indispensável para avançar na construção do sistema de saúde de caráter universal, sinalizando para a necessária integração educação e trabalho. Socialmente em razão do grande contingente de trabalhadoras e trabalhadores técnicos inseridos nos serviços de saúde com precária qualificação e sem reconhecimento profissional.

2



Entrada do PSJV
no pavilhão 26,
primeira sede da
Escola. 1985-1987.
[Acervo EPSJV]

Entrada da EPSJV,
segunda sede da
Escola. 1988-2004.
[Acervo EPSJV]

O que se verifica, desde a primeira metade do século XX, é o esforço do Estado brasileiro para a implantação e fortalecimento das escolas voltadas para a formação técnica nos diversos ramos industriais, que aos poucos vai constituindo a rede de escolas técnicas federais em todo o território nacional, enquanto a formação na área de serviços e principalmente na saúde foi secundarizada ou inexistente. Na ausência de investimentos públicos, os hospitais privados e também os públicos ainda ligados à antiga estrutura da Previdência Social abrem escolas próprias para “formação” da sua mão de obra, geralmente através de treinamento em serviço para atendentes de enfermagem. Predominava a concepção de que essas escolas existiam para prover os hospitais, de forma imediata, de trabalhadoras/trabalhadores técnicos, principalmente de nível elementar, como se denominava à época, em razão da necessidade de manutenção da assistência hospitalar.

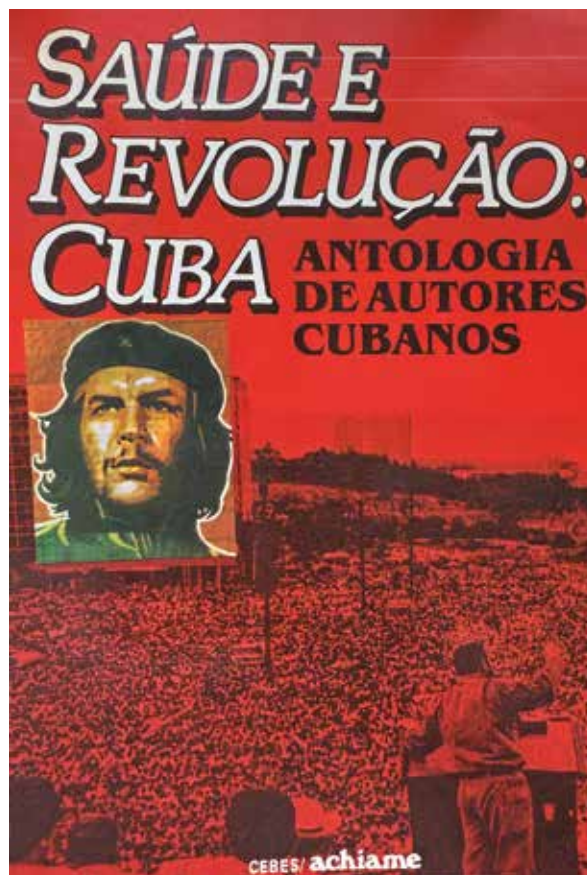
Por outro lado, o mercado educativo se expande nos anos 1970 por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e dos conhecidos ‘cursos de garagem’, que se caracterizavam por serem cursos rápidos com simples treinamentos das técnicas básicas organizadas segundo a lógica da pedagogia tecnicista. Uma concepção de educação construída com base na teoria do ‘capital humano’ que visava adaptar os trabalhadores ao existente, às condições objetivas de produção e reprodução do capital, formar trabalhadores disciplinados, adestrados, dedicados ao trabalho, portanto produtivos. Infelizmente, decorridas mais de cinco décadas e em pleno século XXI, o que se constata com os censos da educação profissional é que a educação profissional em saúde continua sendo essencialmente privada, apesar das iniciativas do setor público de educação e saúde ao longo desse período. (Morosini, 2024)

Infográfico das Matrículas dos Cursos Técnicos do Eixo Ambiente e Saúde no Brasil, segundo tipo de estabelecimento. Observatório dos Técnicos em Saúde. Boletim 1, 2024.

Matrículas dos Cursos Técnicos do Eixo Ambiente e Saúde no Brasil, segundo tipo de estabelecimento



A luta política do movimento da reforma sanitária desde fins dos anos 1970 leva à implantação de duas iniciativas: a criação, em 1982, do Projeto Larga Escala, de natureza conjuntural, viabilizado pelo Acordo de Cooperação Interinstitucional entre Ministério da Saúde, Ministério da Previdência e Assistência Social, Ministério da Educação e Organização Pan-Americana da Saúde (MS/MPAS/MEC/Opas), que se organiza com base no princípio de integração ensino-serviço inspirado no escolanovismo e na pedagogia freiriana. Em 1985, é criado o Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, de natureza estrutural, por iniciativa da Fundação Oswaldo Cruz (PSJV-Fiocruz), na gestão Sérgio Arouca (1985-1989), baseado na experiência cubana dos politécnicos de saúde e que vai se organizar em torno da concepção politécnica de ensino, também conhecida como pedagogia histórico-crítica.



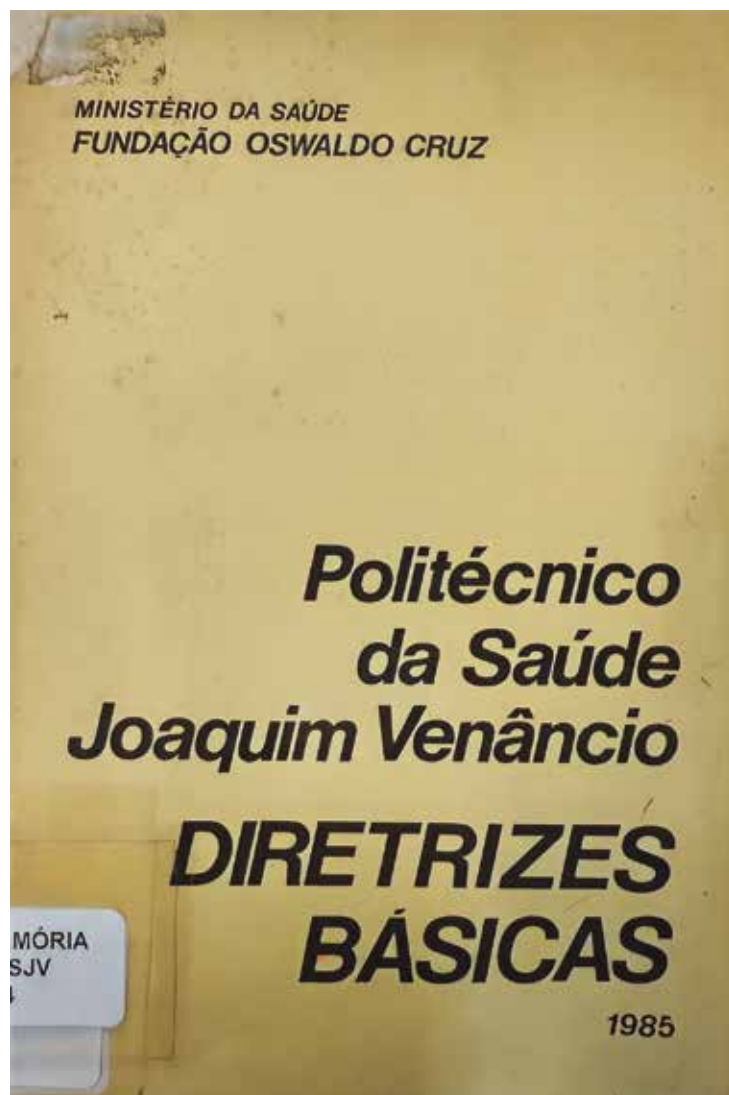
2

Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Livro de Demerval Saviani publicado em 1991, que trata do surgimento e desenvolvimento dessa corrente pedagógica no Brasil em confronto com outras tendências.

Saúde e Revolução: Cuba. Livro publicado pelo Cebes, em 1984. Trata-se de uma coletânea de textos sobre o sistema de saúde cubano. Entre eles, o que discute a "Combinação do Estudo e do Trabalho na Formação dos Profissionais de Saúde".

A justificativa para a criação do PSJV foi a incapacidade do setor educacional em responder às necessidades do setor saúde no tocante à profissionalização no nível 2º grau, à época, através da via regular de ensino. Um dos motivos era a fraca articulação intersetorial, que permitiria uma formação e a qualificação profissional em saúde no interior de um espaço de prática que inexistia nas estruturas formais de educação. Consequentemente, propõe um acordo de cooperação com a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEE-RJ) que permitisse, ao mesmo tempo, trazer professores do ensino médio para o espaço de prática da saúde e usar o potencial tecnológico e prático-pedagógico da Fiocruz para a formação de trabalhadoras e trabalhadores de saúde.

No primeiro momento, ficou vinculado à Vice-Presidência de Recursos Humanos, depois denominada Vice-Presidência de Ensino da Fiocruz, até 1989. Sua primeira estrutura organizacional previa os seguintes órgãos: Conselho Técnico-Pedagógico, Diretoria, Secretaria Escolar e três coordenações: Cursos de Treinamento e Aperfeiçoamento, responsável pelos cursos de reciclagem; Cursos de Formação, responsável pelo desenvolvimento do ensino profissionalizante; e Estudos Pedagógicos, responsável pelo desenvolvimento e aplicação de metodologias e técnicas adequadas às atividades de ensino (Ato da Presidência 226/85-PR) (Fundação Oswaldo Cruz, 1985d). Conforme o seu primeiro regimento, o cargo de Diretor “será provido com elemento escolhido pelo Conselho Técnico-Pedagógico, em lista triplíce, encaminhada ao Presidente da Fiocruz para escolha e designação” (Ato da Presidência 030/86-PR) (Fundação Oswaldo Cruz, 1986). O primeiro diretor nomeado foi José Fernando de Souza Verani, substituído por Antenor Amâncio Filho, eleito em 1989.



Na sua criação, o conceito de educação politécnica é incorporado institucionalmente nas ‘Diretrizes Básicas’ de 1985, mas só depois se fortalece política e ideologicamente, com o Seminário Choque Teórico I, realizado em dezembro de 1987, especialmente após a abertura do então Curso Técnico de Segundo Grau (CTSG), em 1988.

É em razão dessa modalidade de curso, “voltado à formação e não simplesmente à capacitação recuperadora do pessoal médio” (Fundação Oswaldo Cruz, 1985, p. 11), que o Politécnico vai desenvolver a concepção politécnica de ensino compartilhando com o setor educacional a responsabilidade pela “formação do técnico e habilitá-lo para o exercício profissional”, conjugando no interior da Fiocruz, a formação geral e técnica.

Mas, antes da criação do CTSG, o Politécnico já desenvolvia outras modalidades de programas e cursos voltados para trabalhadoras e trabalhadores inseridos nos serviços de saúde e na própria Fiocruz, tal como o Supletivo de 1º grau para servidoras e servidores sem esse grau de ensino ou analfabetos, que veio transferido da Associação dos Servidores da Fiocruz (Asfoc) e passou a funcionar nas suas dependências; e o Projeto Fazendo e Aprendendo, baseado na tradição do trabalho fundamentado na relação mestre-aprendiz e no compromisso institucional com os segmentos populares representados pelos alunos do ensino fundamental matriculados nas escolas públicas municipais de Mangueiras.

Em 1986, é criado o Programa de Vocação Científica (PROVOC), uma iniciativa pioneira que passa a desenvolver a iniciação científica no 2º grau, atual nível médio, e que no presente se estrutura em diversos estados brasileiros através da Rede PROVOC Luiz Fernando da Rocha Ferreira da Silva de Iniciação Científica. Nesse mesmo ano, é criado o primeiro curso de formação profissional em Registros Médicos e Estatísticas em Saúde. Em 1989, numa articulação conjunta Fiocruz/MS/MEC/ OPS, o antigo Conselho Federal de Educação, extinto em 1994, aprovou a habilitação de Técnico em Registros de Saúde (Parecer CFE 353/89), que substituiu a habilitação anterior. O curso de Manutenção de Equipamentos Básicos de Laboratórios também se organiza em 1986. O curso de Agentes de Saúde, atualmente designado Agentes Comunitários de Saúde, inicia suas atividades em 1986 por demanda da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ), com financiamento do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Diretrizes
Básicas do
Politécnico da
Saúde Joaquim
Venâncio, 1985.
[Acervo EPSJV]



Turma do curso Supletivo de 1º grau,
1986. [Acervo EPSJV]

Turma do curso de Registros Médicos e
Estatísticas em Saúde. [Acervo EPSJV]

Turma do curso de Agentes de Saúde,
Araruama, 1986. [Acervo EPSJV]

Primeira turma do Programa de Vocação
Científica, 1986. [Acervo Observatório
da Juventude C&T]



Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio: a alucinação se torna realidade

Luiz Fernando Ferreira diz no Seminário Choque Teórico I, em 1987, realizado nas dependências da 1ª sede do Politécnico, o Pavilhão 26, ao lado do Hospital Evandro Chagas, que foi tomando chope numa mesa de bar em Bonsucesso que ele, Sérgio Arouca e Arlindo Fábio Gómez de Souza, alucinaram e resolveram criar o PSJV. Transformar um sonho em realidade com o nome de Joaquim Venâncio (1895-1955), um homem negro e um dos mais importantes técnicos de laboratório da história da Fiocruz, que aqui ingressou em 1916, aos 21 anos de idade. Para Luiz Fernando, homenagear Joaquim Venâncio significava assumir um compromisso com a valorização do trabalho técnico e os desafios enfrentados por esses trabalhadores em seus processos de trabalho e de vida.

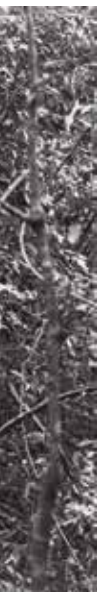
Retrato de Joaquim Venâncio jovem. [Acervo EPSJV]

Joaquim Venâncio, Souza-Araújo e outros em Manguinhos. 1936. [Acervo COC]

Joaquim Venâncio, à esquerda, Adolpho Lutz, à direita, e outros, seguram cobra capturada na lagoa de Tucupito, em Maracay, Venezuela. 1925. [Acervo COC]

Retrato de Joaquim Venâncio. [Acervo COC]

2



Entretanto, a história registra que o primeiro nome do PSJV foi o do médico infectologista José Rodrigues da Silva (1911-1968), antigo mestre de Luiz Fernando, conforme Ato da Presidência 095/85-PR, de 01 de julho de 1985 (Fundação Oswaldo Cruz, 1985a). Não se tem notícias quanto à motivação, mas um mês depois, o Ato da Presidência 148/85-PR, de 06 de agosto 1985 (Fundação Oswaldo Cruz, 1985c), substitui o nome da Unidade, que passa a se chamar Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, nome inscrito na placa descerrada por Sérgio Arouca e o ministro da Saúde Carlos Correa de Menezes Sant'anna no dia 19 de agosto de 1985, quando se comemora o aniversário da instituição, embora não haja documento formal da data de inauguração.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ		NÚMERO	
ATO DA PRESIDÊNCIA		01	01
		ENTRADA EM VIGOR	
		01.07.85	
		PRIMEIRO	
		NÃO	

O Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

1.º - **PROPOSTA**
Cria o Politécnico da Saúde "JOSÉ RODRIGUES DA SILVA".

2.º - **OBJETIVO**
Expor ao pessoal da atual unidade para o fim de sua de-
da.

3.º - **VIGÊNCIA**
O presente ATO tem vigência a partir de 01.07.85.

Antônio Sérgio da Silva Arouca
PROF. ANTONIO SÉRGIO DA SILVA AROUCA

Antônio

TIPOLOGIA	CLASSIFICAÇÃO	DATA	SIGNATURA
	GERAL	01 / 07 / 85	



FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ		NÚMERO	
ATO DA PRESIDÊNCIA		01	01
		ENTRADA EM VIGOR	
		06.08.85	
		PRIMEIRO	
		NÃO	

O Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

1.º - **PROPOSTA**
Substituir o nome da Unidade Técnica.

2.º - **OBJETIVO**
O Politécnico da Saúde "José Rodrigues da Silva" passa a denominar-se Politécnico da Saúde "JOAQUIM VENÂNCIO".

3.º - **VIGÊNCIA**
O presente ATO tem vigência a partir de 06 de agosto de 1985.

Antônio Sérgio da Silva Arouca
PROF. ANTONIO SÉRGIO DA SILVA AROUCA

Carlos

NCAR/wcap.-

TIPOLOGIA	CLASSIFICAÇÃO	DATA	SIGNATURA
	GERAL	07 / 08 / 85	



Carlos Sant'anna, à esquerda, e Sérgio Arouca, à direita. Descerramento da placa de inauguração do Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1985. [Acervo EPSJV]

Ato da Presidência 095/85-PR, de 01 de julho de 1985. Cria o Politécnico da Saúde José Rodrigues da Silva. [Acervo COC]

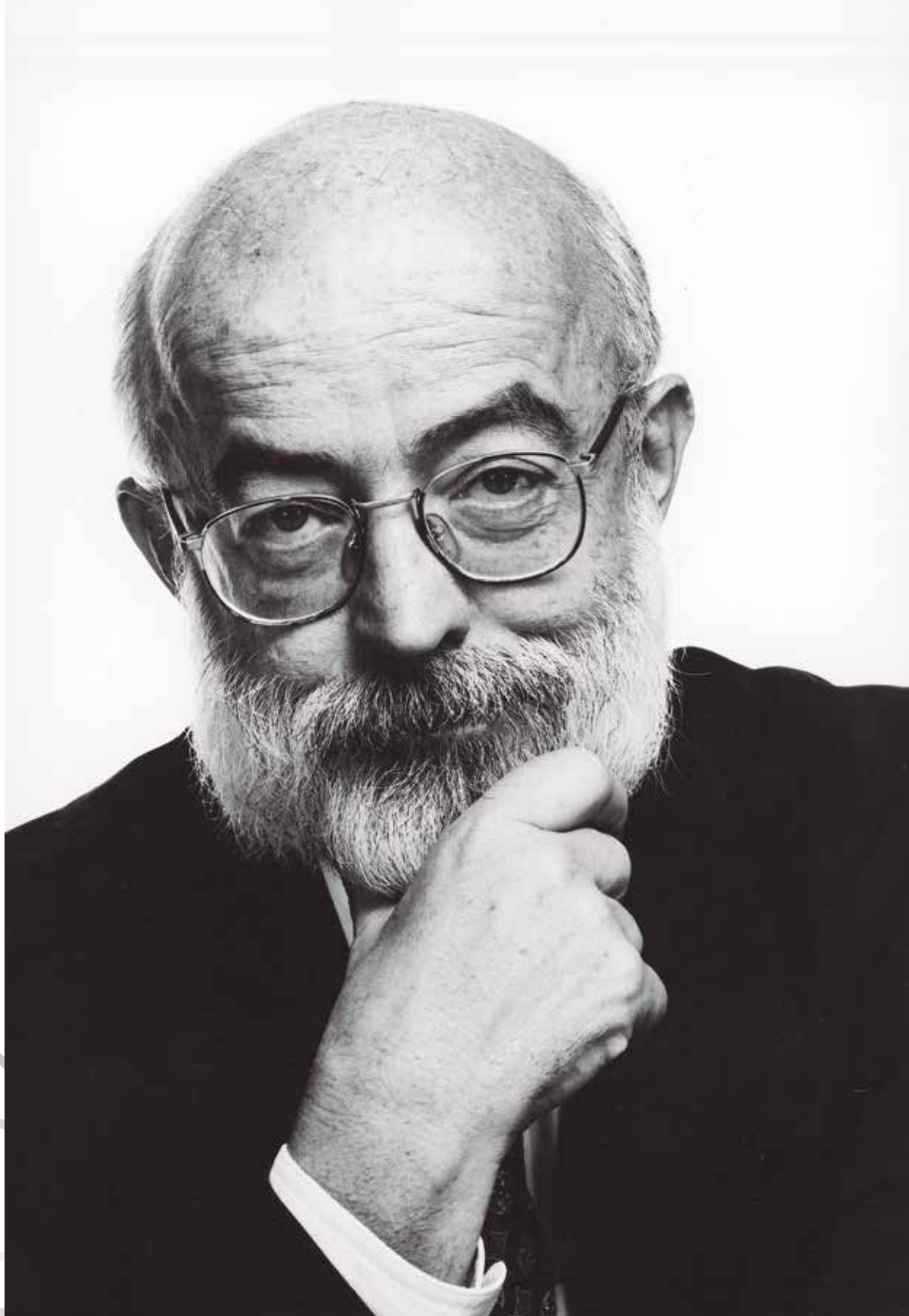
Ato da Presidência 148/85-PR, de 06 de agosto 1985. Substitui o nome da Unidade Técnica para Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio. [Acervo COC]

Sérgio Arouca na inauguração do PSJV, 1985. [Acervo EPSJV]

Mesa de abertura da solenidade de inauguração do PSJV, 1985. [Acervo EPSJV]

Essa alucinação, que além do Politécnico, cria também a Casa de Oswaldo Cruz (COC), a Superintendência de Informação Científica, atual Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict) e o Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh), não pode ser dissociada do profundo processo de discussão sobre a identidade da Fiocruz, que se preparava para realizar o seu I Congresso Interno, ocorrido em julho de 1988, sob o tema 'Ciência e Saúde: a Fiocruz do futuro'. O objetivo era construir um projeto comum que representasse um pacto político e produzisse uma unidade na diversidade de uma instituição complexa, com diversos tipos de processos de trabalho isolados uns dos outros, e que, ao mesmo tempo, expressasse o compromisso social e político da instituição. O pano de fundo dessa discussão era a luta política e a crise econômica do país, expressa na falência dos planos de estabilização da economia brasileira, bem como no plano internacional com a emergência do Consenso de Washington e a queda do muro de Berlim que ocorre em 1989.

Sergio Arouca
(1941-2003).
Presidente da
Fiocruz, nomeado
em 1985, cria o
Politécnico da
Saúde Joaquim
Venâncio no
mesmo ano. Foto:
Nana Moraes



É nesse cenário complexo que Arouca, então presidente da Fiocruz e um dos principais artífices da reforma sanitária, desafia o Politécnico a desenvolver uma teoria da educação profissional em saúde tendo como referência o processo de trabalho em saúde e suas práticas, tal qual estava ocorrendo na epidemiologia, no planejamento e na organização da prática médica. Mais que isso, convida-o a repensar a Fiocruz e sua integração com as outras unidades. O Poli estava sendo inventado, era fruto da alucinação, mas

não estamos alucinando no vazio, [...] nossa alucinação tem toda uma criatividade e está pautada [na] preocupação real de conhecer, de saber e de estudar a teoria [...], mas também não ir apenas pela teoria simplesmente [...]. O compromisso da Fiocruz é a intervenção, uma intervenção com conhecimento, mas intervenção. Nós queremos mudar a situação de saúde, queremos mudar este sistema de saúde. A ideia é tentar mudar este país, não é ficar como espectador dessas lutas (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2016, p. 51).

O Seminário Choque Teórico I contou com a participação de quatro intelectuais – Dermeval Saviani, Mirian Jorge Warde, Nilda Alves e Zaia Brandão – convidados para discutir o documento ‘Escola Politécnica de Saúde: uma utopia em construção’ elaborado por uma Comissão de Redação composta por André Malhão, Bianca Cortes e Júlio Lima. O objetivo central era discutir o eixo estruturante da proposta teórico-metodológica e pedagógica, assim como a organização escolar para a criação da Escola Politécnica tendo o trabalho em saúde como referência para a formação escolar.

Joaquim Alberto
Cardoso de Melo
(1936-1993)
colaborou na
organização do
Seminário Choque
Teórico, 1987.
[Acervo EPSJV]

Mesa de abertura
do Seminário
Choque Teórico,
1987. [Acervo
EPSJV]

Revista Sala de aula,
ano 2, n.13, ago/89.
Matéria jornalística
de Luci Ayala sobre
Politecnia e o PSJV.
[Acervo EPSJV]





Mais que um seminário, pode ser considerado o ato fundador ou a pedra fundamental da Escola Politécnica e do Curso Técnico de Segundo Grau (CTSG). Do ponto de vista teórico, lança as bases e a direção ético-política do projeto político pedagógico que rompe com o unilateralismo e aponta para a omnilateralidade da formação das trabalhadoras e dos trabalhadores técnicos em saúde.

Em outras palavras, a formação politécnica rompe com o modelo dualista de formação, no qual a trabalhadora e o trabalhador têm acesso, predominantemente, a saberes instrumentais que lhes permitam desempenhar tecnicamente suas funções produtivas no mercado de trabalho, mas com precário ou nenhum acesso aos saberes científicos socialmente construídos articulados ao trabalho e à cultura, enquanto a educação omnilateral defende uma formação humana que contemple várias dimensões: a dimensão intelectual e prática, a política, a educação física, a ética, a estética e suas diversas manifestações nas artes, como representadas na logomarca da educação politécnica.

Do ponto de vista político-administrativo, acelera os processos de implantação do CTSG com a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEE-RJ), representada no seminário por Zaia Brandão, então diretora do Departamento de Educação. Estava em discussão a cessão de professores de formação geral e a seleção dos alunos da rede estadual, assim como a regularidade da matrícula e a diplomação futura dos alunos pela SEE-RJ.

Nilda Alves sugeriu quatro eixos curriculares que poderiam ser adotados, caracterizados por conteúdos básicos, conceitos e categorias organizados segundo uma metodologia histórica. Eram eles: a relação Saúde e Sociedade; Saúde Pública; Cotidiano dos Lugares da Saúde Pública; e o Discurso das Culturas Vividas.

Miriam Jorge Warde alertou para diversos desafios que envolviam a iniciativa. Desde a necessidade de a proposta estar inserida numa proposição política mais ampla e ter respaldo institucional, do que decorriam as condições de instalação e consolidação; a necessidade da formação de quadros que conferissem durabilidade ao projeto, isto é, apostar principalmente na formação dos quadros de execução e menos nos cargos de chefia; e a sabedoria em tratar a dialética entre o velho e o novo, considerando a força da realidade rebelde. Essa realidade, dizia ela,

é a materialidade [que impõe] regras do jogo não queridas pela nossa fantasia, dispõe de 'X' recursos financeiros e não 'X+Y'; dispõe 'X' recursos materiais, e não 'X+Y'; dispõe recursos humanos de tipo 'X', e não aqueles que gostaríamos de ter, já formados e disponíveis. [...] E nada mais lúcido do que saber permanecer ao longo do processo de instalação e consolidação de uma proposta do que manter a dialética da fantasia e da rebeldia do real, [ou] da dialética entre utopia e possibilidade, [para evitar cair] no extremo experimentalismo, [de um lado], e subordinar-se ao velho [de outro]. [...] Saber negociar o velho para preservar o novo é, quiçá, a melhor lição que uma fantasia pode nos trazer, e não necessariamente supor que esse novo tenha que se enclausurar para se preservar. Talvez o novo só se

preserve se tiver a coragem de se banhar no velho e de se contaminar [...] (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2016, p. 58-59).

Essas contribuições foram um norte importante para o processo de implantação da Escola Politécnica, assim como para a instalação do CTSG. Mas, sem dúvida, foi a contribuição de Dermeval Saviani que assentou as bases teóricas do projeto político-pedagógico, fundamentado na discussão sobre politecnia.

*A noção de politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Diz respeito aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho. Politecnia, nesse sentido, se baseia em determinados princípios, determinados fundamentos e a **formação politécnica** deve garantir o domínio desses princípios, desses fundamentos (Saviani, 1989, p.17, grifos do autor).*

2

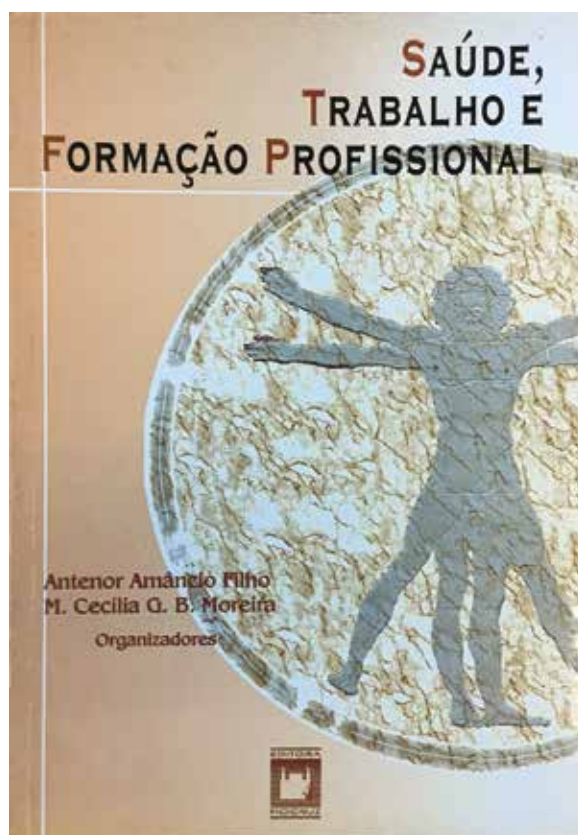
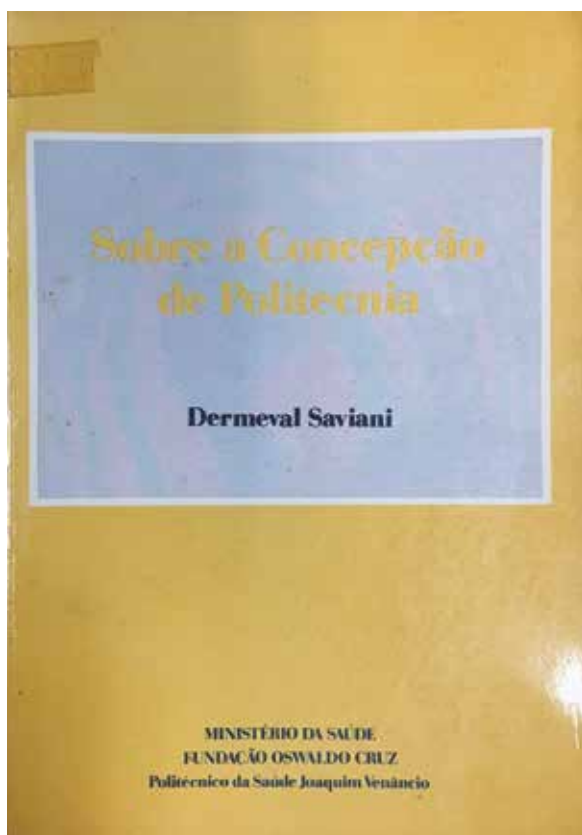
O texto ‘Sobre a concepção de Politecnia’ (Saviani, 1989), preparado especialmente para o seminário, tornou-se um clássico da educação, pois é um marco de uma concepção educacional construída pela ótica do trabalho. Especialmente para a área trabalho-educação, organizada na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – Anped, no debate em torno das relações entre o ensino médio e o ensino técnico, para a elaboração de políticas como o ensino médio integrado, além de ter provocado ao longo desses anos diversos debates e publicações.

Concomitante a esse processo de discussão, coube à comissão de organização do seminário o convite dos professores da rede estadual das diversas disciplinas do ensino de 2º grau, a seleção dos alunos através de duas escolas estaduais conveniadas: CE Gomes Freire de Andrade e CE Professor Clovis Monteiro, e a busca de parcerias institucionais para a formação técnica e campos de prática e estágios. A seleção dos alunos foi realizada em duas etapas: a primeira por meio do processo seletivo próprio das escolas e a segunda por uma entrevista realizada no Politécnico.

Em virtude do acelerado avanço científico tecnológico que já ocorria, à época, com a entrada em cena da microeletrônica e o consequente paradigma flexível de organi-

Livro de Dermeval Saviani
Sobre a concepção de Politecnia, preparado especialmente para o Seminário Choque Teórico, 1987. Publicado pelo PSJV em 1989. [Acervo EPSJV]

Livro *Saúde, Trabalho e Formação Profissional*, organizado por Antenor A. Filho e Maria C.G.B. Moreira, 1997. Coletânea de textos preparados para o Seminário Choque Teórico II, 1989. [Acervo EPSJV]



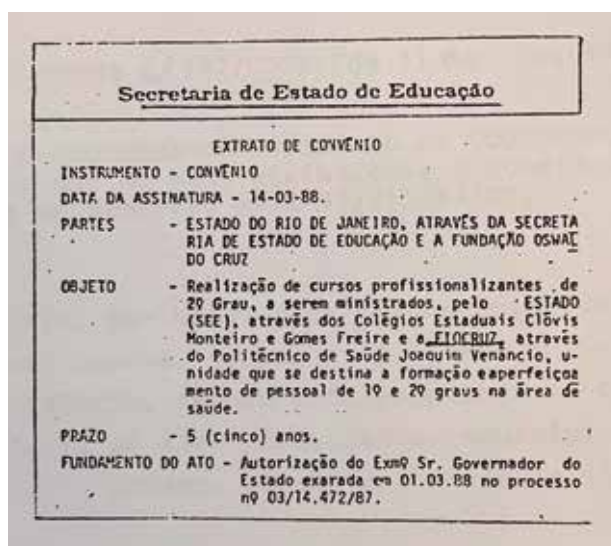
zação do trabalho, das mudanças no mundo da produção material e de serviços e suas repercussões no perfil do trabalhador e sua formação profissional, realiza-se em 1989, o Seminário Choque Teórico II sobre o tema 'Saúde, trabalho e formação profissional'. O objetivo era pensar as transformações que estavam ocorrendo no processo de trabalho em saúde, tendo em vista a construção do SUS.

Esse seminário foi organizado em torno de quatro temas: 'Saúde: concepções e políticas públicas'; 'Relações de trabalho no setor saúde'; 'Formação profissional: diagnóstico e participantes'; e 'A questão tecnológica e a qualificação profissional' (Amâncio Filho; Moreira, 1997).

Escola Politécnica de Saúde: enfrentando a realidade rebelde

Em março de 1988, é assinado o Protocolo de Intenções e Convênio entre a SEE-RJ e a Fiocruz, publicado no Diário Oficial de 18 de março de 1988, que oficializou a cessão de professores, autorizou o funcionamento dos cursos técnicos e permitiu o início do CTSG, com validade de cinco anos. Entretanto, de início, foi negociado com o corpo docente um período de três meses para nivelar os conhecimentos dos alunos que vinham do ensino do 1º grau, atual ensino fundamental, com defasagem no currículo escolar. Nas entrevistas realizadas, as defasagens se manifestaram por diversas razões. Desde as greves ou paralizações da rede municipal de ensino, até a falta de professores em disciplinas, tais como matemática, química, física e outras. Para garantir um patamar mínimo de conhecimentos como ponto de partida para o desenvolvimento das disciplinas do então 2º grau de ensino, foi fundamental a estratégia de nivelamento, sem abolir a necessidade do apoio necessário ao longo do curso.

2



Convênio entre a SEE-RJ e a Fiocruz, publicado no Diário Oficial de 18 de março de 1988. Oficializa a cessão de professores da rede estadual e autoriza o funcionamento dos cursos técnicos do PSJV. [Acervo EPSJV]

O CTSG se propôs a formar técnicos de 2º grau, capacitando-os nos diferentes processos de trabalho em saúde desenvolvidos na Fiocruz: produção tecnológica, pesquisa biológica e serviços de saúde. A socialização do conhecimento produzido nestes diferentes processos de trabalho, sem simulações, está na essência do curso.

O eixo articulador da formação escolar desde o início foi o processo de trabalho em saúde, nas suas dimensões manual e intelectual, levando o aluno a: 1) dominar os fundamentos científicos que estão na base das diferentes técnicas; 2) discutir a incorporação destes fundamentos ao processo de trabalho; e 3) compreender o desenvolvimento e a organização do trabalho. A formação politécnica estava sendo construída com base em quatro pontos:

a construção de mediações curriculares, com o objetivo de superar a histórica dicotomia entre formação propedêutica e técnica; recuperação do caráter positivo do trabalho, como transformador da realidade e do homem; enfoque do homem historicamente determinado como centro do processo educativo, e não o mercado de trabalho; e desenvolvimento do educando na perspectiva da omnilateralidade. (Martins et al., 1998, p. 97)

O CTSG se estruturou inicialmente em três anos, em horário integral, com carga horária de 3.672 h/aula, nos quais as disciplinas da formação geral estavam presentes em todas as séries do curso, além das disciplinas da formação técnica com os profissionais da Fiocruz envolvidos tanto nas atividades de docência quanto na orientação do estágio. A partir de 1990, o curso passou a ser realizado em quatro anos, totalizando 5.616 h/aula distribuídas entre todas as disciplinas previstas no plano curricular, o estágio supervisionado e o ‘projeto 4ª série’. Esse projeto tinha o objetivo de desenvolver nos alunos uma reflexão sobre o trabalho em saúde, junto com professores da formação geral e técnica, visando à elaboração de um projeto de pesquisa com características de iniciação científica, finalizando com a defesa de monografia ao fim do curso.



Participação dos alunos na manifestação por reajuste salarial da Fiocruz. Cinelândia, 1989. [Acervo EPSJV]

Aula de teatro. 1995-2000. [Acervo EPSJV]



Aula de expressão corporal. 1988-2000. [Acervo EPSJV]

Aula de matemática. 1988. [Acervo EPSJV]

Aula de geografia. 1988. [Acervo EPSJV]



Na aula inaugural, o professor Gaudêncio Frigotto (1988, p. 8), chamava a atenção para o “desafio [da] dialética concreta da convivência contraditória do velho e do novo”. Isso pode ser expresso na necessária distinção entre a concepção e a forma de realização da formação politécnica, levando em consideração tanto os aspectos legais determinados pela legislação educacional em vigor naquele momento (Lei 5.692/71 e Parecer 45/72) quanto as condições institucionais.



Como concepção, a politécnica não implica, necessariamente, o desenvolvimento de uma habilitação específica, já que teria que garantir os fundamentos teórico-práticos necessários para qualquer tipo de função específica. Nessa concepção, a especialização do trabalhador e da trabalhadora em determinado processo de trabalho seria função do ensino superior e não do nível de 2º grau ou nível médio. Porém, na medida em que a legislação educacional define que para ser técnico em saúde o aluno deve cursar determinada habilitação que confere um título profissional para ser habilitado ao exercício profissional, isso era mandatório, inclusive para que a Escola Politécnica fosse implantada e reconhecida pelos órgãos legais.

Por outro lado, a maioria dos jovens no Brasil, por necessidade econômica, são obrigados a entrar no mercado de trabalho de forma precoce e desqualificada, sem uma formação que alie ciência e cultura. Portanto, considerando a realidade brasileira, organizar a formação técnica em torno de habilitações atende aos jovens que necessitam trabalhar para sobreviver e continuar seus estudos, ao mesmo tempo que não significa se subordinar à lógica do mercado de trabalho, se guiada pela concepção politécnica e omnilateral.

Apesar de a profissionalização compulsória ter sido abolida pela Lei 7.044/82, a prerrogativa de exercício profissional, de reconhecimento legal da trabalhadora e trabalhador em saúde, continuava sendo determinada pelo Parecer 45/72. Esse Parecer – depois extinto pelo Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997, e pelo Parecer 15/98 – enumerava as habilitações reconhecidas para o setor saúde: nove na área de enfermagem, quatro na área de laboratórios médicos, uma na área de odontologia e uma na área de farmácia.

Além dessa situação legal, tomaram-se como referência as condições institucionais para a escolha das habilitações. O potencial prático-pedagógico da Fiocruz nas áreas de laboratório e gestão levou à opção pelas habilitações profissionais de Patologia Clínica, Histologia e Administração Hospitalar. (Lima, 1998)

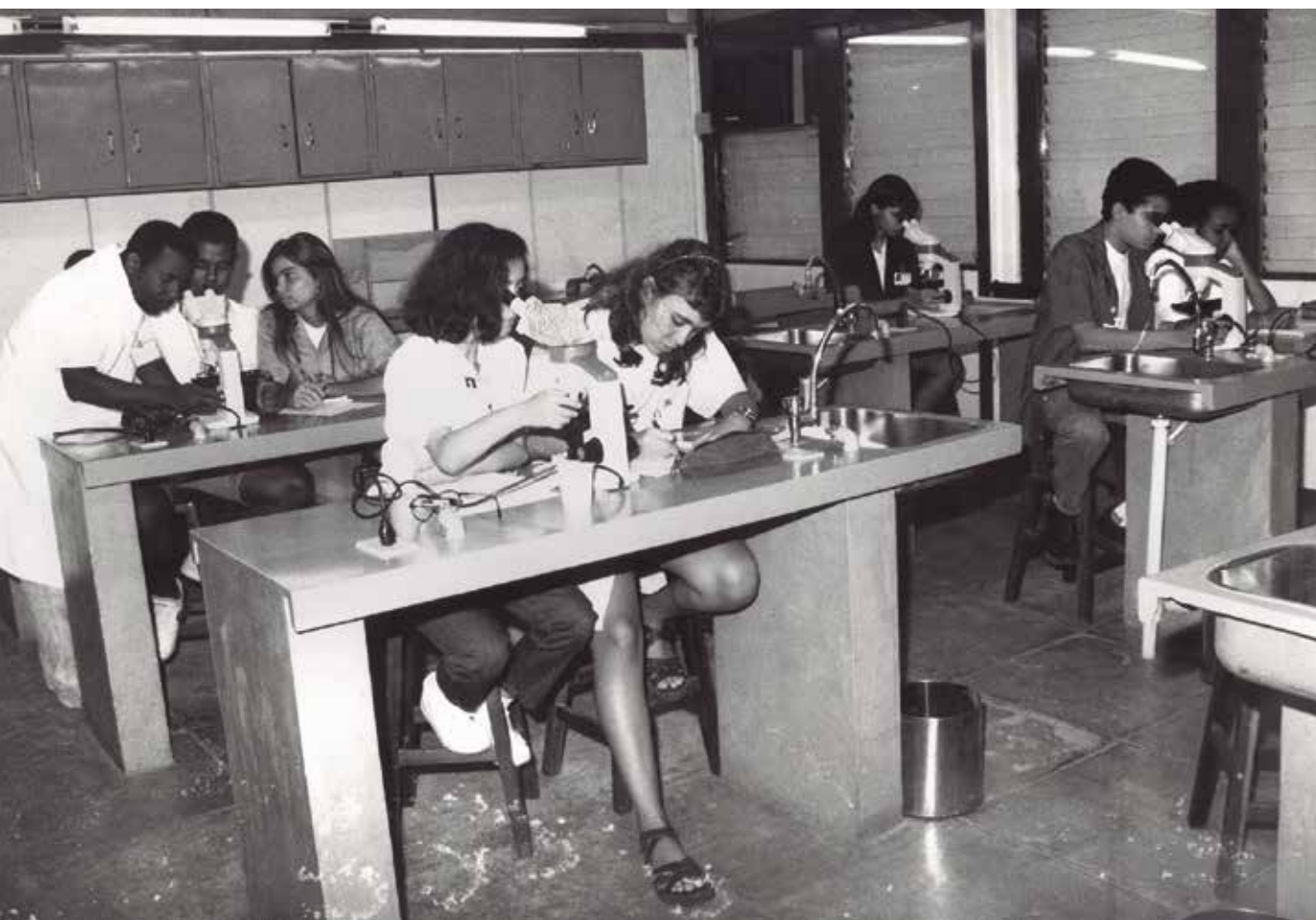


2

Auditório. Aula inaugural da 1ª turma do CTSG, 1988. [Acervo EPSJV]

Aula inaugural da 1ª turma do CTSG, 1988. Da esquerda para direita: Arlindo Fábio, Luiz F. Ferreira, Antenor Amâncio, Sérgio Arouca, Neomi (SEE-RJ), Gaudêncio Frigotto. [Acervo EPSJV]

Gaudêncio Frigotto. Aula inaugural da 1ª turma do CTSG, 1988. [Acervo EPSJV]



Alunos no
laboratório de
práticas do CTSG.
1988-1990.
[Acervo EPSJV]

Esse potencial prático-pedagógico forneceu as bases para a construção de uma proposta de integração ensino-serviço-pesquisa-produção, tal qual indicava Sergio Arouca, prevendo a articulação da formação técnica com os diferentes processos de trabalho desenvolvidos na Fiocruz, tanto na sua vertente não industrial (IOC, Ensp e INCQS), como na vertente industrial (Far-Manguinhos e Bio-Manguinhos); a socialização do conhecimento produzido nesses processos, por meio da educação escolar; e a articulação da educação média entre si e com as tecnologias ou o processo de trabalho em saúde.

Para viabilizar o acesso aos conhecimentos e apoiar o processo educativo, inaugurou-se em outubro de 1988 a Biblioteca Emília Bustamante, que ao longo dos anos será modernizada e expandida, assim como informatizada, buscando parcerias com a Rede de bibliotecas da Fiocruz.



Inauguração da Biblioteca Emília Bustamante, 1988. [Acervo EPSJV]

Mesa de inauguração da Biblioteca Emília Bustamante, 1988. [Acervo EPSJV]

Alunos na Biblioteca Emília Bustamante, 1995-2000. [Acervo EPSJV]



EPSJV: Unidade Técnico-Científica da Fiocruz e Escola Técnica Federal

Esse trabalho se potencializou com a transformação do Politécnico em Unidade Técnico-Científica da Fiocruz, aprovada por unanimidade pelo Conselho Deliberativo (Ato da Presidência n. 086/89-PR) (Fundação Oswaldo Cruz, 1989a), desvinculando-o da Vice-Presidência de Ensino (Ato da Presidência 087/89-PR) (Fundação Oswaldo Cruz, 1989b) e com a alteração da sua denominação para Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – EPSJV (Ato da Presidência 130/89-PR) (Fundação Oswaldo Cruz, 1989c).



Ato da Presidência 086/89, constitui o Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio como Unidade Técnico-Científica da Fiocruz. [Acervo COC]

Ato da Presidência 130/89, altera o nome do Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio para Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. [Acervo COC]

Ato da Presidência 136/89, regulamenta o Regimento Interno da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. [Acervo COC]

Ato de Presidência 087/89, desvincula o Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio da subordinação da Vice-presidência de Ensino por tratar de Unidade Técnico-Científica. [Acervo COC]

01 / 009 05 11

 Ministério da Saúde FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ FIOCRUZ	NÚMERO 086/89-PR	
	PL. 01	DE 01
	ENTRADA EM VIGOR 31.05.89	

ATO DA PRESIDÊNCIA

O Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

1.0 - PROPOSITO
 Constituir o Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio como Unidade Técnico-Científica da FIOCRUZ, por decisão, usando-me do Conselho Deliberativo.

2.0 - OBJETIVO
 O Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio desenvolverá atividades de ensino a nível de primeiro e segundo graus, de pesquisa e de extensão, na área da saúde, relacionadas às finalidades da FIOCRUZ.

3.0 - VIGÊNCIA
 O presente ATO tem vigência a partir de 31.05.89

Dr. ALEXANDRE NOVA

HA/MS/cmr

CANCELAR	ALTERAR	DISTRIBUIÇÃO Geral	DATA 31.05.89
----------	---------	-----------------------	------------------

02 / 009 05 11

 Ministério da Saúde FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ FIOCRUZ	NÚMERO 130/89-PR	
	PL. 01	DE 01
	ENTRADA EM VIGOR 16.08.89	

ATO DA PRESIDÊNCIA

O Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

1.0 - PROPOSITO
 Alterar denominação de unidade.

2.0 - OBJETIVO
 Alterar o nome do Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio para Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio segundo aprovação do Conselho Deliberativo, em 09 de agosto do corrente.

3.0 - VIGÊNCIA
 O presente ATO tem vigência a partir de 16.08.89.

Dr. ALEXANDRE NOVA

HA/MS/cmr

CANCELAR	ALTERAR	DISTRIBUIÇÃO Geral	DATA 16.08.89
----------	---------	-----------------------	------------------

03 / 009 05 11

 Ministério da Saúde FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ FIOCRUZ	NÚMERO 136/89-PR	
	PL. 01	DE 01
	ENTRADA EM VIGOR 16.08.89	

ATO DA PRESIDÊNCIA

O Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

1.0 - PROPOSITO
 Regular o Regimento Interno da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Oswaldo Cruz, em 09 de agosto do corrente.

2.0 - VIGÊNCIA
 O presente ATO tem vigência a partir de 16/08/89.

Dr. ALEXANDRE NOVA

HA/MS/cmr

CANCELAR	ALTERAR	DISTRIBUIÇÃO Geral	DATA 16.08.89
----------	---------	-----------------------	------------------

04 / 009 05 11

 Ministério da Saúde FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ FIOCRUZ	NÚMERO 086/89-PR	
	PL. 01	DE 01
	ENTRADA EM VIGOR 31.05.89	

ATO DA PRESIDÊNCIA

O Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

1.0 - PROPOSITO
 Constituir o Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio como Unidade Técnico-Científica da FIOCRUZ, por decisão, usando-me do Conselho Deliberativo.

2.0 - OBJETIVO
 O Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio desenvolverá atividades de ensino a nível de primeiro e segundo graus, de pesquisa e de extensão, na área da saúde, relacionadas às finalidades da FIOCRUZ.

3.0 - VIGÊNCIA
 O presente ATO tem vigência a partir de 31.05.89

Dr. ALEXANDRE NOVA

HA/MS/cmr

CANCELAR	ALTERAR	DISTRIBUIÇÃO Geral	DATA 31.05.89
----------	---------	-----------------------	------------------



O segundo Regimento Interno (Ato da Presidência n. 136/89-PR) (Fundação Oswaldo Cruz, 1989d) definiu como órgãos da EPSJV: Assembleia Geral, Conselho Deliberativo, Diretoria, Conselho Consultivo, Centro de Estudos, Administração Geral e três departamentos: Ensino Regular; Ensino de Suplência; e Aprendizagem e Qualificação. A partir de então, o diretor passou a ser “nomeado pelo Presidente da Fio-cruz, escolhido de uma lista de três nomes eleitos diretamente pela comunidade da Unidade”. Já funcionando nas dependências da sua segunda sede, desde 1988, construída com peças pré-moldadas de concreto, o primeiro diretor eleito foi Antenor Amâncio Filho, em 1989. Da mesma forma, as chefias dos departamentos passaram a ser eleitas por voto direto dos seus membros.

Primeira turma do CTSG em ato comemorativo na inauguração da segunda sede. [Acervo EPSJV]

Segunda sede da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. 1989. [Acervo EPSJV]

Jardim interno da EPSJV. 1989. [Acervo EPSJV]

2



As articulações realizadas ao longo do tempo garantiram a presença dos alunos em quase todas as Unidades Técnico-Científicas e Técnico-Administrativas da Fiocruz, contando com a disponibilidade de pesquisadores e técnicos; induziu a criação de Coordenações de Ensino em quase todas as unidades; e a aprovação do primeiro regimento do ensino médio e do estágio curricular pela Câmara de Ensino da Fiocruz.

Mais que isso, com a Portaria n. 45, de 23 de julho de 1991 (Brasil, 1991), ratificada pelo Ofício MEC/SEMTEC n. 1511, de 1 de agosto de 1996, a Escola passou a integrar o Sistema Federal de Ensino. Em outras palavras, passa a ser uma Escola Técnica Federal. Sendo assim, é autorizada a ministrar os cursos de Técnico em Patologia Clínica, Técnico em Histologia e Técnico em Administração Hospitalar na modalidade de ensino regular, e o Técnico em Registros de Saúde como Qualificação Profissional. Como consequência, a Escola “tem competência legal para expedir todos os atos pertinentes à natureza dos cursos autorizados”, tais como a seleção dos alunos e o registro de diplomas junto ao MEC (Brasil, 1996a).



Frente do convite de formatura da 1ª turma do CTSG. 1990. [Acervo Julio Lima]



Verso do convite de formatura da 1ª turma do CTSG. 1990. [Acervo Julio Lima]

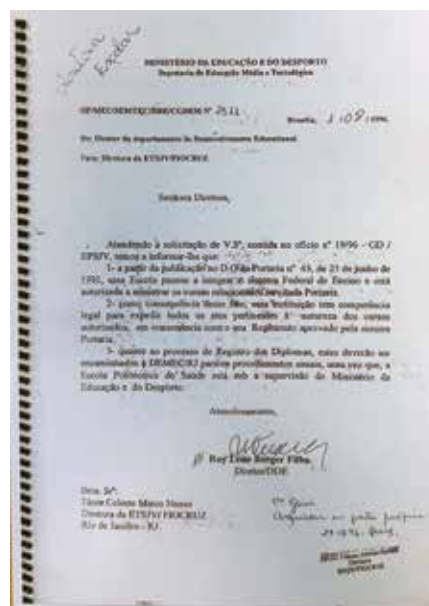
Ofício MEC/SEMTEC n. 1511, de 1 de agosto de 1996. [Acervo EPSJV]

Portaria n. 45, de 23 de julho de 1991. [Acervo EPSJV]

Mesa de formatura da 1ª turma do CTSG. 1990. [acervo Paulo César Ribeiro]

Cerimônia de formatura. 1990. [Acervo EPSJV]

Alunos da 1ª turma do CTSG. 1990. [acervo Paulo César Ribeiro]





Sob a direção de Tania Celeste Matos Nunes, eleita em 1993, houve avanços nas relações de trabalho no interior da Escola com o convênio Fiocruz/Faperj para instituição do Programa de Aperfeiçoamento do Ensino Técnico (Pae-tec) (Portaria n. 130/94-PR) (Fundação Oswaldo Cruz, 1994) voltado para a capacitação docente e procurando associar a atividade de ensino com a pesquisa em educação e saúde. O programa previa duas modalidades de bolsas de professor-pesquisador: integral e parcial, e buscava consolidar a pesquisa no ensino médio e o fortalecimento da prática educativa. Até então, os docentes cedidos pela SEE-RJ mantinham o seu salário de servidor público estadual e recebiam complementação salarial da EPSJV na modalidade de professor-horista, o que ao longo do tempo se tornou inviável.

Sendo assim, o Paetec serviu para a fixação de professores-pesquisadores na escola e para atrair e ampliar o quadro de bolsistas visitantes para o desenvolvimento de projetos de pesquisa associado ao ensino, tornando-se um marco para a estruturação da área de pesquisa na EPSJV, além de possibilitar a progressiva participação dos pesquisadores e docentes nos congressos de Saúde Pública, Epidemiologia, Ciências Sociais e Saúde, Educação e Educação para a Ciência, entre outros.

No terceiro regimento interno, de 1994, a EPSJV se estruturou nos seguintes órgãos: Assembleia Geral, Conselho Deliberativo, Diretoria (Coordenação de Ensino, Coordenação de Pesquisa, Secretaria Editorial e Divulgação e Biblioteca Emília Bustamante), Conselho Consultivo, Centro de Estudos, Departamentos de Administração, de Formação Profissional em Ciência e Tecnologia em Saúde (DFPCTS) e Formação Profissional para o Sistema de Saúde (DFPSS) e Órgãos de Representação.

Em outras palavras, incorpora na sua estrutura, pela primeira vez, as coordenações de ensino e pesquisa, e a incipiente área de comunicação

com a Secretaria Editorial e Divulgação, responsável pela publicação do Vox Poli, o primeiro Jornal da EPSJV, de cunho temático, do Boletim Informativo da Escola e do Boletim Paetec. Além disso, incorpora também a representação dos corpos docente, discente, administrativo e de pais e responsáveis de alunos.

SECA DS19940502

 Ministério da Saúde FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ FIOCRUZ		NÚMERO 130/94-PR	
PORTARIA DA PRESIDÊNCIA		FL. 01	DE 07
		ENTRADA EM VIGOR 02.05.94	

O Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

1.0 PROPÓSITO

Estabelecer normas e procedimentos para o Programa de Aperfeiçoamento do Ensino Técnico da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

2.0 OBJETIVO

Fortalecer o campo do ensino, pesquisa e da produção científica no âmbito da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, através do aumento da capacidade de colaboração do corpo docente da Escola nas atividades de Ensino / Pesquisa e Produção Científica.

3.0 PRINCÍPIOS BÁSICOS

3.1 O Programa de Aperfeiçoamento do Ensino Técnico da Escola Politécnica de Saúde Pública Joaquim Venâncio destina-se a profissionais de nível superior, com atividade docente e de pesquisa no campo de ensino técnico, utilizando a programação da Escola como objeto de intervenção e reflexão.

3.2 O Programa caracteriza-se como específico e institucional, destinado ao aperfeiçoamento dos produtores (docentes / pesquisadores) e produtos (conhecimentos) na tarefa de ensinar, com as características inerentes ao perfil da Escola.

AM

CANCELA	ALTERA	DISTRIBUIÇÃO	DATA
		GERAL	20.06.94

No Departamento de Formação Profissional em Ciência e Tecnologia em Saúde (DFPCTS) foram reunidas as equipes do Curso Técnico de 2º Grau (formação geral e técnica), o Programa de Vocação Científica (PROVOC) e Biossegurança. O Departamento de Formação Profissional para o Sistema de Saúde (DFPSS) se organiza em núcleos: Processo de Trabalho e Educação em Saúde (NUPTES); Saúde Coletiva (NSC); Vigilância à Saúde e Meio Ambiente (NUVSA), Saúde Mental (NSM); Registro e Informações em Saúde (Nuris); e Desenvolvimento Gerencial (NDG) que abrigava no seu interior o Grupo de Trabalho de Manutenção de Equipamentos Médico Hospitalares.

Fundamental para a incorporação de força de trabalho para a Fiocruz e, conseqüentemente, para a Escola foi a autorização do Ministério da Saúde (MS) para a abertura de vagas para concurso público em 1995. Daí em diante com a abertura de novos concursos, a Escola foi construindo seus perfis profissionais e incorporando quadros próprios para o desenvolvimento do processo de trabalho educativo.

No campo da pesquisa, o primeiro número do Boletim Paetec, em 1994, divulga os resumos dos 24 projetos em desenvolvimento (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 1994). A área de laboratórios vinculada ao CTSG começa a discutir o projeto 'Formação Técnica em Biotecnologia em Saúde' que, em 1996, é aprovado pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), dentro do Programa de Competitividade e Desenvolvimento Tecnológico (PCDT), para desenvolver investigação do processo de trabalho nos laboratórios de produção, serviços e pesquisa da Fiocruz e algumas instituições privadas, visando à reestruturação da formação técnica do CTSG nessa área. Em 2000, a EPSJV publica um número inaugural do Caderno Politécnico com o resultado das pesquisas desenvolvidas por professores-pesquisadores que concluíram seus projetos em julho de 1999 (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2000).

Em 1994, a organização do curso de Capacitação de Artífices em Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares, destinado à região Nordeste, com financiamento do Programa das Nações



Boletim Informativo
Paetec, n.1, nov.
1994 [Acervo EPSJV]

Caderno Politécnico.
Coletânea de
artigos dos
docentes com
os resultados
das pesquisas
desenvolvidas no
âmbito do Paetec.
2000. [Acervo
EPSJV]

Participação dos
alunos do PROVOC
na VIII Reunião
Anual da Federação
de Sociedades
de Biologia
Experimental
(FeSBE), 1993.
[Acervo PROVOC]

Assinatura do
convênio Fiocruz-
Fundação Vitae em
apoio ao PROVOC.
1996-1997 [Acervo
PROVOC]

Aluna do PROVOC.
[Acervo EPSJV]

Unidas para o Desenvolvimento, órgão da Organização das Nações Unidas (Pnud/ONU), foi fundamental para a incorporação definitiva da área de Equipamentos Médicos na Escola. Nesse mesmo ano, também foi criado o Núcleo de Vigilância em Saúde e Meio Ambiente, que em 1996 estrutura o Curso Técnico de Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental, em formato modular, em parceria com a SES-RJ, e constrói o termo de referência da área de Vigilância em Saúde. A partir de 1996, inicia a produção de tecnologias educativas, tais como vídeos produzidos pelos alunos da área de saúde e ambiente, e jogos educativos, como o ‘mapa da saúde’.

Nesse período, o PROVOC inicia uma nova fase de seu desenvolvimento após 10 anos de existência: o ‘Projeto de Descentralização e Ampliação’. Apoiado pela Fundação Vitae, o Programa estende-se a outras áreas do conhecimento, incluindo a Física, no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas; a Matemática, no Instituto de Matemática Pura e Aplicada; a Química, no Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo A. Miguez, na Petrobras; e a Informática, no Centro Técnico-Científico da PUC-Rio. Descentraliza-se, além disso, para outras unidades da Fiocruz, o Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz, em Salvador-BA; o Centro de Pesquisas René Rachou, em Belo Horizonte-MG; e o Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, em Recife-PE. Da mesma forma estava em processo a descentralização do Curso Técnico de Registros de Saúde para as ETSUS da região Nordeste e Centro-Oeste.

2





Aluna do PROVOC e orientadora. [Acervo EPSJV]

Participação de aluno PROVOC em evento. [Acervo EPSJV]

Alunos do curso Técnico de Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental. 1996-1997. [Acervo EPSJV]





O esforço de integração com outras unidades da Fiocruz foi ratificado no II Congresso Interno, realizado em 1994. Neste congresso foram aprovadas recomendações específicas para a área de ensino, tal como o estabelecimento de acordos, convênios e/ou protocolos entre órgãos internos e/ou externos à Fiocruz, a fim de formalizar e institucionalizar as ações de ensino, assim como definir áreas prioritárias para a formação técnica; o estabelecimento de formas de reconhecimento institucional e profissional dos funcionários envolvidos em atividades de ensino, cuja lotação seja em Unidades que não tenham o ensino como atividade principal; e a valorização da atividade docente quando da avaliação de desempenho funcional dos trabalhadores.

2

Ato comemorativo dos 10 anos da EPSJV. Na foto, alunos do CTSG. 1995 [Acervo EPSJV]

Mesa de abertura das comemorações dos 10 anos da EPSJV. 1995. [Acervo EPSJV]

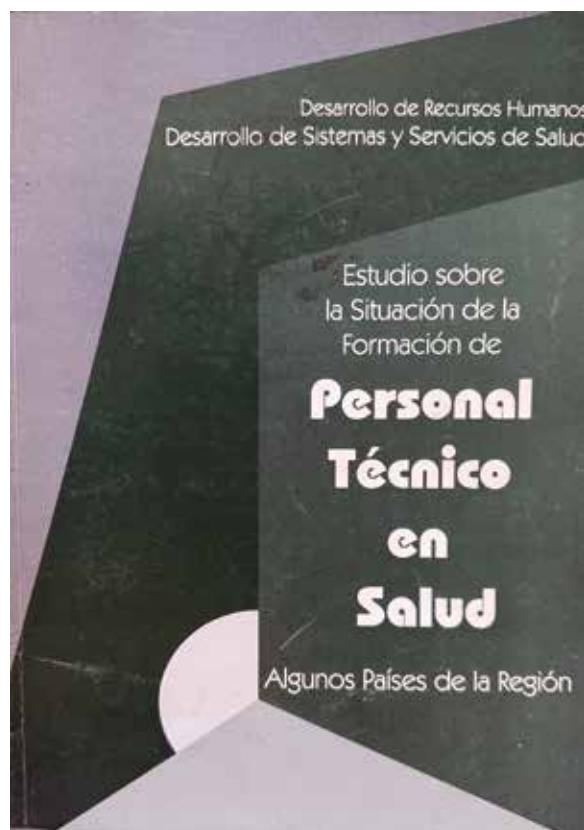
Relatório final do II Congresso Interno da Fiocruz. 1994.

Em dezembro de 1995, a Câmara Técnica de Ensino da Fiocruz aprova o primeiro Regimento Geral dos Cursos da Fiocruz, atualizado em 2002, anterior ao Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004, reunindo num único documento as normas de vigência do Ensino de Pós-Graduação *stricto sensu* e *lato sensu*; da Educação Profissional; e dos Estágios Curriculares oferecidos pela instituição. As modalidades de cursos previstas no Regimento da Educação Profissional, à época, são: cursos de nível básico e técnico, aperfeiçoamento técnico, especialização técnica, nível tecnológico e o estágio curricular. (Fundação Oswaldo Cruz, 2002).

No plano internacional, em 1996, é criada a Rede Latino-Americana de Formação de Técnicos em Saúde, atualmente denominada Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS), uma iniciativa do Programa de Recursos Humanos da Organização Pan-Americana da Saúde (HSR/OPS/OMS) e de um grupo de países denominados fundadores – Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba e México, com base no 'Estudo sobre a Situação de Formação de

Pessoal Técnico em Saúde', publicado pela OPS (Castillo; Manfredi, 1999). A Escola teve um papel estratégico na estruturação e implantação da Rede, por sua experiência com o Projeto-Escola e a edição de Livros-Textos, que balizou a execução de programas de capacitação docente das escolas da região, ao mesmo tempo em que foi sendo reconhecida como centro de referência na formação de trabalhadoras e trabalhadores de nível médio.

RETS Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde
Red Internacional de Educación de Técnicos en Salud
International Network of Health Technicians Education



Logomarca da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde

Estudo quanti-qualitativo realizado pela RETS, entre 1991-1995, nos países latino-americanos sobre a formação dos/as trabalhadores/as técnicos/as. Publicado em 1999. [Acervo EPSJV]

Homenagem da
EPSJV à Izabel
dos Santos por
sua liderança
no Projeto
Larga Escala e
colaboração na
construção do
Projeto Escola.
1997-1999 [Acervo
EPSJV]

A criação dessa Rede trouxe um novo desafio para a Biblioteca Emília Bustamante: se articular com os centros de documentação e bibliotecas da região para montar um banco de dados com informações de todo material bibliográfico existente na área de saúde, visando facilitar as pesquisas e consultas, e dinamizar o intercâmbio de material bibliográfico entre os técnicos e técnicas da América Latina.

O Projeto-Escola, iniciado em 1995, foi elaborado para construir, fortalecer e consolidar uma rede de Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), visando apoiar a descentralização do ensino de nível médio norteador pelos seguintes princípios: fortalecer o trabalho das esferas locais, respeitando as particularidades e diferenças; oferecer apoio, mas garantir a maior autonomia possível das parcerias instituídas; estabelecer compromissos com processos mais amplos de reforma do sistema de saúde; e a construção de políticas de recursos humanos que expressem a importância fundamental do trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras de nível médio. De início foram apoiadas 10, entre as 26 escolas técnicas existentes à época, selecionadas pela Opas/CGDRH-MS/Fiocruz. O critério de participação foi estabelecido de acordo com avaliação sobre o potencial de trabalho e resultados alcançados com a formação de pessoal de nível médio em Saúde (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 1997).



Essa gestão também inaugura a produção de material educativo de referência em áreas estratégicas para o SUS, com apoio do Programa de Ampliação de Livros e Textos da Fundación Panamericana para la Salud y Educación, Organização Pan-Americana da Saúde/Brasil (PALTEX/PAEHF/OPS) e do Ministério da Saúde. O primeiro volume da 'Série Trabalho e Formação em Saúde' é da área de Vigilância Epidemiológica, seguida de Saúde Mental, Registros de Saúde, Políticas de Saúde, Hemoterapia e Administração.



Série Trabalho e Formação em Saúde.

Ainda no plano internacional, em 1997, realizou-se a primeira missão conjunta da Fiocruz aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palops) – São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e Angola, com a participação de pesquisadores da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp) – Paulo Sabroza e Carlos Tobar, e da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) – Julio Lima. Financiada pela Perez Guerreiro Trust Fund (PGTF) fez parte do esforço de cooperação da Fiocruz com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) iniciado em 1994. (Carrillo Roa; Silva, 2015).





São Tomé e Príncipe, Posto de Saúde. 1997.
[Acervo Julio Lima]

Moçambique.
Alunos do Centro Regional de Desenvolvimento Sanitário. 1997.
[Acervo Julio Lima]

Guiné Bissau, 1997.
Festa popular de inauguração de posto de saúde em área rural. [Acervo Julio Lima]

São Tomé e Príncipe. 1997.
[Acervo Julio Lima]

Cabo Verde,
Unidade Sanitária de Base. 1997.
[Acervo Julio Lima]

Cabo Verde. 1997.
Posto de Saúde.
[Acervo Julio Lima]



Os objetivos foram: conhecer as realidades locais dos parceiros africanos; identificar contrapartes para dar seguimento técnico-político ao Projeto de Cooperação Técnica; identificar as prioridades em Capacitação de Recursos Humanos em Saúde relativas às ações básicas e às necessidades das populações; e identificar as acumulações já existentes nos diferentes sistemas de saúde destes países, seus modelos de organização institucional e, particularmente, a capacidade instalada no que se refere à formação de pessoal de nível superior, de nível técnico e agentes de saúde. A situação de conflito armado e instabilidade política em alguns países adiou em mais de dois anos o início da discussão das metas propostas pelo projeto, retomada no primeiro semestre de 2001, com uma Oficina de Trabalho entre a Fiocruz e os Palops para definição das prioridades de cooperação técnica e a busca de parcerias nacionais e internacionais para cumprir essa missão.



Relatório final da Primeira Missão da Fiocruz aos Palops. 1998. [Acervo EPSJV]

Vale ressaltar que, em 1997, realizou-se o primeiro concurso da EPSJV para o CTSG, desde que foi reconhecida pelo MEC como escola técnica federal, com dez vagas por habilitação para um total de 1.741 candidatos inscritos. A habilitação mais procurada foi a de Patologia Clínica com 801 inscritos. No ano seguinte foi criado o Grêmio Estudantil da EPSJV.

A Fiocruz e a EPSJV na contramão da Reforma do Estado

A gestão Tania Celeste (1993-2001) e a própria Fiocruz foram atravessadas por um fenômeno estrutural que alterou os rumos da saúde e educação no país: a Reforma do Estado, com a consequente contrarreforma inconclusa da área de saúde e a reforma estrutural e conceitual da educação média e profissional. Sob o comando do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2003), o estado desenvolvimentista que vinha sendo desmontado desde a era Collor (1990-1992) é substituído pelo Estado Gerencial, influenciado pelas ideias da social-democracia inglesa

e o neoliberalismo da Terceira Via. A ideia central não era minimizar o Estado como queriam os neoliberais, nem o expandir conforme a política anterior da social-democracia mundial, mas *reconstruir o Estado*, estruturando-o como um Estado necessário para gerenciar a transferência das empresas estatais e serviços públicos para o mercado, e delegar à sociedade civil a execução de algumas políticas, enquanto realiza outras de natureza focal. (Lima, 2010)

FHC inaugura entre nós o discurso da governança e da competição administrada. Para viabilizar a “modernização” e a privatização do setor público, o Plano Diretor da Reforma do Estado elabora um modelo conceitual caracterizado por três formas de propriedade: pública, pública não estatal e privada, que se relacionavam com quatro setores do aparelho do Estado então identificados – 1) o núcleo estratégico; 2) as atividades exclusivas; 3) os serviços não exclusivos; e 4) o setor de Produção de Bens e Serviços para o Mercado.

Os serviços não exclusivos ou competitivos do Estado estão implicados diretamente com as novas formas de desestatização e privatização no setor saúde e educação, como as organizações sociais (OSs) (Lei n. 9.637, de 15 de maio de 1998) (Brasil, 1998), por exemplo, e particularmente com o desenvolvimento da ‘burguesia dos serviços de saúde’ e suas demandas de formação para o trabalho. Também denominados de ‘serviços sociais competitivos’, que se refere aos setores em que o Estado atua em ‘parceria’ com organizações da sociedade civil, tais como os de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, meio ambiente, cultura e saúde. Neste caso, a forma de propriedade é ‘pública não estatal’, que, segundo o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), “não é a propriedade estatal, porque aí não se exerce o poder de Estado. Não é, por outro lado, a propriedade privada, porque se trata de um tipo de serviço por definição subsidiado” (Brasil, 1995, p. 55). Nos serviços que envolvem direitos humanos fundamentais, como os de educação e saúde, o Estado participa subsidiando essas ações e, como são ‘competitivos’, a forma de administração é gerencial.

O setor de Produção de Bens e Serviços para o Mercado corresponde às empresas estatais que estão no interior do aparelho de Estado, mas consideradas atividades econômicas tipicamente voltadas para o lucro. Logo seriam privatizadas e guiadas fundamentalmente pela administração gerencial. No jogo de forças que se instaurou, a proposta inicial da reforma com relação à Fiocruz era, entre outras, transformá-la em Organização Social e privatizar a sua vertente industrial: Far-Manguinhos e Bio-Manguinhos. A única Unidade Técnica que se manteria como exclusiva do Estado seria o Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS).

O tema do III Congresso Interno, realizado em 1998, foi 'Fiocruz Pública e Estratégica', que rejeitou a ideia de transformação da Instituição em Organização Social, definindo como estratégia a qualificação da Fiocruz como Agência Executiva vinculada ao MS, caracterizando-se, portanto, como órgão de Estado.

Como marco de referência foram reafirmadas as cinco cláusulas pétreas que caracterizam e justificam a existência da Fiocruz: 1) ser uma instituição pública, estatal e estratégica; 2) manter a sua integridade institucional; 3) reafirmar o seu compromisso social; 4) assegurar uma gestão democrática e participativa, com controle social; 5) garantir mecanismos que assegurem a eficiência e eficácia gerencial. (Fundação Oswaldo Cruz, 2000)



III Congresso Interno.
Fiocruz Pública e
Estratégica, 1998-
2000. [Acervo Asfoc]

Além dos aspectos econômicos, a constituição do Estado Gerencial na era FHC se vincula a mudanças que ocorrem no plano societário no qual se verificam uma redução da noção de democracia e o reordenamento da sociedade civil e das classes sociais. No setor saúde, provoca mudanças nas formas de privatização, ao mesmo tempo em que a burguesia dos serviços de saúde adere à vulgata neoliberal da globalização, competitividade, produtividade, reestruturação produtiva, revolução tecnológica e financeirização da economia. No campo educacional, as mudanças se relacionam à difusão da noção de sociedade do conhecimento articulada à pedagogia das competências e à empregabilidade, principalmente após a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996) (Brasil, 1996b).

Nesse período, a definição e implementação de políticas de saúde caminharam no sentido oposto aos princípios do SUS aprovados constitucionalmente, particularmente no que diz respeito à universalização do direito à atenção médica, à oferta majoritariamente pública dos serviços de saúde, ao financiamento baseado em tributos e mesmo à gratuidade do sistema. A contrarreforma não foi mais radical porque o direito à saúde não chegou a ser desconstitucionalizado, apesar das tentativas ocorridas no primeiro mandato de FHC, devido às mobilizações de diversos setores contrários aos interesses empresariais na área.

A disputa de sentidos no ensino médio e na educação profissional em saúde

Na educação, a emergência da noção de competência veio acompanhada da separação do ensino médio e da educação profissional, conforme determinada pelo Decreto n. 2.208/1997, que explicita a intenção de tratar a educação profissional como política focalizada para fazer face ao desemprego e subemprego. Desde então, se constitui como um sub-

sistema de ensino independente, com currículo próprio, complementar à educação básica e organizada em três níveis: básico, técnico e tecnológico. O nível técnico passaria a ser oferecido de forma concomitante ou sequencial ao ensino médio.

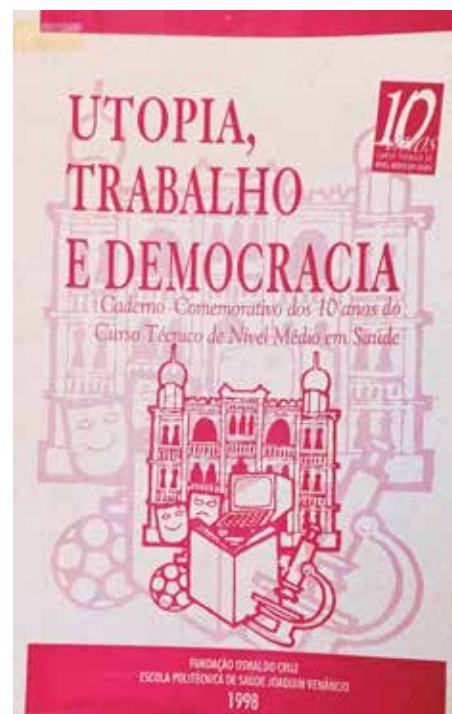
A noção de competências nasce no contexto de crise e redefinição do modo de acumulação capitalista, pós consenso de Washington, e passa a determinar o processo educativo escolar do ensino médio e da educação profissional, numa perspectiva pragmática, adaptativa e individualizante. Ao contrário do conceito de qualificação como relação social, as competências destacam os atributos individuais do trabalhador. Portanto, o desemprego e o trabalho precário passam a ser explicados pela falta de competência do trabalhador e a sua empregabilidade é uma responsabilidade individual. Nas escolas, as competências se deslocam do ensino centrado em saberes disciplinares para o ensino definido pela produção de competências verifi-

cáveis. Da mesma forma, na educação profissional o ensino deve desenvolver competências profissionais para a laborabilidade, com organização curricular em módulos curtos e flexíveis, capazes de dar acesso a um conjunto de certificados de qualificação profissional.

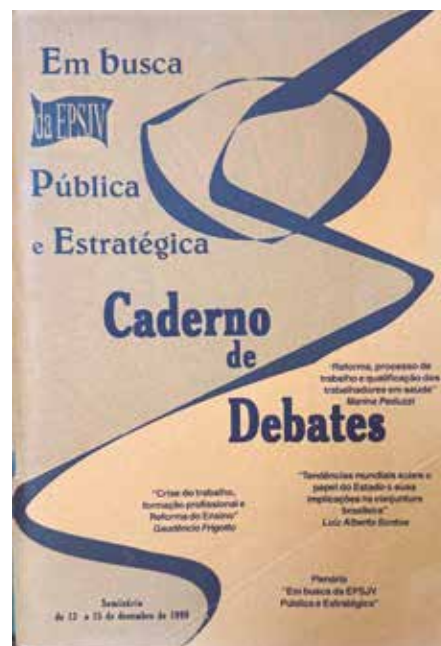
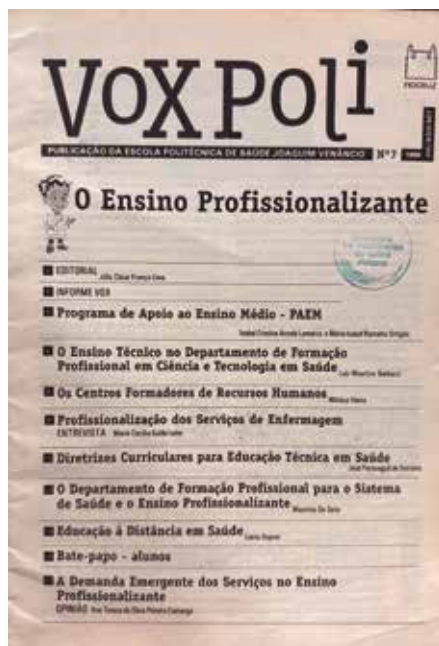
Diante dessa conjuntura adversa, a Escola realizou um ciclo de debates no Centro de Estudos, em 1997; publicou o 'Vox Poli' n. 4 (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Ve-

Utopia, Trabalho e Democracia. Caderno comemorativo dos 10 anos do Curso Técnico de Nível Médio em Saúde. 1998. [Acervo EPSJV]

Livro *A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?* Marise Ramos, 2001. Referência para a discussão das mudanças que ocorreram nas relações sociais em diversos âmbitos que permitiram a emergência da noção de competências enquanto uma perspectiva pedagógica individualista.



nância, 1998), dedicado à discussão dos desafios para a educação profissional em saúde diante da reforma do ensino; participou do Fórum do Ensino Médio do Estado do Rio de Janeiro, através da Câmara de Educação Profissional, elaborando documento com considerações sobre a Reforma – Vox Poli, n. 7 – (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 1999b); e organizou o seminário ‘Em busca da EPSJV Pública e Estratégica’, em 1999, em torno de três temas: Tendências mundiais sobre o papel do Estado e suas implicações na conjuntura brasileira; Crise do trabalho, formação profissional e Reforma do Ensino; Reforma, processo de trabalho e qualificação dos trabalhadores em saúde. (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 1999a)



2

Entendendo que, em termos políticos, a legislação não é a realidade, mas a expressão de forças dentro de uma determinada realidade, ou uma fatalidade a seguir, mas um campo de litígios a disputar no sentido de alterar ou interpretar de outra forma, “o núcleo fundamental da proposta da EPSJV continua válido e necessário do ponto de vista ético-político, teórico e em sua práxis pedagógica” (Frigotto, 1999, p. 55).

Vox Poli, n. 4, 1998. [Acervo EPSJV]

Vox Poli, n. 7, 1999. [Acervo EPSJV]

Caderno de Debates. Seminário “Em busca da EPSJV Pública e Estratégica”, 1999. [Acervo EPSJV]

Na área de saúde, o Ministério da Saúde e o conjunto das ETSUS adotaram a noção de competências, principalmente após a implantação do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae), em 1999. No contexto da reforma do Estado e apesar das críticas em relação à execução do Projeto, o Profae buscou reconstruir a noção de competência incorporando a autonomia dos trabalhadores no processo de trabalho e a dimensão política da formação.

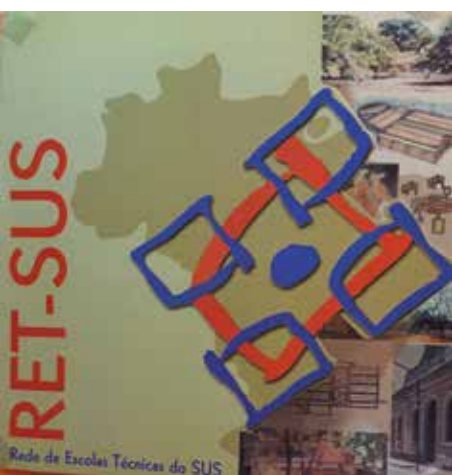
Formalmente, a EPSJV aderiu de forma crítica à pedagogia das competências, organizando o ensino médio e a educação profissional de forma concomitante (interna e externa) e subsequente, com matrículas independentes, mas sem renunciar ao seu núcleo fundamental. Isto é, promover uma formação politécnica, capaz de propiciar o domínio dos fundamentos científicos e tecnológicos que possibilitassem a compreensão do processo de trabalho e a inserção do aluno de forma crítica e independente no mundo da vida e do trabalho.

Mesmo com a determinação da modalidade concomitante, o esforço foi de articular a educação média e profissional. Por diversas razões, os cursos técnicos na área de laboratório (Técnico em Patologia Clínica e Técnico em Histologia) já se organizavam em módulos antes mesmo da legislação. Na área de saúde há uma tradição na organização de cursos modulares, e essa forma não significa perder de vista o tipo de trabalhador que se quer educar. Dessa maneira, tanto o conteúdo do curso como a construção de competências estão relacionados à concepção de homem, de trabalho, de educação e ciência.

Com a nova LDB, o curso técnico de segundo grau (CTSG) oferecido pela EPSJV passa a se chamar Curso Técnico de Nível Médio em Saúde (CTNMS).

A EPSJV reposiciona sua atuação em âmbito nacional e internacional

Em 2000, no plano nacional, a EPSJV assume a Secretaria Técnica da Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (RET-SUS), construída com base no desenvolvimento do Projeto-Escola e do diagnóstico das ETSUS patrocinado pelo Profae/MS, em 1999. Da mesma forma, o Observatório dos Técnicos em Saúde (OTS), criado em 2000, passa a integrar a Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde (ObservaRH). A Rede é formada por 21 observatórios e foi instituída pelo Ministério da Saúde, em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), que convida a Escola a se integrar à rede.



metodologia, seleção de tutores e sistema de tutoria, estruturação e organização dos Núcleos de Apoio Docentes (NADs). Sendo assim, a estratégia de operacionalização foi a formação de Redes com a organização de núcleos de apoio a distância, tutores e coordenações nacional, regional e estadual, além da produção de material didático.

2

Do ponto de vista conceitual, o Programa teve como primeiro eixo de referência o conceito de Vigilância à Saúde, construído desde o Termo de Referência do Núcleo de Vigilância em Saúde e Meio Ambiente, entendido como construtor ou reorientador dos modelos assistenciais do SUS. O outro eixo foi o



Em 1999, tem início as negociações para a implementação do Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde (Proformar) em âmbito nacional, em parceria com o Projeto 'Sistema Nacional de Vigilância em Saúde' (VigiSUS) e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa). A primeira oficina realizada em Brasília, em 2000, discutiu questões relativas à Educação a Distância para nível médio, conteúdo e forma do material didático,

Folder inaugural da RET-SUS.
[Acervo EPSJV]

Folder da Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde. [Acervo EPSJV]

Logomarca do Observatório dos Técnicos em Saúde

Folder comemorativo do primeiro sítio eletrônico do Observatório dos Técnicos em Saúde. [Acervo EPSJV]

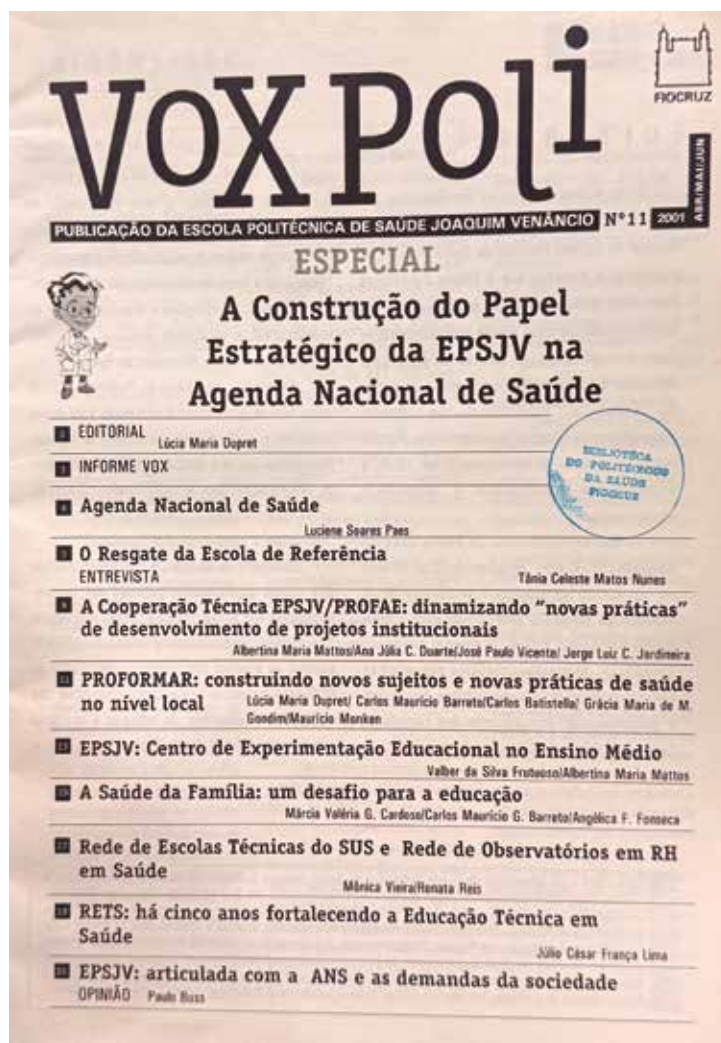
contexto de municipalização que vai traduzir esse conceito, em termos de informação, decisão e ação sobre o território, ao mesmo tempo que vai redefinir o papel, as competências e as funções dos trabalhadores e trabalhadoras de nível médio. A Vigilância em Saúde aponta para mudanças não apenas conceituais, mas no âmbito das práticas de saúde. (Vox Poli, n. 11) (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2001).

Em 2000, o Grupo de Trabalho de Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares se desvincula do Núcleo de Desenvolvimento Gerencial (NDG) e se torna um núcleo próprio.

A partir de 2001, na gestão André Malhão (2001-2009), a organização da Escola ganha em complexidade e, ao mesmo tempo, produz maior identidade e visibilidade às diversas equipes e núcleos de trabalho. Além disso, a logomarca da EPSJV, criada nesse momento, contribuiu para difundir a própria identidade e visibilidade da Escola.



**ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO**





A educação profissional em saúde no novo contexto político: ampliando os espaços de atuação da EPSJV

No quarto regimento, aprovado em 2004, a EPSJV passa a ter os seguintes órgãos: 1) *Órgãos Colegiados* (Assembleia Geral, Conselho Deliberativo, Câmara Técnica de Ensino e Informação, Câmara Técnica de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, Câmara Técnica de Gestão e Desenvolvimento Institucional e Colegiados dos Laboratórios); 2) *Órgãos de Direção* (Gabinete, Coordenação de Cooperação Internacional, Coordenação da Secretaria Técnica da RET-SUS, Coordenação Editorial da Revista Trabalho, Educação e Saúde e a Coordenação de Comunicação, Divulgação e Eventos); 3) *Vice-Diretoria de Desenvolvimento Institucional* organizada em torno da Coordenação de Administração (Serviço de Orçamento e Finanças, Serviço de Recursos Humanos, Serviço de Arquivo Documental, Serviço de Administração de Materiais, Patrimônio e Compras, e Serviço de Manutenção de Equipamentos e Instalações Prediais), e o Serviço de Planejamento (Setor de Convênios e Cooperação Técnica e o Serviço de Informática); 4) *Vice-Diretoria de Ensino e Informação* (Coordenação do Programa de

Pós-graduação em Educação Profissional em Saúde, Coordenação Geral do Ensino Técnico de Nível Médio em Saúde, Coordenação de Desenvolvimento de Materiais e Tecnologias Educacionais em Saúde/Núcleo de Tecnologias Educacionais em Saúde, e Secretaria Escolar); 5) *Vice-Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico* (Coordenação dos Programas de Apoio à Pesquisa Estratégica e Desenvolvimento Tecnológico e Biblioteca Emília Bustamante/Biblioteca Virtual de Educação Profissional em Saúde); 6) *Laboratórios* (Laboratório de Educação Profissional em Atenção à Saúde

2

Logomarca da EPSJV, criada em 2001.

Vox Poli, n. 11, 2001.
[Acervo EPSJV]

Assinatura do convênio para a construção da terceira sede, com recursos do Proep. Brasília, 2002. Na foto: Tania Celeste, Paulo Renato Souza (Ministro da Educação), Barjas Negri (Ministro da Saúde) e André Malhão.
[Acervo EPSJV]

Folder do Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde (Proformar).
[Acervo EPSJV]

– Laborat; Laboratório de Educação Profissional em Gestão em Saúde – Labgestão; Laboratório de Educação Profissional em Informações e Registros em Saúde – Lires; Laboratório de Educação Profissional em Manutenção de Equipamentos em Saúde – Labman; Laboratório de Educação Profissional em Técnicas Laboratoriais em Saúde – Latec; Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde – Lavsa; Laboratório de Formação Geral na Educação Básica – Labform; Laboratório de Iniciação Científica na Educação Básica – LIC-PROVOC e o Laboratório do Trabalho e da Educação Profissional em Saúde – Lateps); 7) Centro de Estudos Joaquim Alberto Cardoso de Mello.

A principal diferença em relação as estruturas anteriores é que os departamentos são extintos e em seu lugar são criados os Laboratórios. As equipes e núcleos que antes se aglomeravam no interior de dois departamentos, com objetos de trabalho nas áreas de educação e pesquisa distintos, ganham espaços próprios de desenvolvimento de propostas e atividades, passam a ter equipes definidas pelo recorte dos objetos de trabalho e maior autonomia e visibilidade, consequentemente maior responsabilidade.

Além disso, os órgãos colegiados nas áreas de ensino, pesquisa e gestão, e dos Laboratórios, ampliam o espaço de participação de todos na vida institucional e permitem aflo-
rar similaridades e diferenças dos diversos núcleos até então constituídos. Das quatro coordenações vinculadas à direção, a única existente até então era a de comunicação, divulgação e eventos, que ganha em robustez com aumento da equipe e de trabalho, mas também uma nova orientação política: contribuir para a formação política, ética e técnico-científica das trabalhadoras e trabalhadores de saúde, particularmente no campo da Educação Profissional em Saúde, através do periódico jornalístico ‘Revista Poli’ que será veiculada a partir de 2008.

As outras três coordenações representam as novas frentes de trabalho que a EPSJV começa a assumir de forma mais orgânica ao seu projeto político-pedagógico, tais como a publicação do periódico científico ‘Trabalho, Educação e Saúde’ (TES), a partir de 2003, em acesso aberto e atualmente classificada como B1 na Capes. No número inaugural define-se como um projeto, ao mesmo tempo técnico e político, de divulgação de conhecimento e pensamento crítico, que faz parte da consolidação da Escola como instituição pública e estratégica que apoia, nacionalmente, o campo da Educação Profissional em Saúde. (Malhão, 2003)



Revista Trabalho, Educação e Saúde,
v.1, n.1, 2003 [Acervo EPSJV]

Além disso, a revista se afirma como um periódico que não é voltado somente ao público especializado ou a comunidade acadêmica, mas almeja que os artigos da TES façam parte do processo de formação de trabalhadores, gestores e estudantes de pós-graduação e movimentos sociais. No âmbito dos periódicos científicos da Fiocruz, a TES foi o primeiro a ter uma editora-chefe mulher, atuante até os dias de hoje (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2024).

Desde que passa a ser Centro Colaborador da OMS para a Educação de Técnicos em Saúde, a partir de 2004, a EPSJV assumiu a responsabilidade de contribuir para a plena realização de programas e objetivos definidos nos contextos global, pela OMS, e regional, pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), que atua como representação da OMS na região das Américas. Atualmente a Coordenação de Cooperação Internacional atua como Secretaria Executiva da Rede

Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (Rets) e coordena duas sub-redes: Rede de Escolas Técnicas de Saúde da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Rets-CPLP) e a Rede Ibero-Americana de Educação de Técnicos em Saúde (Riets).

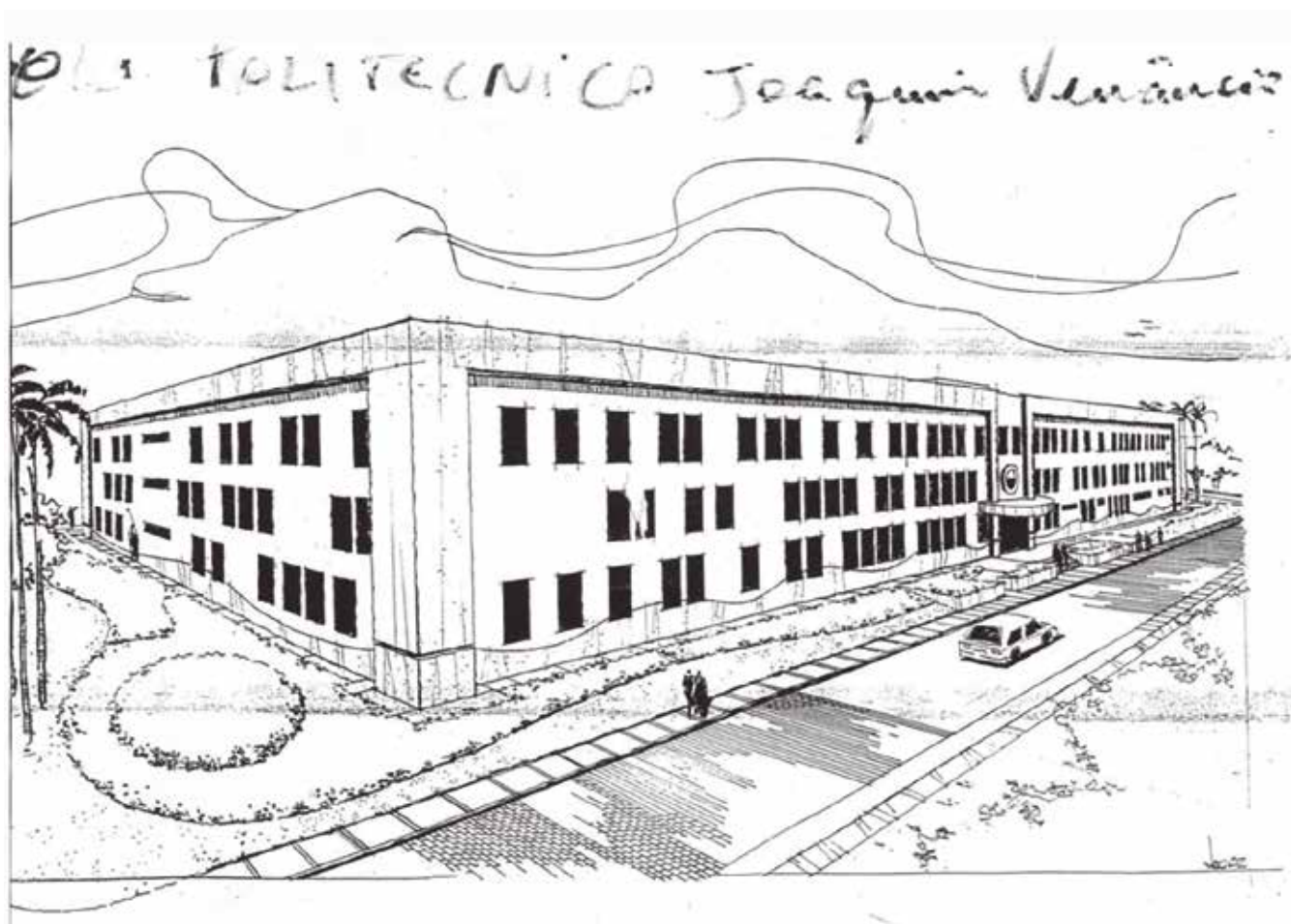
A Coordenação da Secretaria Técnica da RET-SUS, em apoio às ETSUS no âmbito nacional, buscou desde o início fortalecer o trabalho em rede, e uma das principais estratégias foi na área de comunicação. Sendo assim, a partir de 2004, passou a ser responsável pela edição e publicação da revista RET-SUS até 2008. Em 2010 a Escola passou a sediar a Secretaria Executiva de Comunicação da Rede, responsável pelo novo projeto editorial da Revista, editada até 2016.

Na nova estrutura aprovada em 2004, verifica-se também a ampliação do escopo de trabalho da Vice Direção de Gestão, a incorporação da área de Informação à Vice Direção de Ensino e de Desenvolvimento Tecnológico à Vice Direção de Pesquisa.

À Vice Direção de Ensino e Informação vincularam-se diversas coordenações. Entre elas, a Coordenação de Desenvolvimento de Materiais e Tecnologias Educacionais em Saúde/ Núcleo de Tecnologias Educacionais em Saúde (Nuted). Uma iniciativa inovadora em termos de concepção e prática, forma e conteúdo, que será responsável, no primeiro mo-

mento, pelo registro de imagens visando à memória audiovisual da instituição e que, no período 2005-2025, vai se consolidar em três áreas de atuação: educação audiovisual, jogos na educação profissional em saúde e criação de ambientes virtuais de aprendizagem. Essa atuação permite a capilarização das suas propostas nas redes de ensino existentes e, particularmente, nas unidades básicas de saúde de todo o país.

Essas mudanças se operam num outro contexto político com a eleição do governo Lula da Silva (2003-2011), que inaugura pessoalmente a nova sede da EPSJV, em agosto de 2004. Com financiamento do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep) do Ministério da Educação (MEC), a direção da EPSJV promove a construção de um prédio de três andares que aglutinou todas as equipes de trabalho, antes divididas entre a segunda sede e o atual Campus Maré da Fiocruz, na Avenida Brasil.





Projeto elaborado pela arquiteta Cristina Ribeiro da Dirac, atual Cogic.

Inauguração da terceira sede da EPSJV, em agosto de 2004, com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. [Acervo EPSJV]

Placa comemorativa da inauguração da terceira sede da EPSJV, em agosto de 2004, com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. [Acervo EPSJV]





Inauguração da terceira sede da EPSJV, em agosto de 2004, com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. [Acervo EPSJV]

Inauguração da terceira sede da EPSJV, em agosto de 2004, com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na foto: Eduardo Campos, Humberto Costa, Tarso Genro, Paulo Buss, Lula da Silva, D. Marisa, André Malhão. [Acervo EPSJV]





Inauguração da terceira sede da EPSJV, em agosto de 2004, com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. [Acervo EPSJV]

Inauguração da terceira sede da EPSJV, em agosto de 2004. Foto Lula da Silva e alunas do CTNMS. [Acervo EPSJV]

Inauguração da terceira sede da EPSJV, em agosto de 2004. Na foto Lula da Silva, D. Marisa e equipe de professores. [Acervo EPSJV]

Inauguração da terceira sede da EPSJV, em agosto de 2004. Homenagem à Cristina Ribeiro, arquiteta responsável. [Acervo EPSJV]

Inauguração da terceira sede da EPSJV, em agosto de 2004. Foto Paulo Buss. Presidente da Fiocruz. [Acervo EPSJV]

Festa comemorativa da inauguração da terceira sede da EPSJV, em agosto de 2004. [Acervo EPSJV]



No campo educacional, a ênfase no primeiro governo Lula da Silva foi em torno de duas reformas educacionais destinadas à reestruturação da formação para o trabalho complexo: a reforma da educação superior e a reforma da educação tecnológica. Em relação a essa última, o embate fundamental dos setores progressistas da área de educação foi no sentido de resgatar o projeto unitário do ensino médio. Isto é, resgatar o ideário de integrar ciência e cultura, humanismo e tecnologia, inclusive a possibilidade da formação específica para o exercício das profissões técnicas, com a proposta do ensino médio integrado. Dessa forma, buscavam resgatar a concepção de educação que se pauta na integração entre trabalho manual e intelectual, entre educação geral e educação profissional. Nesses termos, o conceito de educação tecnológica ganhava o mesmo significado de politécnica. Os setores progressistas procuravam (re)construir os princípios e fundamentos da formação dos trabalhadores sob uma perspectiva emancipatória, bloqueada pela legislação anterior.

Em síntese, a proposta do ensino médio integrado, construída em 2004, retoma a ideia da educação politécnica “que combine trabalho, ciência e cultura na sua prática e nos seus fundamentos científico-tecnológicos e histórico-sociais” (Frigotto; Ciavatta, 2004, p.18).

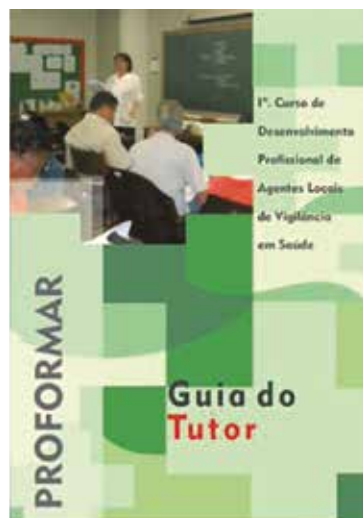
Nesse contexto, foi revogado o decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997, substituído pelo decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004, um documento híbrido que expressa o intenso processo de debates e disputas então ocorridos. Embora contemple a integração do ensino médio com a educação profissional, abrindo a possibilidade de uma formação baseada na perspectiva da politécnica, mantém as formas concomitante e subsequente, e a noção de competência como conceito orientador do ensino. Ademais, permite o desenvolvimento da educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.



Livro *Ensino médio integrado: concepção e contradições*, 2005, é um conjunto de artigos sobre o debate teórico e político que buscam avançar na implantação do ensino médio unitário e politécnico.

Livro *Ensino médio: ciência, cultura e trabalho*, 2004, uma coletânea de textos que buscam a articulação entre trabalho, ciência e cultura no ensino médio.

Guia do Tutor e Guia do Aluno. Proformar, 2004.



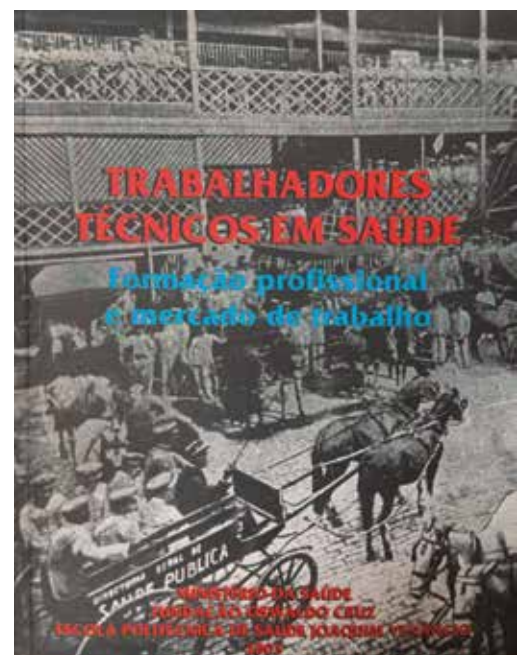
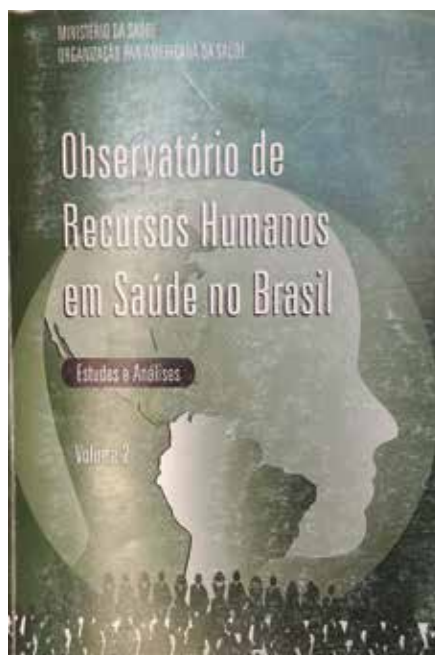
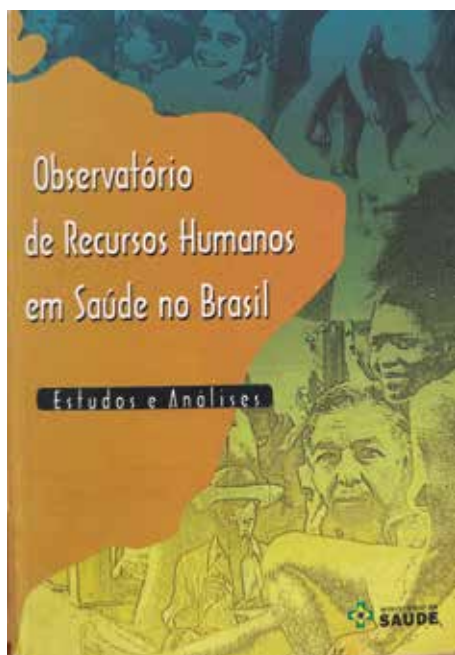
No âmbito do setor saúde, ao contrário das expectativas depositadas no governo Lula da Silva de reversão do processo de privatização e sucateamento do SUS, o que se assistiu foi a edição de novas políticas de apoio e/ou tratamento fiscal diferenciado para a burguesia de serviços de saúde. Mais que isso, não rompe com o modelo conceitual elaborado pelo Plano Diretor da Reforma do Estado no governo FHC.

De todo modo, é importante assinalar que, entre o final dos anos 1990 e a primeira me-

tade dos anos 2000, a EPSJV passa por um período de intensa vitalidade e amadurecimento do seu projeto político-pedagógico. Além das atividades já assinaladas, em outubro de 2001, foi assinado o convênio entre a EPSJV, a Funasa e a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação da Saúde (SGTES) do Ministério da Saúde (MS), para a realização do Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde – Proformar. O programa ofereceu formação docente e o curso de Desenvolvimento Profissional de Agentes Locais de Vigilância em Saúde para os agentes de endemias entre 2003 e 2006, formando aproximadamente 32 mil profissionais. Foi realizado em 25 estados e no Distrito Federal, formando trabalhadores de mais de 4 mil municípios, e instalou 261 Núcleos de Apoio à Docência em âmbito nacional, produzindo material didático específico, composto de dez livros e quatro vídeos. Os livros produzidos podem ser encontrados no endereço: <https://www.epsjv.fiocruz.br/series/livros/707> (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2004)

Em 2004, a Escola inaugura o curso de pós-graduação *lato sensu* em Docência da Educação Profissional para os professores-pesquisadores da EPSJV, posteriormente renomeado como curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação Profissional em Saúde, em 2006 (Brasil, 2007).

Na área de pesquisa, entre 2002 e 2004, o Observatório dos Técnicos em Saúde (OTS) teve dez projetos aprovados com fontes de financiamento diversos: Profae/MS; Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS) com apoio da Opas; e do Ministério da Saúde no âmbito do plano diretor da Rede Observatório de Recursos Humanos de Saúde (Rede ObservaRH), com apoio da Opas.



Portanto, ao completar 20 anos de existência, a EPSJV era reconhecida nacional e internacionalmente, e estavam dadas as condições organizacionais e infraestruturais para a consolidação do projeto político pedagógico da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

Livro *Observatório de Recursos Humanos em Saúde no Brasil*, vol.1, 2003.

Livro *Observatório de Recursos Humanos em Saúde no Brasil*, vol.2, 2004.

Livro *Trabalhadores Técnicos em Saúde: formação profissional e mercado de trabalho*. 2003. Primeiro livro publicado pelo OTS com os resultados das duas primeiras pesquisas realizadas. [Acervo EPSJV]

Referências

AMÂNCIO FILHO, Antenor; MOREIRA, Maria Cecília G. B. **Saúde, trabalho e formação profissional**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Educação Profissional em Saúde: Multidisciplinar II – Sociais e Humanidades**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. (Identificação da Proposta 3980 - Mestrado Profissional).

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **OF/MEC/SEMTEC/DDE/CGDEM n. 1.511, de 1/8/1996**. Brasília: DDE, 1996a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 45, de 23/7/1991**. Brasília: Ministério da Educação, 1991.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995, p. 55.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 2 jun. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998**. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9637.htm. Acesso em: 2 jun. 2025.

CASTILLO, Alcira; MANFREDI, Maricel. **Estudio sobre la situación de la formación de personal técnico en salud**: algunos países de la región. Washington: OPS, 1999.

ESCOLA POLITÉCNICA DA SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. Apresentação dos resumos dos projetos. **Boletim Informativo PAETEC**, Rio de Janeiro, n. 1, nov. 1994.

ESCOLA POLITÉCNICA DA SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. **Caderno Politécnico**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2000.

ESCOLA POLITÉCNICA DA SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. **Caminhos da politecnia**: 30 anos da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro: EPSJV, 2016.

ESCOLA POLITÉCNICA DA SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. Em busca da EPSJV pública e estratégica. *In*: ESCOLA POLITÉCNICA DA SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. **Caderno de debates**. Rio de Janeiro: EPSJV, 1999a. p. 77-108.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. **Contribuições da TES para o PPP**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2024.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO (org.). **Curso de desenvolvimento profissional de agentes locais de vigilância em saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2004. Material didático do Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde é composto por sete volumes: O SUS e a Vigilância em Saúde; O Processo de Trabalho da Vigilância em Saúde; O Território e a Vigilância em Saúde; Trabalho e Ambientes Saudáveis; Informação e Diagnóstico de Situação; Planejamento em Saúde e Práticas Locais; e Educação e Ação Comunicativa. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/series/livros/707>. Acesso em: 28 jul. 2025.

ESCOLA POLITÉCNICA DA SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. Fórum do ensino médio. **Vox Poli**, Rio de Janeiro, n. 7, 1999b, p. 3.

ESCOLA POLITÉCNICA DA SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. Lei de Diretrizes e Bases e o ensino técnico profissionalizante. **Vox Poli**, Rio de Janeiro, n. 4, mar./abr. 1998.

ESCOLA POLITÉCNICA DA SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. PROFORMAR: construindo novos sujeitos e novas práticas de saúde no nível local. **Vox Poli**, Rio de Janeiro, n.11, p.11, abr./maio/jun. 2001.

ESCOLA POLITÉCNICA DA SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. Projeto-Escola: Formação estratégica para nível médio. **Vox Poli**, Rio de Janeiro, n.1, p. 6-9, jun./jul.1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Crise do trabalho, formação profissional e reforma do ensino. *In*: ESCOLA POLITÉCNICA DA SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. Em busca da EPSJV pública e estratégica. **Caderno de Debates**. Rio de Janeiro: EPSJV, 1999. p. 45-59.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Formação Profissional no 2º grau**: em busca do horizonte da Educação Politécnica. Rio de Janeiro: EPSJV, 1988.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (org.). **Ensino médio**: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Ato da Presidência 030/86-PR**. Define o Regimento Interno do Politécnico da Saúde “Joaquim Venâncio” vinculado à Vice-Presidência de Recursos Humanos. 3 fev. 1986. Disponível em: <https://www.memoria.coc.fiocruz.br/index.php/ato-da-presidencia-no-030-86-pr>. Acesso em: 3 jun. 2025.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Ato da Presidência nº 086/89-PR**. Constituir o Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, como Unidade Técnico-Científica da Fiocruz, por decisão unânime do Conselho Deliberativo. 31 maio 1989a. Disponível em: <https://www.memoria.coc.fiocruz.br/index.php/ato-da-presidencia-no-086-89-pr>. Acesso em: 3 jun. 2025.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Ato da Presidência 087/89-PR.** Desvincular o Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio da subordinação da Vice-Presidência de Ensino por tratar-se de Unidade Técnico-Científica. 31 maio 1989b. Disponível em: <https://www.memoria.coc.fiocruz.br/index.php/ato-da-presidencia-no-089-89-pr>. Acesso em: 3 jun. 2025.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Ato da Presidência nº 095/85-PR.** Criar o Politécnico da Saúde “José Rodrigues da Silva”. 1 jul. 1985a. Disponível em: <https://memoria.coc.fiocruz.br/index.php/ato-da-presidencia-no-095-85-pr>. Acesso em: 3 jun. 2025.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Ato da Presidência nº 130/89-PR.** Altera a denominação do Politécnico de Saúde. 16 ago. 1989c. Disponível em: <https://www.memoria.coc.fiocruz.br/index.php/ato-da-presidencia-no-130-89-pr>. Acesso em: 3 jun. 2025.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Ato da Presidência n. 130/94-PR.** Estabelece normas e procedimentos para o Programa de Aperfeiçoamento do Ensino Técnico da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. 2 maio 1994. Disponível em: <https://www.memoria.coc.fiocruz.br/index.php/portaria-da-presidencia-no-130-94-pr>. Acesso em: 3 jun. 2025.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Ato da Presidência nº 136/89-PR.** Regulamenta o Regimento Interno da Escola Politécnica Joaquim Venâncio. 16 ago. 1989d.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Ato da Presidência nº 148/85-PR.** Substitui o nome da unidade técnica. 6 ago. 1985c. Disponível em: <https://www.memoria.coc.fiocruz.br/index.php/ato-da-presidencia-no-148-85-pr>. Acesso em: 2 jun. 2025.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Ato da Presidência 226/85-PR.** Define Estrutura Organizacional do Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio. 1 out. 1985d. Disponível em: <https://memoria.coc.fiocruz.br/index.php/ato-da-presidencia-no-226-85-pr>. Acesso em: 3 jun. 2025.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Plenária extraordinária III congresso interno:** Fiocruz pública e estratégica: modelo de gestão. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio:** diretrizes básicas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1985. 19 p.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Regimento geral de Ensino em Educação Profissional da Fiocruz.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

LIMA, Júlio César F. Concepção politécnica de ensino: teoria e prática na formação técnica da EPSJV/ Fiocruz. In: ESCOLA POLITÉCNICA DA SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. **Utopia, trabalho e democracia:** caderno comemorativo dos dez anos do curso técnico de nível médio em saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, 1998. p. 67-75

LIMA, Júlio César F. **Política de saúde e formação profissional dos trabalhadores técnicos de enfermagem**. 2010. 470f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MALHÃO, André. Apresentação. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, 2003. Disponível em: <https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/1949/1017>. Acesso em: 2 jun. 2025.

MARTINS, Carla M. *et al.* Reformulação da educação profissional em laboratórios de saúde. *In*: ESCOLA POLITÉCNICA DA SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. **Utopia, trabalho e democracia**: caderno comemorativo dos dez anos do curso Técnico de Nível Médio em Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, 1998. p. 96-104.

MOROSINI, Márcia Valéria G. C. Onde trabalham e onde estudam as técnicas e os técnicos do eixo ambiente e saúde no Brasil. **Boletim OTS Dados**: disseminação científica para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde, Rio de Janeiro, ano 1, n.1, 2024. Disponível em: <https://www.observatorio.epsjv.fiocruz.br/boletim-ots-dados-01-onde-trabalham-e-onde-estudam-tecnicas-e-os-tecnicos-do-eixo-ambiente-e-saude>. Acesso em: 3 jun. 2025.

CARRILLO ROA, Alejandra; SILVA, Felipe Ricardo Baptista. A Fiocruz como ator da política externa brasileira no contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: uma história revelada. **História, Ciências, Saúde**: Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 1-16, jan./mar. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702015000100009>.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politécnica**. Rio de Janeiro: EPSJV, 1989.



3

TEMPO DE CONSOLIDAÇÃO
2005-2025



Foto: Erika Farias - Mural Joaquim Venâncio. Negro Muro. 2024 [Acervo EPSJV]

Tempo de Consolidação 2005-2025

A EPSJV como Centro de Referência Nacional e Internacional em Educação Profissional em Saúde

O Projeto Político Pedagógico (PPP) publicado em 2005, ainda em vigor, resume os principais pressupostos da formação politécnica da EPSJV: reafirma a politecnia como eixo estruturante da proposta pedagógica, organizacional e ético-política da Escola; a educação profissional como parte de um projeto nacional, baseado na democracia e articulada ao desenvolvimento nacional e à cidadania social dos trabalhadores e na defesa da escola pública; a defesa de que a todo trabalhador deve ser garantida a educação básica; que a formação, a partir do trabalho em saúde, desenvolva a compreensão da organização do trabalho na nossa sociedade e dos princípios científicos-tecnológicos que informam a prática e a própria forma de organizar esse trabalho; a formação profissional politécnica como um processo de construção individual e coletivo, em que os indivíduos se qualificam na escola e nas relações sociais; que o currículo integrado desenvolva competências individuais e competências sócio-históricas; que o conhecimento é construído socialmente pelo trabalho e nas relações sociais, e relacionado ao processo ensino-aprendizagem; que a contextualização valorize os conhecimentos que o aluno e o trabalhador detém, mas que aponte para além do senso comum (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2005).



Esses pressupostos estão na base da atuação no âmbito nacional e internacional, exercida através da coordenação e implementação de programas de ensino nas áreas estratégicas para a saúde pública e a C&T em saúde; na elaboração de projetos de política, regulamentação, currículos,



los, cursos, metodologias e tecnologias educacionais; na elaboração de material didático, sob a forma textual e/ou multimídia; na produção e divulgação de conhecimento na área de trabalho, educação e saúde; no desenvolvimento de pesquisas sobre o trabalho em saúde e a formação profissional em saúde; na formulação e implementação de propostas de capacitação docente.

Essa capacidade de elaboração e atuação no campo da educação profissional em saúde é resultado do processo de trabalho educativo desses 40 anos de existência. Ao contrário dos 20 anos anteriores (1985-2004) que tiveram quatro estruturas organizacionais diferentes, a última (re)estruturação aprovada em 2004, deu mostras da sua perenidade e capacidade de trabalho das equipes dos nove laboratórios instituídos, atravessando todas as diretorias eleitas no período 2005-2025. Isso foi importante para que a Escola ganhasse em estabilidade e reconhecimento.

Conquistar o lugar de Centro de Referência Nacional e Internacional em Educação Profissional em Saúde é fruto de persistência, resiliência e trabalho. É uma construção, não é autodeclaração. É uma ideia que estava implícita desde as primeiras ações da Escola, que se explicita com mais vigor no seminário 'Em busca da EPSJV Pública e Estratégica', em 1999 (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 1999). Ela se realiza com o reconhecimento das instituições nacionais e internacionais e dos movimentos sociais e sindicais pelo trabalho educativo realizado. Isto é, a formação de

Projeto Político Pedagógico da EPSJV, 2005. [Acervo EPSJV]

Prospecto EPSJV. [Acervo EPSJV]

Regimento interno da EPSJV. 2004. [Acervo EPSJV]

trabalhadores e trabalhadoras em Educação Profissional em Saúde na perspectiva omnilateral ou do trabalho como princípio educativo.

Essa formação se realiza tanto na integração do ensino médio com a educação profissional, que pressupõe a formação de novos quadros para o SUS e a C&T em Saúde, como na organização dos cursos técnicos concomitantes ou subsequentes ao ensino médio, nos cursos de formação inicial ou continuada (atualização, desenvolvimento e qualificação profissional), nos de Aperfeiçoamento Técnico e Especialização Técnica, na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e na Pós-graduação.

No plano nacional, o reconhecimento vai sendo construído com a participação no diagnóstico das Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (ETSUS), realizado no âmbito do Projeto de Profissionalização de Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae), e posterior apoio à organização da Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (RET-SUS). No período 2000-2008, assume a Secretaria Técnica dessa Rede, que fica responsável pela publicação da Revista RET-SUS e, no período 2010-2016, assume a Secretaria Executiva de Comunicação da Rede. No ano 2000, ocorre a abertura e o funcionamento do Observatório dos Técnicos em Saúde (OTS) e a publicação dos estudos realizados ao longo desse período. Em 2010, a criação do Observatório de Juventude, Ciência e Tecnologia.

Na área de ensino, particularmente, o reconhecimento ocorre através de inúmeras iniciativas no âmbito nacional. Entre 2000 e 2006, com a concepção e execução do Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde (Proformar) em todos os estados brasileiros. Em 2004, com a assessoria para a elaboração dos referenciais curriculares dos cursos técnicos de agentes comunitários de saúde e de vigilância em saúde em 2011. Este último no âmbito do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps), desenvolvido pelo Ministério da Saúde, a partir de 2009, que definiu as áreas estratégicas para a educação profissional técnica de nível médio em saúde, sendo a vigilância em saúde uma delas. Em 2008, em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), no curso de Saúde Ambiental para População do Campo e, com o MAB, em 2018, no curso Educação Popular, Direito e Participação Social: Bordando a Saúde das Mulheres atingidas por Barragens e no curso de Educação Popular em Saúde Ambiental em Comunidades: Pedagogia das Águas em Movimento. A partir de 2016, com a coordenação do curso de aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde – EdPopSUS. Entre 2016-2018, com a execução da

especialização técnica na área de radioterapia, de modo a contribuir com o Plano de Expansão da Radioterapia no SUS. Em 2024, com a coordenação do Programa de Formação de Educadoras e Educadores Populares de saúde da região da Amazônia Legal e Pantanal Matogrossense e, em 2025, com a coordenação do curso de especialização *lato sensu* em Preceptoria para a Educação Profissional em Saúde (EdProfSUS) com ênfase na atenção primária e vigilância em saúde.

Destaque também para a produção de material didático e/ou pedagógico das áreas prioritárias para o SUS e/ou em apoio aos projetos, permitindo acesso livre e aberto ao conteúdo integral de todas as suas publicações em ambiente virtual. Da mesma forma, o periódico científico ‘Trabalho, Educação e Saúde’ (TES), criado em 2003, e o periódico jornalístico ‘Revista Poli’, criado em 2008, têm acesso livre e aberto no sítio web da EPSJV.

Completando 17 anos em 2025, a Revista Poli – Saúde, Educação e Trabalho é uma publicação da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio que, desde 2008, vem buscando colocar o jornalismo público a serviço do fortalecimento da Educação Profissional em Saúde, um dos princípios da Reforma Sanitária e do SUS. Isso significa que ela não tem um foco exclusivamente institucional, sendo sim uma iniciativa que, mais do que informar, visa contribuir para a formação dos sujeitos – profissionais, estudantes, professores, gestores – que atuam na interface entre essas três áreas. Ao longo desse período, a Revista Poli vem pouco a pouco expandindo seu alcance: recentemente, aumentou sua tiragem de 13 mil para 15 mil exemplares. Ampliou também sua capilaridade, chegando hoje a mais de mil municípios brasileiros, seja por meio de assinaturas gratuitas para qualquer pessoa interessada em recebê-la, seja pela distribuição para instituições públicas de educação e saúde, além de órgãos governamentais. De 2017 a 2025, a Revista Poli aumentou seu número de assinantes em mais de 400%, passando de 1.589 para 8.779. Mais de 1,2 mil novos assinantes se inscreveram durante a pandemia de covid-19, quando a revista fez uma ampla cobertura da emergência sanitária, sob os mais diversos aspectos e com as mais variadas abordagens. Também houve ampliação na mala direta da revista, que foi duplicada entre 2017 e 2025, passando de 5.088 para 13.774 exemplares distribuídos a cada edição. Desse total, 4.995 são enviados para diversas instituições públicas de educação, saúde e outras, além de órgãos governamentais e outras entidades afins. A revista também está disponível para *download* no sítio da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Nos últimos anos, as mídias sociais da Escola têm favorecido ainda mais a circulação e o

diálogo com leitores, por meio da divulgação do conteúdo da Revista Poli em formatos e linguagens adequadas a esses canais, sem descuidar da tarefa de informar os leitores a partir das suas reportagens.



Essa expansão significativa de cursos técnicos de nível médio, publicações e parcerias, associada à abertura da Pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, em 2004 e 2008, respectivamente, credenciaram a EPSJV a ocupar paulatinamente o lugar de Centro de Referência Nacional em Educação Profissional em Saúde.

Revista Poli, Ano 1, n. 1, set./out. 2008. Número inaugural comemorativo dos 20 anos do SUS e da Constituição Federal.

Da mesma forma, no plano internacional, o reconhecimento pelo trabalho educativo realizado ocorre com a indicação da Escola como Centro Colaborador da OMS para a Educação de Técnicos em Saúde, em 2004; com a reativação da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (Rets), em 2005, posteriormente assumindo a sua Secretaria Executiva; e a cooperação inter-

nacional com os países africanos de língua oficial portuguesa (Palop), em 2004, e com os países latino-americanos, em 2005. Desse momento em diante as missões internacionais se intensificam, assim como as pesquisas realizadas especialmente com os países da América Latina, por meio da Cooperação Internacional e do Observatório dos Técnicos em Saúde.

Essas estratégias político-pedagógicas passaram a exigir maior compromisso das equipes, ao mesmo tempo que tornaram mais complexo o ato educativo. Por um lado, as demandas de Educação a Distância, por exemplo. De outro, o acesso a documentação e informações sobre a formação profissional em saúde dos países latino-americanos e africanos de língua portuguesa, e o conhecimento sobre a organização dos setores de educação e saúde desses países.

Em 2006, é lançada a Biblioteca Virtual em Saúde/Educação Profissional em Saúde (BVS-EPS), reconhecida e certificada logo depois pelo Centro Latino-Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde (Bireme). A BVS-EPS se propôs inicialmente a ser mais um espaço ou zona virtual de contato com a RET-SUS. Porém, a nomeação da

EPSJV como Centro Colaborador da OMS favoreceu a sua consolidação entre os países latino-americanos, caribenhos e africanos de língua portuguesa, principais focos de atuação do Centro Colaborador. (Biblioteca Virtual em Saúde, 2006).

Portanto, nos últimos 20 anos (2005-2025), alguns marcos, entendidos aqui como ações que caracterizam o período, foram fundamentais para avançar nesse processo de consolidação da Escola como Centro de Referência Nacional e Internacional em Educação Profissional em Saúde, sintetizados abaixo. São eles: o desenvolvimento da cooperação internacional; a criação da Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (RET-SUS); a criação da Pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* em Educação Profissional em Saúde; a criação do Observatório dos Técnicos em Saúde e do Observatório de Juventude, Ciência e Tecnologia; a produção de conhecimento através das pesquisas realizadas; o desenvolvimento de cursos e parcerias com os movimentos sociais e sindicais; e as publicações institucionais.

1) Cooperação Internacional

A designação da Escola como Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde (CC-OMS) foi fundamental para alavancar a cooperação internacional. Em fevereiro de 2003, a Representação no Brasil da Opa apresentou a candidatura da EPSJV a CC-OMS para a Educação de Técnicos em Saúde, considerando que a Escola já cumpria todos os requisitos necessários para tal, dentre os quais: o alto nível científico e técnico da instituição em âmbitos nacional e internacional; o lugar de destaque na estrutura de saúde, ciência e educação no país; a alta qualidade de seu corpo técnico e científico com quantidade suficiente de pessoal capacitado para o trabalho; a estabilidade institucional no que se refere à força de trabalho, a suas atividades e ao financiamento de suas ações; as fortes relações de trabalho com outras instituições no país e em outros países, em níveis regionais e globais; a capacidade e vontade de contribuir de modo individual ou como membro integrante de redes para as atividades da OMS; a relevância técnica e geográfica da instituição e de suas atividades para programas prioritários da Organização; e, finalmente, a conclusão bem sucedida de pelo menos dois anos de colaboração da instituição com a OMS na realização de atividades planejadas em conjunto (<https://www.epsjv.fiocruz.br/centro-colaborador-da-oms>). (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2004)



Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde
Red Internacional de Educación de Técnicos en Salud
International Network of Health Technicians Education

Em 20 de julho de 2004, a EPSJV foi designada oficialmente tendo como uma de suas primeiras atribuições reativar a Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (Rets), que havia sido criada

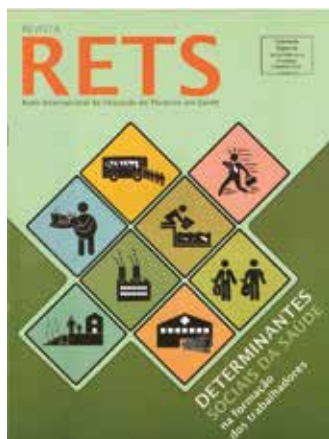
por iniciativa da Opas em 1996. Como CC/OMS, a EPSJV foi redesignada em 2008, 2012, 2016, 2020 e 2024.

De forma geral, são atribuições da EPSJV como CC/OMS: promover, desenvolver e disseminar informações e conhecimentos técnico-científicos e estudos científicos no âmbito da formação e do trabalho dos técnicos em saúde; realizar projetos para a formação e desenvolvimento desses trabalhadores, bem como de docentes, voltados para essa tarefa; assessorar o desenvolvimento local de ações de formação continuada de trabalhadores de saúde; e elaborar materiais didáticos para apoiar a formação e o desenvolvimento de trabalhadores e docentes de saúde.

Em 2006, realizou-se o Fórum Internacional de Educação de Técnicos em Saúde/1ª Reunião Geral da Rets, no Rio de Janeiro, com o objetivo de compartilhar, em nível internacional, conhecimentos, experiências e necessidades relativas à formação de trabalhadores técnicos em saúde. No Fórum, foram aprovados o Plano de Trabalho, o Regimento da Rede e o documento de referência ‘Bases para um Plano de Desenvolvimento de Técnicos em Saúde’; discutidos temas relacionados à política de educação e de saúde na América Latina e nos países da África de língua portuguesa. Ficou estabelecido ainda a criação e manutenção de um *website* e o lançamento da revista da Rets, ações consideradas estratégicas para potencializar a troca de informações entre os integrantes da Rede e a produção de conhecimento e de estudos sobre a área de formação de técnicos em saúde, além de possibilitar, aos participantes internacionais, o acesso à produção e ao trabalho desenvolvido pelas 37 escolas, então existentes, que integravam a RET-SUS.

3

Logomarca da
Rede Internacional
de Educação de
Técnicos em Saúde
(RETS)



O trabalho do CC se pauta no conceito de Cooperação Técnica Internacional (CTI) em que o respeito pela autonomia dos países é a premissa principal. Para isso, o trabalho de cooperação deve estar articulado ao planejamento estratégico de desenvolvimento de cada país, fomentando atividades conjuntas visando instituir uma cooperação horizontal. Nesse sentido, a Cooperação Técnica se realiza principalmente com os chamados ‘países em desenvolvimento’, sendo denominada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), como cooperação sul-sul. As estratégias construídas buscam superar as relações assimétricas em âmbito internacional, partindo do respeito à autodeterminação dos povos e do reconhecimento das especificidades históricas nacionais como elementos de base para o desenvolvimento de cooperações possíveis. Essa linha de trabalho se coaduna à proposta político-pedagógica da Escola, que compreende a formação dos trabalhadores técnicos em saúde como mediação específica da formação humana, portanto, histórica e geograficamente determinada (Stauffer et al., 2014).

A cooperação internacional na área de saúde compreende que esse campo deve contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos povos. Nesse sentido, o foco é a saúde pública ou a natureza coletiva do trabalho em saúde, buscando com base nas prioridades e necessidades dos países, construir cooperações estruturantes dos sistemas de saúde. Ao direcionar a sua atuação para a formação dos trabalhadores técnicos em saúde, busca-se contribuir para reverter a sua invisibilidade histórica e construir políticas públicas de saúde, educação e trabalho destinadas aos trabalhadores técnicos em saúde como forma de concretizar o direito à saúde para o conjunto da população, na medida em que são trabalhadores estratégicos para o efetivo funcionamento dos sistemas de saúde.



Em 2007, no I Congresso de Tecnologias da Saúde, realizado em Havana-Cuba, considerando as grandes diferenças em relação às características das instituições que são responsáveis pela formação dos técnicos em saúde, bem como as distintas modalidades e graus de ensino oferecidos para esses profissionais nos diversos países, foi validado um instrumento que contribuísse para o alcance de uma unidade possível de categorização das diversas carreiras e áreas de formação técnica, de forma a contemplar a realidade educacional dos países que integravam a Rets naquele momento.



Revista Rets, Ano I, n. 1, nov./dez. 2008 e jan. 2009. Número inaugural que destaca a discussão sobre os determinantes sociais da saúde, que foram objeto de estudo da OMS.

Prospecto do 1º Fórum Internacional de Educação de Técnicos em Saúde, 2006. [Acervo EPSJV]

Livro produzido pela Cooperação Internacional, comemorativo dos 10 anos de atuação como Centro Colaborador da OMS, 2014.

Capitólio de Havana, Cuba, 2007. [Acervo Julio Lima]

André Malhão faz exposição no Capitólio de Havana, Cuba, 2007. [Acervo Julio Lima]

Na segunda Reunião Geral da Rets, ocorrida em 2009, a EPSJV é reconduzida como Secretaria Executiva da Rets e como instituição coordenadora de duas sub-redes então criadas: Rede de Escolas Técnicas de Saúde da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Rets-CPLP) e a Rede de Escolas Técnicas da União de Nações Sul-Americanas (Rets-Unasul).

Mais recentemente, em 2021, foi criada a Rede Ibero-Americana de Educação de Técnicos em Saúde (Riets) a partir de um diálogo entre a Secretaria Geral Ibero-Americana (Segib) e o Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Cris/Fiocruz). A EPSJV sedia a secretaria executiva dessa sub-rede desde então.

Nesses 29 anos de existência (1996-2025) a Rets reúne mais de 100 instituições, de mais de 20 países. Apesar do esforço ao longo desse tempo, é necessário reconhecer que permanece a dificuldade de se construir uma definição regional ou mesmo global para a expressão ‘técnicos em saúde’, em especial pela diferença histórica constatada desde 2007, em Cuba, sobre as distintas modalidades e graus de ensino oferecidos para esses profissionais nos diversos países que compõem a Rets.

No âmbito da Rets, o trabalho técnico em saúde é considerado como todo aquele realizado pelo conjunto de trabalhadores que exercem atividades técnico-científicas no setor e compreende desde as atividades de natureza mais simples, realizadas pelos auxiliares e agentes comunitários de saúde, até as mais complexas, realizadas por técnicos de nível superior. Essa definição, que não está associada apenas ao grau de escolaridade desses trabalhadores ou à posição hierárquica que eles ocupam no espaço funcional, é fundamental para possibilitar o trabalho conjunto e a troca de experiência entre instituições de países com realidades bastante diversas no que se refere à nomenclatura das profissões técnicas, às funções que esses trabalhadores desempenham, aos saberes que devem adquirir em sua formação, ao nível escolar em que estão inseridos e ao título que recebem ao se graduarem.

1.1 - Rede de Escolas Técnicas de Saúde da CPLP - Rets-CPLP



Logomarca da
Rede de Escolas
Técnicas de
Saúde da CPLP

As ações de cooperação com os países africanos de língua oficial portuguesa (Palop) – Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, e Timor Leste – iniciaram em 2004, envolvendo demandas de diversas ordens ao longo do tempo e diferenciadas segundo as necessidades dos países. Entre elas, o desenvolvimento de capacidades para a elaboração de projetos de políticas para a Educação de Técnicos, por meio de assessorias e consultorias; avaliação da situação da formação técnica em saúde e diagnóstico situacional para identificação de demandas e necessidades de formação; estruturação e regulamentação de cursos técnicos médios, pós-secundário e especialização técnica, incluindo a definição de perfis profissionais, elaboração de currículos, cursos, metodologias e tecnologias educacionais voltadas para a formação desses trabalhadores; formação de formadores e qualificação de docentes e gestores; elaboração e adaptação de materiais didáticos; a produção conjunta e divulgação, em âmbito internacional, de conhecimentos nas áreas de trabalho, educação e saúde.

Nessas ações, há que se destacar o papel da EPSJV na articulação de parcerias internas, com pesquisadores de outras unidades da Fiocruz, e externas, como, por exemplo, as ETSUS e universidades, para a elaboração e realização de projetos, consultorias e assessorias no âmbito dos Palops.

Cabe assinalar o papel da EPSJV na defesa da estruturação de Escolas Técnicas de Saúde no Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – PECS CPLP, aprovado pelos mi-

nistros de saúde dos Estados-Membros, em 20 de setembro de 2008. Foi a partir do PECS CPLP que a estruturação da Rede de Escolas Técnicas de Saúde da CPLP apresentou-se como projeto prioritário do eixo Formação e Desenvolvimento da Força de Trabalho em Saúde do PECS, tendo em vista o caráter estruturante para o sistema de saúde que desempenham as escolas formadoras de trabalhadores técnicos de saúde.

É no âmbito das ações do PECS CPLP que é organizado o curso de Especialização *lato sensu* em Educação Profissional em Saúde para os Palops, em 2011. Seu objetivo foi especializar docentes e dirigentes nessa área, mediante o aprofundamento das bases teórico-metodológicas que fundamentam as políticas de educação e suas relações com a saúde e com o trabalho em saúde, possibilitando a compreensão histórica de tais políticas e potencializando práticas transformadoras capazes de contribuir para a estruturação e consolidação das instituições públicas de formação de técnicos em saúde dos países africanos de língua portuguesa.

O processo seletivo foi coordenado pela EPSJV, no âmbito da CCI e pós-graduação, de acordo com indicação de candidatos pelos ministérios da saúde dos países, que pudessem ao final do curso contribuir efetivamente na formação dos demais docentes das escolas técnicas dos países participantes. O curso ofereceu 30 vagas assim distribuídas: Angola (7), Cabo Verde (6), Guiné Bissau (5), Moçambique (7) e São Tomé e Príncipe (5). Foi prevista a participação de Timor Leste, mas não houve candidaturas. Organizado de forma itinerante, com atividades previstas nos diversos países, o curso se organizou em três partes com diversos blocos de disciplinas, no período de fevereiro a dezembro de 2011.

Turma do Curso de especialização *lato sensu* em educação profissional em saúde para os Palops. Moçambique e Guiné Bissau, 2011. [Acervo Julio Lima]



Por fim, cabe assinalar a demanda de Cabo Verde para a constituição de uma Escola Politécnica, no país, e de Moçambique para a reestruturação do Centro Regional de Desenvolvimento Sanitário (CRDS), de Maputo, transformando-o no Instituto Médio Politécnico de Saúde (Imeps). Essas propostas não tiveram continuidade, mas indicam o potencial das bases teórico-metodológicas da formação politécnica em saúde, que pautam o trabalho político-pedagógico e ético-político da EPSJV, de serem reproduzidos nesses países e outros, de acordo com as especificidades históricas e realidades locais.

1.2 – Rede de Escolas Técnicas da Unasul - Rets-Unasul



Logomarca da
Rede de Escolas
Técnicas da
Unasul

3

A ata de constituição da Rets-Unasul, em 2009, foi assinada pelos seguintes Estados-Membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Suriname e Uruguai, além da área de recursos humanos da Opas/OMS. Foi reconhecida pela Unasul-Saúde, em 2010, e tem acento no conselho consultivo do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (Isags), inaugurado em 2011.

Além desses países, as ações de cooperação nesse período abrangeram o Chile, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Haiti, Honduras e Nicarágua. Essas ações envolvem demandas diferenciadas, segundo as necessidades dos países e suas especificidades na área de formação técnica. Por exemplo, na Argentina e Uruguai a formação técnica em saúde não está vinculada ao nível médio, mas ao nível superior de educação. No Chile, são considerados profissionais de saúde apenas os médicos, enfermeiros e outros trabalhadores de nível universitário. Os técnicos e auxiliares são classificados como trabalhadores 'não profissionais'.

As diferenças não impediram a cooperação técnica com os países. De modo geral, compreenderam ações para contribuir, por exemplo, na criação e estruturação do Instituto Politécnico em Honduras e Escolas Técnicas em outros países; para a elaboração de projetos político-pedagógicos e currículo de cursos em diferentes áreas; adequação e atualização de currículos; melhoria da qualidade das propostas pedagógicas dos cursos; elaboração

de material didático; formação docente; estruturação de áreas de formação incluindo perfil dos alunos, perfil profissional, estrutura dos cursos, estratégias pedagógicas e certificação. Houve demanda também para assessorar o desenvolvimento do Observatório de Recursos Humanos sobre Tecnólogos em Saúde, pela Escola de Tecnologia em Saúde vinculada à Faculdade de Medicina da Universidade da Costa Rica, mas houve descontinuidade na cooperação.

Destaque para o trabalho compartilhado entre profissionais da EPSJV, do Ministério da Saúde do Peru (Minsa), do Instituto Nacional de Saúde do Peru (INS) e das regiões de saúde do país, para a realização do Curso de Vigilância em Saúde Ambiental e Controle de Vetores, em 2013.

No Uruguai, a parceria entre a EPSJV e a Faculdade de Veterinária da Udelar-Campus de Montevideo, permitiu o desenvolvimento do Curso de Atualização de Biossegurança em Biotérios, em 2011. Nesse país, em 2012, uma equipe da EPSJV e da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP cooperou para a realização de uma Pesquisa Censitária em Enfermagem. No período entre julho de 2016 e julho de 2017 foi realizado o curso de Especialização *lato sensu* Formação para Docentes da Área da Saúde da Universidade da República do Uruguai (Udelar). O objetivo foi formar profissionais que trabalhassem como docentes nas diferentes formações da área da saúde do Centro Universitário Regional (CENUR) do Litoral Norte para aprofundamento das bases teórico-metodológicas que fundamentam as práticas de educação e suas relações com a saúde e com o trabalho em saúde. Participaram os docentes da área da saúde que lecionavam nos seguintes cursos: Anatomia Patológica; Fisioterapia; Hemoterapia; Podologia; Psicomotricidade; Imagenologia; Instrumentação Cirúrgica; Laboratório Clínico; Saúde Ocupacional; Biologia Humana; Medicina; Psicologia; Enfermagem; Odontologia; Educação Física; Psicologia; Partejas; Nutrição. (Leher et al., 2017)



Na Argentina, a EPSJV em conjunto com o Ministério da Saúde (MSal) e o Instituto Nacional de Educação Tecnológica (Inet), vinculado ao Ministério da Educação, elaboraram o projeto denominado ‘Plan de Mejora de la Calidad de Instituciones Formadoras de Técnicos em Salud’, entre 2011-2012 (Stauffer et al., 2015). A Escola participou do projeto realizando oficinas em três áreas: elaboração do Projeto Educativo Institucional (PEI), análise e elaboração dos currículos de formação, e análise e produção de material didático, além de disponibilizar sua sede para estágios e cursos. Foi fundamental a contribuição des-

ta cooperação técnica para a organização do maior programa de formação técnica da área da enfermagem na Argentina: o Pronafe – Programa Nacional de Formación de Enfermería.

No âmbito dos países do Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai) a EPSJV, através do Observatório dos Técnicos em Saúde (OTS) e da Coordenação de Cooperação Internacional (CCI), realizou duas pesquisas. A primeira denominada “A Educação Profissional em Saúde no Brasil e nos países do Mercosul: perspectivas e limites para a formação integral de trabalhadores face aos desafios das políticas de saúde”, financiada pelo edital MC-T-CNPq/MS-SCTIE-DECIT, nº 23/2006, pela EPSJV e pelo TC-41 (Opas/OMS), no período 2007-2009. Para dar prosseguimento ao processo de pesquisa e reflexão sobre a situação dos trabalhadores técnicos em saúde no âmbito do processo de integração regional e a formação técnica em saúde nos países membros, elaborou-se o segundo projeto denominado “A Formação dos Trabalhadores Técnicos em Saúde no Mercosul: entre os dilemas da livre circulação de trabalhadores e os desafios da cooperação internacional”, financiado com recursos do Plano Diretor do OTS e do TC 41 vinculado às ações de CCI-EPSJV, no período 2010-2012. Os relatórios finais de ambas as pesquisas podem ser encontrados no sítio web do OTS-EPSJV. (<https://www.observatorio.epsjv.fiocruz.br/linha-do-tempo-do-observatorio-dos-tecnicos-em-saude>) (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2025b)

Publicação relata a experiência de formação docente realizada pela EPSJV por meio de uma cooperação técnica internacional com a Universidade da República do Uruguai. 2020.

A publicação apresenta o processo e os resultados da avaliação da ação de cooperação técnica desenvolvida pela EPSJV no escopo do “Plan de Mejora de la Calidad de Instituciones Formadoras de Técnicos em Salud”, dos Ministérios Nacionais de Educação e de Saúde da Argentina. 2015.

Seminário Internacional Formação de Trabalhadores Técnicos em Saúde no Brasil e no Mercosul um dos produtos da pesquisa 'A educação técnica em saúde no Brasil e nos países do Mercosul: perspectivas e limites para a formação integral de trabalhadores face aos desafios das políticas de saúde'. 2008. [Acervo EPSJV]

Representantes dos países participantes do Seminário Internacional Formação de Trabalhadores Técnicos em Saúde no Brasil e no Mercosul. 2008. [Acervo EPSJV]



Apesar das iniciativas de cooperação e acordos firmados para prosseguimento dos trabalhos, a manutenção da Rets-Unasul se torna inviável em decorrência da crise da própria Unasul, com a ascensão e posse de governos conservadores em alguns países da região: Maurício Macri, Argentina, 2015; Michel Temer, Brasil, 2016; Pedro Paulo Kuczynski, Peru, 2016; Sebastian Pinera, Chile, 2017; e a vitória do Partido Colorado, Paraguai, 2018. Em 2017, Ernesto Samper, secretário geral, renuncia ao cargo em protesto ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Em 2018, a Unasul perde sua sede administrativa no Equador e, em 2019, o governo Jair Bolsonaro formaliza a saída do Brasil do bloco.

1.3 – Rede Ibero-Americana de Educação de Técnicos em Saúde - Riets



Logomarca da Rede Ibero-Americana de Educação de Técnicos em Saúde

Criada em março de 2021, a Riets já contava, à época, com membros de 12 dos 22 países que compõem a comunidade ibero-americana: Andorra, Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

A Riets se configura como uma estratégia de articulação e cooperação técnica entre instituições vinculadas direta ou indiretamente à educação de técnicos em saúde. Sua missão é fortalecer os sistemas nacionais de saúde, com base no pressuposto de que a qualificação dos trabalhadores é uma dimensão fundamental para a implementação de políticas públicas que atendam às necessidades de saúde da população de cada país-membro.

No âmbito da Riets foi organizado o “1º Encontro Ibero-Americano de Educação baseada em Simulação – RETS SIM”, em 2024. O evento reuniu cerca de 2 mil pessoas, num ambiente virtual imersivo, do tipo metaverso, incluindo especialistas na área; estudantes, professores e gestores de instituições formadoras; técnicos em saúde de diferentes áreas e níveis de formação; e organizações de cooperação em saúde e integração regional para trocar experiências entre si e com seus pares em mais de dez países.

O Encontro foi uma realização da EPSJV com o apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional pelo Desenvolvimento (Aecid), por meio da Secretaria Geral Ibero-americana (Segib), e da Opas/OMS. A organização do evento contou com a colaboração da Rede Nacional de Simulação Clínica da Argentina (ReNaSic), da Federação Latino-americana de Simulação Clínica e Segurança do Paciente (Flasic), da Sociedade Chilena de Simulação Clínica e Segurança do Paciente (Sochisim), da Sociedade Espanhola de Simulação e Segurança do Paciente (Sessep), da Sociedade Portuguesa de Simulação Aplicada às Ciências da Saúde (SPSim), do Serviço Nacional de Aprendizagem da Colômbia (Sena), da Escola Nacional de Saúde da Bolívia (ENS) e da Universidade da República do Uruguai (Udelar). Para maiores detalhes sobre o evento consultar: <https://www.rets.epsjv.fiocruz.br/biblioteca/acervo-do-1o-encontro-ibero-americano-de-educacao-baseada-em-simulacao-rets-sim> (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2025a)



Folder virtual do Encontro Ibero-americano de Educação baseada em Simulação – RETS SIM

Ambiente virtual do 1º Encontro Ibero-americano de Educação baseada em Simulação – RETS SIM

2) Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (RET-SUS)

A Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (RET-SUS), criada através da portaria nº 1.298 de 28 de novembro de 2000, foi constituída mediante os seguintes princípios norteadores: minimizar o isolamento das instituições formadoras de trabalhadores de nível médio em saúde no país; identificar e potencializar vocações no interior da rede, apoiando experiências exitosas, no sentido de fortalecer os espaços ainda pouco consolidados e buscando diminuir as assimetrias existentes; reunir forças no sentido de promover a associação de parceiros; difundir e compartilhar informação e conhecimento; disponibilizar informação sobre produtos desenvolvidos em comum; diminuir a vulnerabilidade às conjunturas oscilantes, políticas e financeiras; fomentar e apoiar projetos dinamizadores de grupos de trabalho, para incursionar e particularizar estudos que proporcionem conhecimento novo e atualizado na problemática do campo de recursos humanos de nível médio em saúde; buscar soluções alternativas para problemas que são comuns, de forma colaborativa; identificar as necessidades educativas, de formação e de competências mínimas das diferentes especializações técnicas incorporadas ao mercado de trabalho em saúde no país; favorecer a formulação de produtos que viabilizem a solução de demandas das escolas (Lima; Vieira; Reis, 2001).

Portanto, com esses desafios se constituiu a Coordenação da Secretaria Técnica instalada na EPSJV, encarregada de elaborar e propor todos os procedimentos necessários à operacionalização da Rede e do apoio a suas estruturas colegiadas, representada na Comissão Geral de Coordenação (CGC) composta pela Coordenação Geral da Política de Recursos Humanos (CGPRH), do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass), do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems), da Representação da Opas no Brasil e de um representante de cada região do país do conjunto de Instituições de Educação Profissional em Saúde integrado à rede.

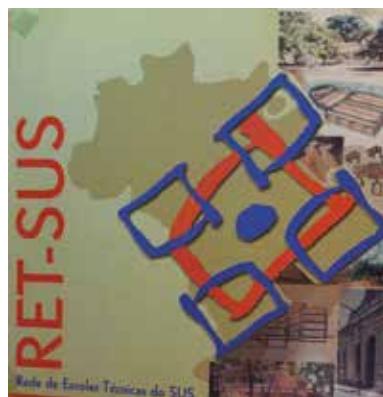
As atividades que definiram a sua atuação foram: participar da definição do programa anual, em conjunto com a CGC; impulsionar as diretrizes do programa anual e projetos demandados à rede; participar das atividades definidas pela CGC; estabelecer e sugerir mecanismos para dar resposta às demandas dos integrantes da rede; facilitar a realização das ações previstas para a rede, formulando estratégias; monitorar o desenvolvimento de projetos; e promover avaliação periódica dos avanços da rede.

Desde o início, a Secretaria Técnica priorizou a comunicação com o objetivo de construir uma rede de informação e fomentar um contato maior entre as escolas. Primeiro, foram editados boletins, informativos impressos e um site eletrônico elaborados pela Secretaria Técnica. Com a contratação de uma jornalista, foi elaborado um plano de comunicação, mediante escuta das escolas, que reuniu todas as antigas ações de comunicação em um só veículo, a Revista RET-SUS, a partir de 2004. A revista passou ser um espaço de divulgação do que acontecia nas Escolas, problematizando e discutindo temas relacionados ao dia a dia do trabalho educativo, para transformar esforços isolados em movimentos articulados de colaboração e troca. Mais que isso, deu identidade à RET-SUS.

No levantamento realizado, verifica-se que a publicação priorizou temas relevantes para a área da educação profissional em saúde, mas também temas com enfoque mais amplos, conectando o universo da Rede às grandes questões em debate nos campos da Saúde, da Educação e do Trabalho. Na pauta da Educação Profissional em Saúde, discutiu-se a formação do Agente Comunitário de Saúde (ACS) e as polêmicas em torno do aumento da escolaridade, da construção dos referenciais curriculares e itinerário formativo, contratação e regulamentação da profissão; a formação do Agente de Saúde



RET-SUS
Rede de Escolas Técnicas do SUS



Indígena; as polêmicas sobre a regulamentação das profissões de Técnico de Higiene Dental (THD) e Auxiliar de Consultório Dentário (ACD); a discussão sobre o repasse de recursos fundo a fundo para a realização dos cursos; a experiência do Proformar e a formação na área de Vigilância em Saúde; a defesa da integralidade na saúde, mas também da educação técnica integral e a importância da educação básica; a avaliação do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae); os recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep) para reforma e construção das ETSUS; o fomento à pesquisa em Educação Profissional em Saúde pelas ETSUS; a produção de material didático para ACS e o Programa de Formação de Profissional de Nível Médio para a Saúde (Profaps), entre outros.

Os temas também abrangeram a participação das ETSUS nas políticas de saúde definidas pelo Ministério da Saúde, tais como o Pacto de Gestão, o Programa Saúde da Família, a Educação Permanente em Saúde, o Brasil



Sorridente, Humaniza SUS, o Programa Nacional de Desprecarização do SUS, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, o Programa Nacional de Telessaúde, a proposta de criação da 'Fundação Estatal' como novo modelo de gestão para a administração indireta e o PAC da Saúde. A participação da RET-SUS nos congressos e conferências da área também foram destaque: Conferências Nacionais de Saúde (CNS), Congressos Nacionais de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, Congresso Nacional da Rede Unida, Congresso

Logomarca da Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde.

Número inaugural da Revista RET-SUS, n.1, jan. 2004. A matéria de capa deste primeiro número é sobre o desafio de formar técnicos em Agente Comunitário de Saúde. [Acervo EPSJV]

Folder inaugural da Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde. [Acervo EPSJV]

Stand da RET-SUS em Congresso do Conasems. [Acervo EPSJV]

A 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (CONET), ocorrida em novembro de 2006, foi um marco importante na história da educação profissional e tecnológica no Brasil. [Acervo EPSJV]

Folder do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Profissional em Saúde. [Acervo EPSJV]

Folder do Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação Profissional em Saúde. [Acervo EPSJV]

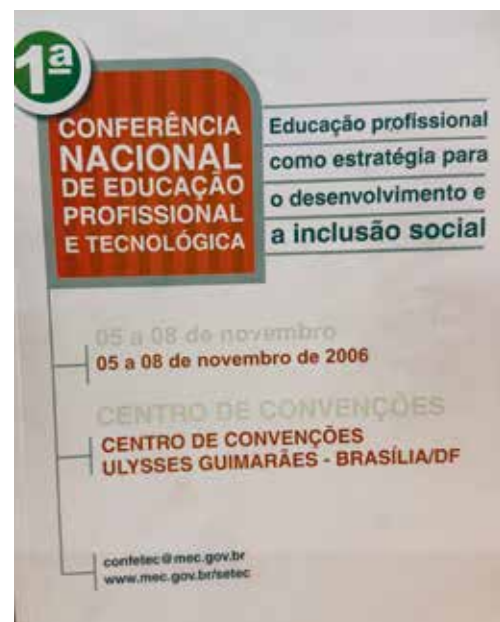
Guia de boas-vindas da Pós-Graduação em Educação Profissional em Saúde. [Acervo EPSJV]

Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, e Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva. Na cooperação internacional se promoveu a articulação da RET-SUS com a Rets, abrindo caminho para que todas as ETSUS pudessem participar da cooperação técnica nas áreas que têm experiência acumulada, tal qual ocorreu no Paraguai e Angola.

Na área da educação e educação profissional em saúde, a Revista RET-SUS organizou e problematizou temas como a formação para o trabalho versus formação para o mercado; a pedagogia das competências; a avaliação de competências; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); o Decreto 5.154/2004; a educação de jovens e adultos (Proeja); o perfil da educação profissional em saúde no Brasil; e a proposta de criação do Sistema Nacional de Educação. Em congressos e conferências específicos da área se destaca a participação da RET-SUS no Fórum Internacional de Educação de Técnicos em Saúde, na I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, Seminário Internacional de Educação Profissional em Saúde, Encontro Nacional da Educação Profissional em Gestão para o SUS e a 1ª Conferência Nacional de Educação Básica.

O próprio conceito de Rede, sua potencialidade, metodologia e organização foi colocado em pauta, assim como temas e estudos sobre a precarização do mundo do trabalho e na saúde, sobre o abismo social crescente em termos de pobreza e desigualdade no mundo, sobre a saúde no mundo globalizado e a exacerbação do individualismo e das desigualdades, e sobre a história, dificuldades e possibilidades de organização dos trabalhadores pautando especificamente o sindicalismo na saúde.

Enfim, foi intensa a atividade de cooperação, articulação, produção e troca de conhecimento em Rede, para a qual a Revista RET-SUS contribuiu de forma importante. Quando começou a ser publicada existiam 26 ETSUS, e em 2016 já somavam 36 Escolas Técnicas e Centros Formadores de Recursos Humanos, sendo 33 estaduais, 2 municipais e 1 federal, cobrindo todos os estados brasileiros.



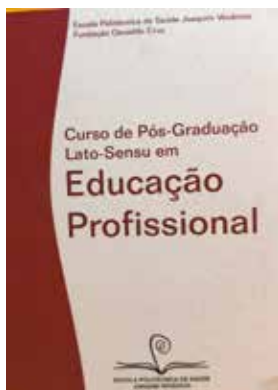
A Secretaria Técnica da RET-SUS foi sediada na EPSJV até 2008, que por motivos de reconfiguração do processo de trabalho da Rede, foi transferida para o Departamento de Gestão e Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Deges/SGTES/MS) (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008). Após negociações, em 2010, a Escola passou a sediar a Secretaria Executiva de Comunicação, responsável pelo novo projeto editorial da Revista, editada até 2016.

Em 2016, a EPSJV junto com o Ministério da Saúde desenvolve um programa intitulado 'Projeto de Apoio Estratégico e Fortalecimento da Formação Técnica de Nível Médio em Saúde', com o objetivo de aproximar a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede EPCT) e a RET-SUS visando promover ações de cooperação nos Estados.

Durante o ano de 2017, ocorreram encontros regionais com a realização de oficinas com a participação das instituições de ambas as redes de ensino. A primeira reuniu escolas das regiões Centro-Oeste e Norte, já as outras foram realizadas separadamente no Nordeste, Sul e Sudeste. O objetivo das oficinas foi apresentar e estabelecer contato entre as instituições das duas redes que atuam no mesmo estado. Nos encontros regionais, os representantes das escolas ou institutos se organizaram em grupos de trabalhos que visaram mapear demandas e potencialidade de cooperação em quatro áreas: estágio, material didático, formação docente e oferta de cursos. Como resultado, os relatórios técnicos produzidos e acessíveis no sítio web da EPSJV apontam as possibilidades de parcerias e articulações entre as duas redes.

3

3) Pós-graduação lato sensu e *stricto sensu* em Educação Profissional em Saúde



O movimento de construção do curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde teve como impulso inicial uma demanda do Ministério da Saúde (MS) encaminhada à EPSJV na primeira metade de 2005. O MS tinha como objetivo implantar nas 27 Unidades da Federação, um curso de Mestrado Profissionalizante na área, com turmas de 30 alunos em cada um dos Estados. A EPSJV elaborou o projeto básico do curso, contando com o apoio da Presidência da Fiocruz e de outras unidades, particularmente a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP) e o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict).

O curso seria coordenado pela EPSJV e implantado nas Unidades da Federação por meio de parcerias com as respectivas universidades que tivessem consolidadas, nas áreas de Educação e Saúde, respectivamente, a produção de conhecimentos sobre a relação entre trabalho e educação e sobre a saúde pública.

Mudanças governamentais ocorridas nesse período geraram um novo contexto, no qual a proposta não avançou. Apesar do não prosseguimento da proposta, a EPSJV consolidou o projeto de curso, bem como a articulação entre os docentes para a sua implantação. A originalidade da proposta, configurada pela integração de conhecimentos próprios de três áreas – trabalho, educação e saúde – que historicamente articulam-se empiricamente, mas com dificuldades de avanços teóricos interdisciplinares, confirmou a pertinência e a importância de a Unidade dar prosseguimento à sua implantação.

A proposta então formulada, tomou como referência inicial para sua construção os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Docência da Educação Profissional realizado na Escola Técnica de Saúde da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), no período de 2002 a 2003, coordenado pela EPSJV/Fiocruz e posteriormente revisto e implantado nesta mesma instituição, nos anos de 2004 e 2005, como Educação Profissional e, finalmente, em 2006, também na EPSJV, como Educação Profissional em Saúde. Nessa última versão, seu objetivo se explicitou como a especialização de dirigentes e docentes das Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde na área da Educação Profissional em Saúde, mediante o aprofundamento das bases teórico-metodológicas que fundamentam as políticas de gestão da educação e do trabalho em saúde, permitindo sua compreensão histórica e potencializando práticas transformadoras que contribuam para a consolidação do Sistema Único de Saúde – SUS.

Portanto, o curso adquiriu assim uma configuração mais coerente com a política pública de saúde do Brasil e com as necessidades de formação de profissionais para o Sistema Único de Saúde. Ademais, orientou-se a elaboração de projetos com vistas à realidade da educação profissional em saúde, de modo a constituir um conjunto de problemas e proposições que possam adquirir densidade como temas de pesquisa que, quando desenvolvidos, possam gerar propostas de intervenções nas concepções, práticas e políticas de educação profissional em saúde (Brasil, 2007).

Em consulta formulada ao Conselho Nacional de Educação, em 2009, o Parecer CNE/CP n. 7/2009, aprovou o credenciamento da EPSJV para oferta do curso de Especialização *lato sensu* em Educação Profissional em Saúde, com habilitação para o exercício da docência. Isto é, equivalente à habilitação conferida pela licenciatura ofertada em cursos de graduação.

Nesse contexto institucional, tendo como base o projeto, o corpo docente e a experiência acumulada com esse curso de pós-graduação *lato sensu*, a EPSJV apresentou à Capes o projeto de curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde, reconhecido pela Portaria nº 87, de 17 de janeiro de 2008, do Conselho Técnico Científico do Ministério da Educação, obtendo sucessiva renovação de reconhecimento até os dias de hoje.

3



A estrutura curricular foi construída no sentido de torná-la viável a um curso de dois anos, com oferta de disciplinas eletivas para gerar maior flexibilidade adequada à construção, pelo aluno, de um trajeto formativo que, simultaneamente, contemple a formação sólida na área e o aprofundamento necessário de seus objetos de pesquisa. Além da bibliografia nacional, ampliou-se no sentido de abarcar a produção internacional sobre os temas que estruturam o curso. Os títulos de livros e periódicos disponíveis na biblioteca da EPSJV, na Biblioteca de Manguinhos e na biblioteca central da Fiocruz, o

Portaria nº 87, de 17 de janeiro de 2008, que reconhece o curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde da EPSJV. [Acervo EPSJV]

acesso a rede de computadores da EPSJV às diversas bibliotecas virtuais, especificamente da área, como a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS-EPS) e o portal de periódicos da CAPES, são fontes de consultas fundamentais e garantem a bibliografia necessária e pertinente para a formação consistente e de qualidade de profissionais nessa modalidade de mestrado.

Buscou-se fortalecer o corpo de docentes permanentes incorporando a ele professores/pesquisadores seniores, com consolidada experiência na pós-graduação e relevante produção acadêmica. Inicialmente, seriam oferecidas 30 vagas, mas reduziu-se para 15, configurando, assim, um quadro de aproximadamente três orientandos para cada um dos cinco professores mais experientes, apoiados em atividades de coorientação pelos recém-doutores, que assumem também a docência de disciplinas na perspectiva da interdisciplinaridade.

O curso de Pós-graduação *stricto sensu* em Educação Profissional em Saúde é pioneiro e se constitui como o único de pós-graduação, no Brasil, nesse campo. Desde março de 2008 com sua primeira turma, vem garantindo a sua sustentabilidade ao longo desses anos, principalmente com os servidores da instituição que se projetam cientificamente, de modo a contribuir para a consolidação do curso e da pesquisa científico-tecnológica do país nas áreas estratégicas para a política nacional e internacional de educação e saúde.

Em 2010, tendo como referência a sua expertise na área de Trabalho, Educação e Saúde, a EPSJV formulou e propôs ao Ministério da Saúde (MS) a realização do Mestrado Profissional para a Rede de Escolas Técnicas dos Sistema Único de Saúde (RET-SUS), que começou a ser operacionalizado em 2014, devido a mudanças de gestão tanto no MS, como na EPSJV/Fiocruz, que provocaram constantes retomadas das negociações.

Destinado aos docentes e gestores das Escolas Técnicas de Saúde (ETSUS) das cinco regiões brasileiras, optou-se em iniciar a oferta pela região Nordeste, no período 2014-2016.

Cartaz da aula inaugural do curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde para a Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde. 2014. [Acervo EPSJV]



As turmas das regiões Centro-Oeste e Norte, e Sul e Sudeste ocorreram entre 2016-2018 e 2017-2019, respectivamente.

O objetivo geral do curso foi formar dirigentes, técnicos e docentes das ETSUS na área da Educação Profissional em Saúde, mediante o aprofundamento das bases teórico-metodológicas que fundamentam as políticas de gestão da educação e do trabalho em saúde, permitindo sua compreensão histórica e potencializando práticas transformadoras que contribuam para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS). Os objetivos específicos foram: a) proporcionar a compreensão da relação Trabalho e Educação como mediação fundamental da formação humana e suas configurações específicas no âmbito das políticas e dos serviços de saúde; b) possibilitar a apropriação dos fundamentos das políticas de educação e de saúde; c) contribuir para que o conhecimento produzido oriente a ação político-pedagógica de diretores, técnicos e docentes na perspectiva transformadora de práticas educativas e de serviços em convergência com os princípios do SUS.

O curso foi previsto com duração mínima de 18 e máxima de 24 meses, incluindo a qualificação e a defesa de dissertação de mestrado, e organizado em momentos de concentração e de dispersão, ambos computados no número total de créditos. Os períodos de concentração, de duração quinzenal, foram realizados de forma presencial, na EPSJV, por meio de aulas expositivas, discussões em grupo e seminários de estudo e pesquisa. O período de dispersão se deu no local de origem de cada aluno, destinado à leitura de textos, à preparação de trabalhos, à elaboração da dissertação do mestrado, bem como a outras atividades pertinentes à apropriação pelos alunos dos conteúdos abordados no momento presencial.

Da região Nordeste foram matriculados 21 alunos e até dezembro de 2016, chegaram a fase de defesa das dissertações 18 mestrandos. Das regiões Centro-Oeste e Norte foram matriculados 23 alunos e chegaram à defesa 19 mestrandos até fevereiro de 2019. Das regiões Sul e Sudeste matricularam-se 26 alunos e chegaram à defesa 20 mestrandos, ao final de 2019. Portanto, o curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde para docentes e gestores das RE-T-SUS, aprovou 81% dos mestrandos matriculados. (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2017; 2019)

As ETSUS têm sob sua responsabilidade a qualificação de trabalhadores em nível técnico médio. O mestrado profissional amplia suas possibilidades de oferecer uma formação tecnicamente mais qualificada, crítica e potencialmente transformadora da realidade em que esses profissionais atuam.

Depoimentos dos mestrandos corroboram esta afirmação. Nos momentos de avaliação das disciplinas, afirmaram que suas práticas profissionais e visão de mundo se tornaram mais abrangentes e questionadoras de suas práticas, dos serviços de saúde, e das políticas de gestão do trabalho e da educação em saúde. Os temas das dissertações defendidas refletem a preocupação dos alunos em compreender e analisar, com base nos instrumentos teóricos e metodológicos apresentados durante o curso, problemas relacionados aos sistemas de saúde locais e regionais, ao trabalho e à formação em saúde, no sentido de sua superação.

Ressalte-se que a experiência da investigação científica vivenciada pelos alunos neste processo formativo pode contribuir para o desenvolvimento de atividades de pesquisa nas escolas em que atuam, fomentando a articulação entre o ensino e a produção do conhecimento.

O retorno desse processo de formação para a pós-graduação da EPSJV é inestimável. Além de contribuir para o fortalecimento



das relações institucionais com a RET-SUS e seus profissionais, possibilitou o acúmulo de informações e reflexões sobre as dificuldades enfrentadas pelos sistemas locais e regionais de saúde, sobretudo no que se refere à atenção básica (AB). Os estudos e pesquisas desenvolvidos pelos docentes da pós-graduação são beneficiados com essas informações e experiências, ampliando as possibilidades de enfrentamento qualificado das dificuldades que se colocam para a formação e o trabalho em saúde.

Está em andamento, desde 2023, o curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde para a turma especial Cacoal (RO). Em acordo de cooperação técnica com o Centro de Educação Profissional na Área de Saúde (Cetas), em Rondônia, foram oferecidas 25 vagas no total, sendo distribuídas da seguinte maneira: 17 vagas destinadas para servidores efetivos no âmbito da Secretaria de Saúde do Estado de Rondônia que não estivessem em estágio probatório e que atuassem no Hospital Regional de Cacoal (HRC) e no Hospital de Urgência e Emergência de Cacoal (Heuro); e 8 vagas que foram preenchidas por profissionais que atuam na gestão do SUS dentro de programas de educação, ensino, saúde, nas demais regionais de saúde do estado, gerenciadas pela Secretaria de Saúde do estado.



Aula Inaugural do Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde para a RET-SUS. Turma Nordeste, 2014. [Acervo EPSJV]

Turma Centro-Oeste e Norte do mestrado profissional RET-SUS. 2016. [Acervo EPSJV]

Turma Sul e Sudeste do mestrado profissional RET-SUS. 2017. [Acervo EPSJV]

Patchwork produzido pela turma Nordeste do mestrado profissional RET-SUS. 2016. [Acervo EPSJV]

O curso segue o modelo organizado para o Mestrado RET-SUS, com períodos de concentração na cidade de Cacoal e períodos de dispersão, que contemplam atividades assíncronas com acompanhamento remoto. Após seleção pública, ingressaram 22 alunos, mas ocorreram duas desistências. A turma de mestrandos segue com 20 alunos, com previsão de defesa até julho de 2025.

Turma de Cacoal-RO do mestrado profissional em Educação Profissional em Saúde. 2023.
[Acervo EPSJV]



Ao longo desses 17 anos de existência o Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* organizou no total, segundo dados de 2023, 21 turmas do Mestrado Profissional com 297 mestres formados, ou seja, uma média de 17 mestres por ano. Na avaliação quadrienal 2017-2020, o Curso obteve nota 4.

Nesse período, a pós-graduação, modalidade *lato sensu*, organizou cursos de Educação Profissional em Saúde (2006 a 2011), Docência em Políticas de Saúde (2008), Aperfeiçoamento Pedagógico para Docentes/EJA (2008), Docência em Educação Profissional (2013 a 2015), Educação Profissional em Saúde para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (2011), Vigilância em Saúde Ambiental no Controle de Vetores – Peru (2013), Educação Profissional em Saúde – Trabalho, Educação e Movimentos Sociais (2011 a 2015), Docência em Educação Profissional em Saúde – Universidade da República do Uruguai (2016-2017), e Educação e Agroecologia (2019 e 2020).

4) A criação dos Observatórios dos Técnicos em Saúde e da Juventude, Ciência & Tecnologia

O Observatório dos Técnicos em Saúde (OTS) foi criado em 2000 pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), integrando-se à Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde (Rede ObservaRH) criada pelo Ministério da Saúde em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).

É o único no Brasil que se dedica ao desenvolvimento de estudos, pesquisas e disseminação de conhecimentos sobre as técnicas e os técnicos em saúde, com ênfase em temas voltados para o tripé trabalho, educação e saúde. Busca produzir, analisar e publicar dados e informações em meio impresso e digital, visando alcançar trabalhadoras e trabalhadores, discentes e docentes, pesquisadoras e pesquisadores e gestoras e gestores do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como os sindicatos e as associações profissionais ligadas às técnicas e aos técnicos em saúde.

Em 2004, o OTS deu origem ao atual Laboratório do Trabalho e Educação Profissional em Saúde (Lateps), para fortalecer sua atuação nas atividades de ensino, pesquisa e cooperação no campo da Educação Profissional em Saúde. Além da atuação no âmbito da Rede ObservaRH, buscou se articular com instituições e outras redes da área Trabalho e Educação na Saúde.

A equipe do OTS compõe o Grupo de Pesquisa Trabalho e Educação Profissional em Saúde, reconhecido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (GTEPS-CNPq). Os estudos e pesquisas do OTS têm interface com diversas redes no país, parceiras no desenvolvimento de estudos conjuntos. Entre elas, a Rede OBSERVARH, a RE-T-SUS, e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede EPCT).

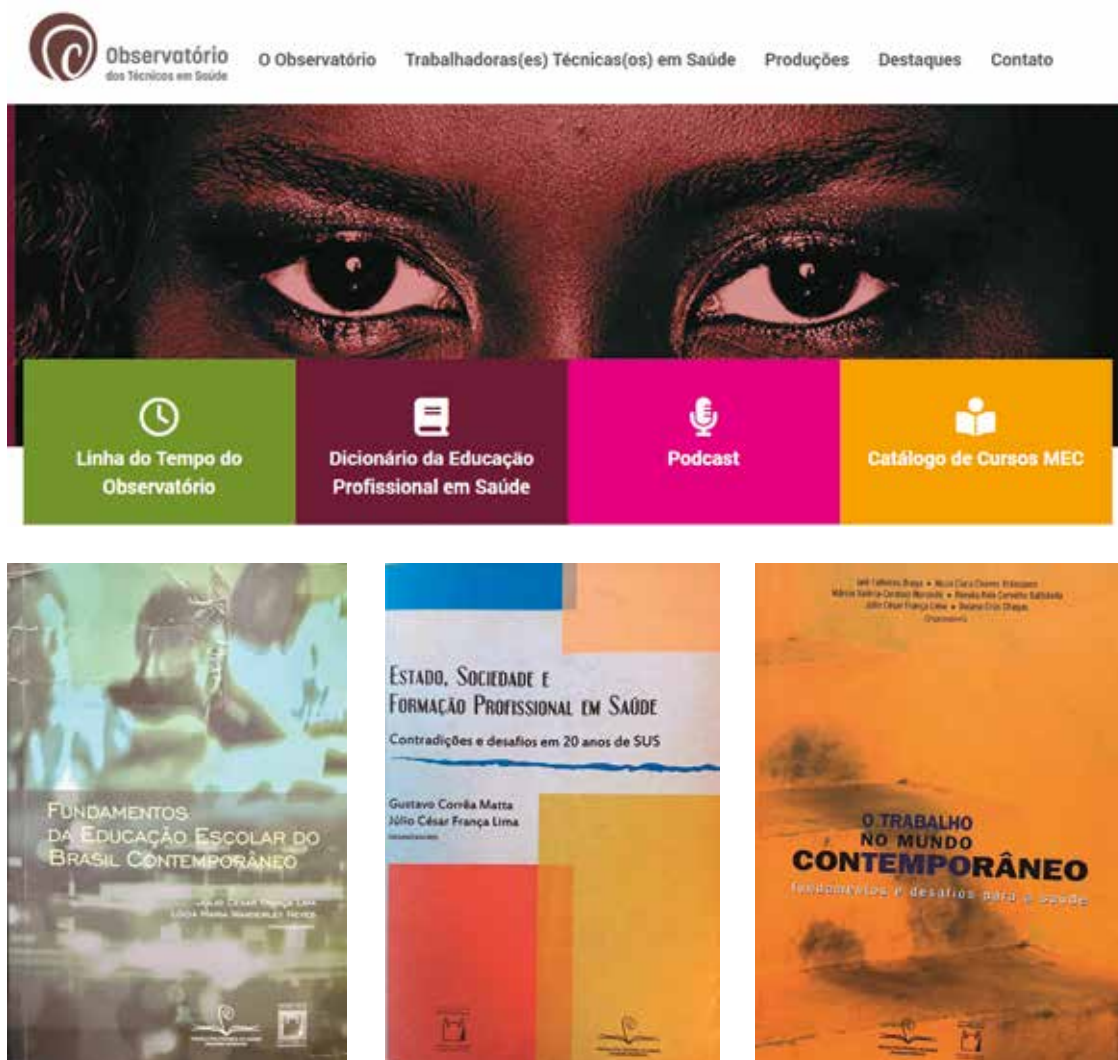
Nessas duas décadas de existência o OTS desenvolveu mais de 20 pesquisas, publicou mais de 10 livros e produziu diversos vídeos com foco na valorização das trabalhadoras e trabalhadores técnicos de saúde, como pode ser verificado no seu sítio eletrônico em: <https://www.observatorio.epsjv.fiocruz.br/multimidia> e

<https://www.observatorio.epsjv.fiocruz.br/publicacoes> (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2025c, 2025d).

A educação profissional em saúde é uma área interdisciplinar que integra os conhecimentos das áreas de Trabalho, Educação e Saúde.

Visando discutir e socializar os fundamentos dessas áreas, o OTS-Lateps organizou três seminários de trabalho: 2006 - Educação, 2008 - Saúde, e 2013 - Trabalho.

Os livros acima foram produzidos especialmente para os eventos.



O Observatório Juventude, Ciência & Tecnologia (OJC&T) foi criado em 2010 por um grupo de profissionais do Laboratório de Iniciação Científica na Educação Básica (LIC-PROVOC). Em 2011, para comemorar os 25 anos de existência do PROVOC, foi lançado o sítio eletrônico <https://www.juventudect.epsjv.fiocruz.br/o-provoc> (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2025e), com o objetivo de mapear, sistematizar, analisar e difundir informações sobre juventude, educação, ciência e tecnologia. O OJC&T também se dedica a promover políticas públicas que

ajudem jovens do ensino médio a ingressar em carreiras científicas, especialmente em pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico.

O Observatório nasceu com a missão de fortalecer o modelo pedagógico do Programa de Vocação Científica (PROVOC), que completou 39 anos de experiência na iniciação científica para o ensino médio. Este modelo pedagógico é utilizado em diversas iniciativas dentro da Fiocruz e em outras instituições, desde a década de 1990.

O PROVOC inspirou vários programas de iniciação científica no ensino médio em todo o Brasil, tornando-se uma referência nacional reconhecida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A partir de 2010, o CNPq implementou sua própria política nacional de iniciação científica para estudantes do ensino médio, baseada na experiência do PROVOC.

Em 39 anos de existência, cerca de mil pesquisadores participaram do PROVOC, orientando mais de 2 mil estudantes de 15 instituições de ensino do Rio de Janeiro e em 19 unidades de pesquisa da Fiocruz. Centenas de outros jovens e orientadores também participam do programa em centros regionais da Fiocruz. Em 2024, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) emitiu o certificado de registro de marca, que garante a propriedade e o uso exclusivo do nome PROVOC.

3



Página virtual do sítio
web do Observatório
Juventude, Ciência &
Tecnologia



Livro comemorativo dos 30 anos do Programa de Vocação Científica. 2016

Livro Juventude e Iniciação Científica. Políticas Públicas para o ensino médio. 2010

Certificado de registro de marca do PROVOC, emitido pelo Inpi. 2024

5) O avanço da pesquisa na EPSJV

A preocupação com o desenvolvimento da pesquisa está presente desde o período de construção da EPSJV, em razão da necessidade de articulação da educação geral com a educação profissional, ancorada no conceito de Politecnia e na noção do ‘trabalho como princípio educativo’. Essa noção pressupõe que o *locus* da produção da existência e, portanto, do conhecimento, é a categoria Trabalho. Daí a ideia de que a educação politécnica se dá com base no conceito e na realidade do trabalho. Na qualidade de um princípio ético-político o ‘trabalho como princípio educativo’ pressupõe que todos e todas devem compreender que a produção da existência é comum aos seres humanos e que a exploração do trabalho de outrem não deve ser naturalizada, mas combatida.

Da mesma forma, a ‘pesquisa como princípio educativo’ traduz-se na tarefa de ‘desencantar’ o mundo, buscando superar o senso comum e construir/educar pela pesquisa o sujeito criativo, crítico, desalienado, capaz de atuar como autor da própria história, individual e coletiva. (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009)

Desde a implantação do antigo curso técnico de segundo grau, em 1988, a necessidade de superar a visão abstrata e reducionista do conceito de saúde e articular a educação geral com a educação profissional, ou a formação dos alunos para o trabalho em saúde, implicava o desenvolvimento da pesquisa no âmbito do atual ensino médio. Por outro lado, desde a implantação do Programa de Vocação Científica (PROVOC), em 1986, a iniciação científica na educação básica começa a ser construída a partir do convívio do estudante com o pesquisador experiente e na intimidade do laboratório. O projeto de iniciação científica com os alunos do ensino médio da EPSJV começa a ser desenvolvido com o Projeto 4ª série, em 1990, incorporado posteriormente pelo Projeto Trabalho, Ciência e Cidadania (PTCC), que atualmente ocupa parte da carga horária da Iniciação à Educação Politécnica (IEP), que substituiu o antigo módulo básico do CTNMS. (Pereira, 2009)



Regulamento da Pesquisa EPSJV.
[Acervo EPSJV]

Termo de Referência da Pesquisa. 2009.
[Acervo EPSJV]

O campo da pesquisa na Escola foi sendo implantado paulatinamente. No primeiro momento foi estimulado por um financiamento do Centro Nacional de Epidemiologia da Fundação Nacional de Saúde do MS, e posteriormente através do Programa de Apoio à Pesquisa Estratégica em Saúde – Papes, da Fiocruz, o que resultou na formação dos primeiros grupos de pesquisa (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 1994), mas de forma pontual, sem organicidade. Em 1996, com financiamento do Programa de Apoio à Competitividade e Difusão Tecnológicas (PCDT) do CNPq desenvolveu-se o Projeto “Formação Técnica em Biotecnologia

em Saúde” que mapeou o processo de trabalho técnico nas áreas de produção, pesquisa, serviço, analítica e imunobiológicos.

Porém, de forma institucionalizada e organizada, esse desenvolvimento tem como referência o Programa de Aperfeiçoamento do Ensino Técnico (Paetec), inaugurado em 1994, voltado para a capacitação docente e procurando associar a atividade de ensino com a pesquisa em educação e saúde. O Paetec serviu para a fixação de professores-pesquisadores, e para atrair e ampliar o quadro de bolsistas visitantes para o desenvolvimento de projetos de pesquisa associado ao ensino, tornando-se assim um programa estruturante da pesquisa na escola. Além de possibilitar a progressiva participação e aumento de trabalhos aprovados dos pesquisadores e docentes nos congressos de Saúde Pública, Epidemiologia, Ciências Sociais e Saúde, Educação e Educação para a Ciência, entre outros.

Com o Paetec, a pesquisa surge como atividade individual de cada professor-pesquisador. Aos poucos, ela vai se constituindo como atividade coletiva que envolve equipes de pesquisas de um mesmo laboratório/setor e/ou equipes de diferentes laboratórios/setores. Com a reestruturação organizacional em 2004, são criados os nove laboratórios, que se tornam protagonistas das atividades da Escola, incluindo as atividades de pesquisa: Laboratório de Educação Profissional em Atenção à Saúde - LABORAT; Laboratório de Educação Profissional em Gestão em Saúde - LABGESTÃO; Laboratório de Educação Profissional em Informações e Registros em Saúde - LIRES; Laboratório de Educação Profissional em Manutenção de Equipamentos em Saúde - LABMAN; Laboratório de Educação Profissional em Técnicas Laboratoriais em Saúde - LATEC; Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde - LAVSA; Laboratório de Formação Geral na Educação Básica - LABFORM; Laboratório de Iniciação Científica na Educação Básica - LIC-PROVOC e Laboratório do Trabalho e da Educação Profissional em Saúde - LATEPS.

As parcerias internas à Fiocruz e externas, nacionais e internacionais, também se destacam nesse processo. A aprovação em editais de fomento ampliou a produção acadêmico-científico-cultural na instituição, particularmente com o lançamento de editais de fomento da Fiocruz. A criação do Observatório dos Técnicos em Saúde (OTS), em 2000, alavancou pesquisas financiadas pelo MS/Opas, CNPq e Faperj.

A pesquisa na Escola vai se consolidando em estreita relação com o ensino, ancorada no diálogo crítico entre os campos do trabalho, da educação e da saúde, com ênfase na educação

profissional. A concepção da pesquisa como princípio educativo articula a produção do conhecimento a um projeto político-pedagógico, a uma concepção de educação que, por sua vez, revela um projeto de sociedade da qual compartilha. As investigações realizadas por professores-pesquisadores e discentes, assim como o trabalho de iniciação científica são postos em prática com base em premissas que consideram a produção do conhecimento científico como engendrado pelas relações sociais. A direcionalidade das pesquisas está ancorada nos movimentos histórico-estruturais da sociedade, na conquista do direito à saúde e na construção do Sistema Único de Saúde (SUS). (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2024).

Neste contexto, o desenvolvimento de programas de iniciação à pesquisa discente tem sido fundamental para a democratização da ciência e reforça o compromisso da Escola com a formação de futuros profissionais de nível médio em saúde com sólida formação geral e visão crítica, a exemplo do PTCC, consolidando a prática científica como parte do aprendizado dos alunos.



O PTCC é um projeto de iniciação científica desenvolvido com alunos dos cursos de Educação Profissional de Nível Técnico em Saúde, baseado em uma concepção de educação pela pesquisa. Criado em 2001, como componente da parte diversificada do currículo do ensino médio, e hoje estendido a todos os alunos dos cursos de educação profissional de nível técnico, o Projeto tem como objetivo possibilitar aos estudantes a compreensão e a vivência das práticas científicas através do trabalho conjunto e do convívio com educadores/orientadores, sendo um convite à reflexão, sistematização e ao resgate do prazer pela descoberta. O Programa de Iniciação Científica (PIC) é gerido de forma comparti-

Caderno de resumos do Programa de Iniciação Científica PIC-EPSJV, 2023. [Acervo EPSJV]

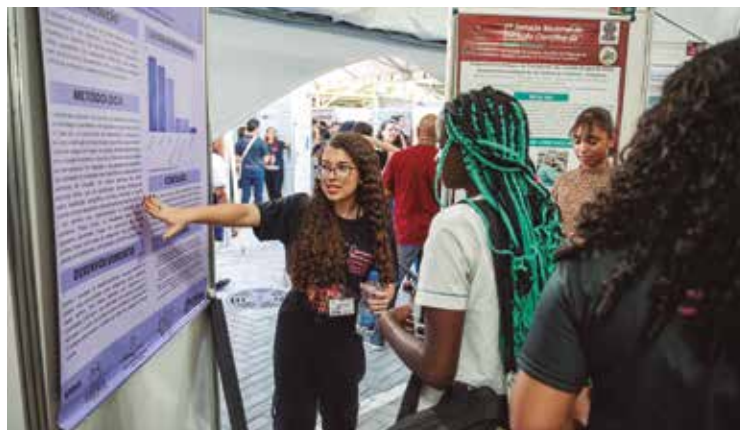
lhada entre a Vice-Direção de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (VDPDT) e os coordenadores do PTCC (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2024).

O PROVOC se tornou uma referência para várias instituições de pesquisa. Em 1999, a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro criou o programa Jovens Talentos para a Ciência, inspirado no PROVOC, levando a iniciação científica a diversas instituições no estado. Em 2010, o CNPq lançou o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (Pibic-EM), ampliando o alcance do Programa nacionalmente. Atualmente, a EPSJV, através do LIC-PROVOC, coordena a Rede PROVOC Luiz Fernando da Rocha Ferreira da Silva que conta com a participação de dez regionais da Fiocruz, incluindo a sede, no Rio de Janeiro.



Cartaz da 1ª Jornada Nacional de Iniciação Científica da Rede PROVOC, 2024. [Acervo PROVOC]

1ª Jornada Nacional de Iniciação Científica da Rede PROVOC, 2024. [Acervo PROVOC]





Para a divulgação e socialização das pesquisas realizadas por professores-pesquisadores foram criadas as séries ‘Estudos de Politecnia e Saúde’ e ‘Temas de Ensino Médio’ que abrange ensaios, artigos e relatos de experiências, na sua maioria resultados de projetos de pesquisas desenvolvidos pelos docentes da Escola.

A abrangência da área de concentração Trabalho, Educação e Saúde oferece estabilidade para as atividades de pesquisa da EPSJV e sustenta as linhas de pesquisa desenvolvidas na escola que são delineadas a partir de temas, problemas e objetos que emergem do campo educação, trabalho e saúde. Elas estão articuladas e integradas e, ao mesmo tempo, contém especificidades e diferenciações que permitem a sua sistematização para além da mera divisão.

Livro *Temas do Ensino Médio. Formação*. 2006

Livro *Estudos de Politécnica e Saúde*, vol. 4, 2009



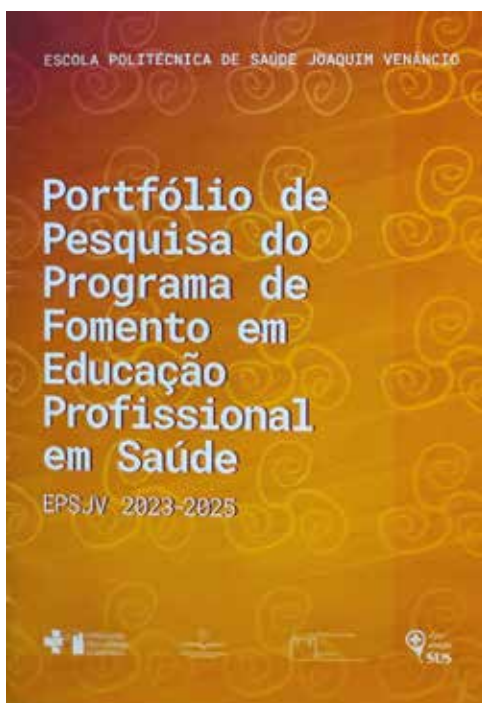
Desde as pesquisas pioneiras, observa-se uma diversidade de objetos e problemas de investigação, organizados em distintos eixos temáticos e em oito linhas de pesquisas que envolvem análises sobre: Comunicação, Informação e Tecnologia Educacional em Saúde; Concepções e Práticas na Formação dos Trabalhadores da Saúde; Educação em Ciências e Iniciação Científica no Ensino Médio e na Educação Básica; Educação Profissional; Políticas Públicas, Planejamento e Gestão da Saúde e da Educação; Políticas, Modelos e Práticas na Atenção à Saúde; Processos e Relações Sociais do Trabalho, da Educação e da Saúde; e Tecnologias e Práticas em Saúde. (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2024)

Destacam-se pesquisas acerca do trabalho, trajetória, organização política, educação permanente, educação popular e formação de trabalhadores estratégicos do SUS; metodologias; modelos de atenção; políticas e gestão; currículos; propostas formativas; qualificação profissional; produção de materiais didáticos; condições de trabalho dos trabalhadores do SUS; ou seja, pesquisas cujos resultados e produtos estão comprometidos com o fortalecimento do SUS e com a inovação, com o desenvolvimento científico e tecnológico em saúde, com ênfase na educação profissional em saúde e que estimulam a reflexão crítica sobre a atuação e a formação dos profissionais.

A consolidação das atividades de pesquisas na Escola se reflete nos diversos projetos em andamento, no significativo número de artigos e publicações pelos professores-pesquisadores, na expressiva participação dos pesquisadores em eventos científicos pertencentes ao campo da Saúde Coletiva, a exemplo dos Congressos da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva) dentre outros, e na indexação da revista Trabalho, Educação e Saúde, em bases como o Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde).

O reconhecimento da importância social da pesquisa para a produção de conhecimentos que contribuam para o fortalecimento da educação profissional em saúde e para o desenvolvimento tecnológico é uma das diretrizes estratégicas de atuação institucional da EPSJV, direcionada aos projetos desta área do conhecimento, tão diversa e vasta. Desta forma, neste momento de retomada do processo de consolidação dos princípios constitucionais do SUS e da valorização da Ciência, a VDPDT organizou, em 2023, um primeiro Edital de Fomento que está viabilizando e assegurando a realização, com financiamento da própria Escola e suporte à execução das pesquisas, de 14 projetos de pesquisas nos campos do trabalho, da educação e da saúde, com ênfase na educação profissional.

3



As pesquisas concluídas, em andamento e do Programa de Fomento podem ser encontradas no endereço: <https://www.epsjv.fiocruz.br/pesquisa/portfolio-de-pesquisa/portfolio-de-pesquisa> (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, [2023?])



Pesquisas Concluídas



Pesquisas em Andamento



Pesquisas do Programa de Fomento

Portfólio de Pesquisa do Programa de Fomento em Educação Profissional em Saúde. 2023. [Acervo EPSJV]

A VDPDT também atua em matéria de propriedade intelectual, desenvolvimento tecnológico e inovação. Essas ações vêm se consolidando nos últimos anos por meio do fortalecimento do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da EPSJV, cujo principal foco de atuação reside na assistência aos pesquisadores-docentes – e demais profissionais da EPSJV – na gestão profissionalizada da propriedade intelectual gerada na Escola e sua aplicação como matéria-prima para o desenvolvimento tecnológico e a inovação, sob a forma de novos produtos, processos, métodos e serviços para a Educação Profissional em Saúde e áreas correlatas. (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2024)

O NIT-EPSJV vem atuando nos diversos colegiados constituídos na EPSJV, como a Câmara Técnica de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, a Câmara Técnica de Ensino e Informação, o Grupo de Trabalho de Material Educativo, o Conselho de Política Editorial, o Programa de Promoção da Saúde e da Dignidade Menstrual e, mais recentemente, o Grupo de Trabalho em Ciência, Tecnologia e Inovação (GT CT&I), com o propósito de fortalecer e consolidar as discussões em matéria de propriedade intelectual, desenvolvimento tecnológico e inovação nas áreas de atuação da EPSJV.

Está em discussão a formação de um novo grupo de pesquisa na EPSJV denominado Ciência, Tecnologia e Inovação para a Educação Profissional em Saúde, vinculado à linha de pesquisa “Tecnologias e Práticas em Saúde” e à área de pesquisa institucional “Gestão de Ciência e Tecnologia em Saúde”, com o propósito de endereçar questões de pesquisa que envolvam a temática da Ciência, Tecnologia e Inovação para a Educação Profissional em Saúde.

No âmbito internacional destacam-se as duas pesquisas realizadas pelo OTS/CCI nos países do Mercosul, entre 2007-2013, “A educação profissional em saúde no Brasil e nos países do Mercosul: perspectivas e limites para a formação integral de trabalhadores face aos desafios das políticas de saúde” e “A Formação dos Trabalhadores Técnicos em Saúde no Mercosul: entre os dilemas da livre circulação de trabalhadores e os desafios da cooperação internacional”, e a pesquisa colaborativa OTS/CCI, em andamento, em parceria com a Fiocruz/Opas/ORAS-CONHU/OTCA, denominada ‘Mapeamento das/dos trabalhadoras/es técnicas/os que atuam na Atenção Primária à Saúde em países da América do Sul’, financiada com recursos do Programa de Fomento em Educação Profissional em Saúde da EPSJV.



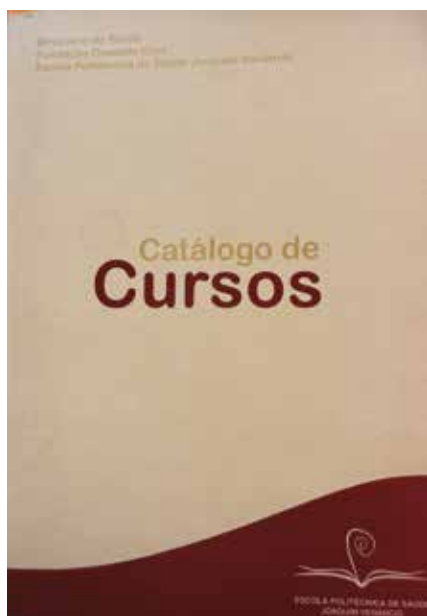
3

Publicação dos resultados da pesquisa 'A educação técnica em saúde no Brasil e nos países do Mercosul: perspectivas e limites para a formação integral de trabalhadores face aos desafios das políticas de saúde', 2011.

Publicação do Segundo Seminário Internacional "Formação de Trabalhadores Técnicos em Saúde no Brasil e no Mercosul", realizado na EPSJV, no qual se discutiram os resultados da pesquisa 'A Formação dos Trabalhadores Técnicos em Saúde no Mercosul: entre os dilemas da livre circulação de trabalhadores e os desafios da cooperação internacional'. Caderno de Debates, n. 4, 2012.

Pesquisa 'Mapeamento das/dos trabalhadoras/es técnicas/os que atuam na Atenção Primária à Saúde em países da América do Sul', financiada com recursos do Programa de Fomento em Educação Profissional em Saúde da EPSJV. 2023. [Acervo EPSJV]

6) O ensino na EPSJV: o processo de nacionalização e internacionalização de cursos e parcerias com movimentos sociais e sindicais



Catálogo de cursos da EPSJV.
[Acervo EPSJV]

Ao longo do tempo e em acordo com as legislações educacionais em vigor, os cursos desenvolvidos pela Escola tiveram diferentes denominações: curso regular, curso de formação profissional, curso profissionalizante, curso de suplência, educação de jovens e adultos, especialização técnica, cursos de aprendizagem, desenvolvimento profissional, qualificação e atualização, além dos cursos de Pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

As denominações dos cursos técnicos também mudam em razão de novas orientações das políticas educacionais, tais como a criação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, em 2008. Por meio de um cadastro nacional feito em 2007, o Ministério da Educação encontrou aproximadamente 2.800 denominações diferentes que designavam cursos iguais ou semelhantes. Através de grupos de trabalho, entre eles, da área Ambiente, Saúde e Segurança, no qual professores-pesquisadores da escola participaram, o catálogo padronizou as habilitações existentes, seguindo o mesmo mecanismo usado para a organização das carreiras de ensino superior.

Para adaptar-se ao catálogo, a Escola mudou o nome de dois dos três cursos que oferecia. O curso de Biodiagnóstico em Saúde passou a se chamar Análises Clínicas e o de Gestão em Serviços de Saúde passou a ser denominado Gerência de Saúde. O único que não sofreu mudanças foi a habilitação de Vigilância em Saúde. Atualmente, oferece as habilitações técnicas de Análises Clínicas e Biotecnologia na modalidade integrada e as habilitações técnicas em Citopatologia e Radiologia, na modalidade subsequente.

De acordo com o Regulamento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio da EPSJV, aprovado em 2007, com base na Lei 9.394/96 e o Decreto 5.154/04, os cursos e programas estão assim organizados:

I – Formação inicial e continuada (cursos FIC) de trabalhadores, que compreende os cursos destinados à capacitação, aperfeiçoamento, atualização e especialização de trabalhadores de todos os níveis de escolaridade, com exigência de escolaridade mínima equivalente ao primeiro segmento do ensino fundamental, podendo ser de Qualificação Profissional, Desenvolvimento Profissional e Atualização.

II – Educação Profissional Técnica de Nível Médio, que tem a finalidade de formar técnicos nesse nível de ensino para atuarem nos diferentes processos de trabalho em Saúde e Ciência e Tecnologia nas habilitações técnicas reconhecidas pelos órgãos oficiais e profissionais. São oferecidos na modalidade integrada para alunos do ensino fundamental que cursarão o ensino médio e a habilitação profissional na EPSJV, com matrícula única; na modalidade concomitante para alunos do ensino fundamental que cursarão a habilitação profissional na EPSJV e o ensino médio em outra instituição de ensino; e na modalidade subsequente, ou pós-médio, para alunos que concluíram o ensino médio em outra instituição e cursarão a habilitação profissional na EPSJV.

III – Aperfeiçoamento técnico tem a finalidade de aperfeiçoar os profissionais, conforme demandas do SUS, de Ciência e Tecnologia e de áreas afins, com carga horária mínima de 90 horas associados a uma habilitação técnica.

IV – Especialização técnica tem a finalidade de especializar os profissionais, conforme demandas do SUS e da área de Ciência e Tecnologia, por meio de cursos associados a uma habilitação técnica, com carga horária mínima de 180 horas.

Em 2021, a Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC) da Fiocruz atualizou o Regimento de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Especialização *Lato Sensu* e Cursos de Qualificação da instituição. A última modalidade é equivalente aos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) da EPSJV. Em 2024, a Escola atualizou o seu Regulamento de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação Profissional em Saúde, Mestrado Profissional.

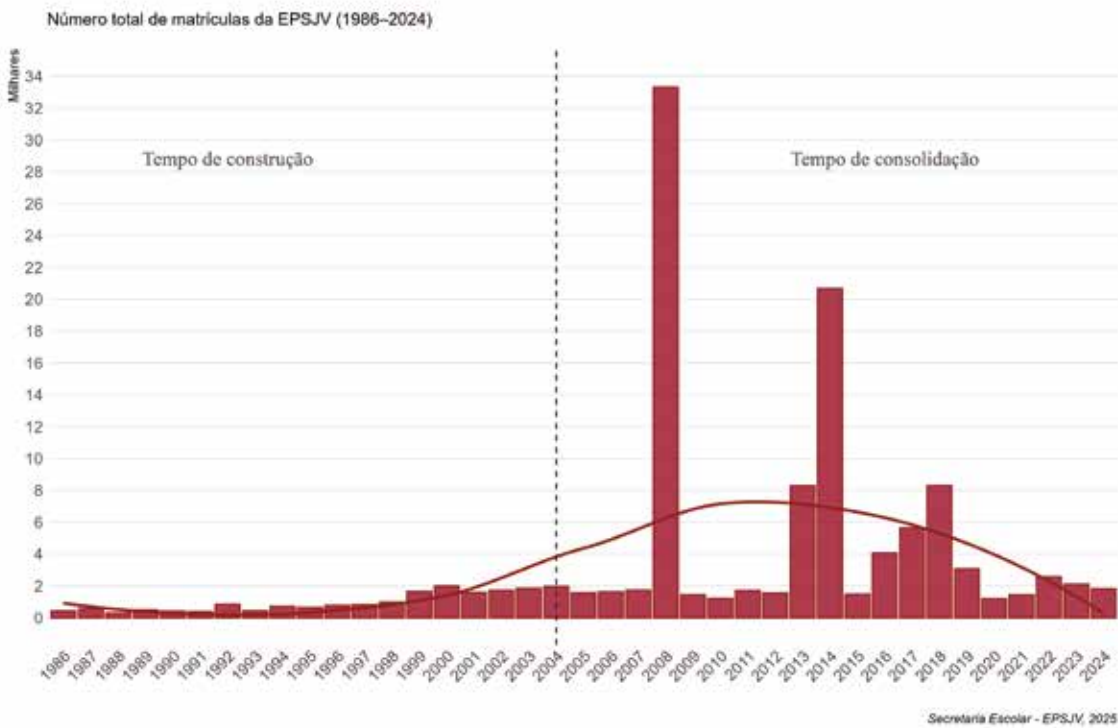


Regulamento de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação Profissional em Saúde, Mestrado Profissional. [Acervo EPSJV]

Portanto, a organização e análise dos cursos e programas da EPSJV oferecidos nesses 40 anos de existência serão realizadas com base nesses documentos, especialmente o Regulamento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, com apoio na série histórica construída a partir dos dados disponibilizados pela Secretaria Escolar da EPSJV. Especial atenção será dada ao processo de nacionalização e internacionalização dos cursos da escola, assim como às parcerias com os movimentos sociais e sindicais.

6.1 – Processo de Nacionalização de Cursos

Gráfico da evolução do número total de matrículas da EPSJV no período de 1986-2024. Fonte: Secretaria Escolar EPSJV, 2025.



As áreas de Registros e Informações em Saúde e Vigilância em Saúde foram as primeiras a atuar em nível nacional, ainda nos anos 1980, mas de forma pouco expressiva. São exemplos os cursos destinados à organização dos Serviços de Arquivo Médico e Estatística (SAME), em 1988, nos estados de Alagoas e Ceará, e o curso de Vigilância Epidemiológica no estado de Goiás, em 1989.

Nos anos 1990, além dessas áreas de formação, as áreas de Laboratório em Saúde e Manutenção de Equipamentos em Saúde também atuam em diversos estados brasileiros. A área de Registros e Informações em Saúde atua nos estados de Tocantins, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, em 1992, através de cursos de Desenvolvimento Profissional e Atualização. A área de Vigilância em Saúde no estado do Amazonas, em 1998, com o curso de Desenvolvimento Profissional em Vigilância à Saúde e Meio Ambiente no Controle de Endemias. A área de Laboratório em Saúde nos estados da Bahia, Minas Gerais e Pernambuco, com os cursos de Atualização em Biossegurança (1992) e Atualização em Histotecnologia (1996). A área de Manutenção de Equipamentos em Saúde atua nos estados da região Nordeste, em 1994, no âmbito do Projeto Nordeste, financiado pelo PNUD/ONU, com o curso de Desenvolvimento Profissional de Artífices de Manutenção em Equipamentos Médico-Hospitalares. Destaque para o curso de Atualização para Gestores das ETSUS, realizado em 1996, uma iniciativa da Vice de Ensino da EPSJV como parte da organização da futura RET-SUS.

Ao contrário das décadas anteriores, nos anos 2000, o processo de nacionalização de cursos se expande de maneira excepcional. Na primeira década, o convênio assinado com a Funasa, em 2000, permite a operacionalização do Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde (Proformar) em todo território nacional, em mais de 4 mil municípios, com 31.740 alunos matriculados, segundo dados de 2008.

3



**PROGRAMA DE FORMAÇÃO
DE AGENTES LOCAIS
DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

Logomarca do Proformar

Na segunda década, em 2013 e 2014, foram matriculados 6.642 e 19.138 alunos, respectivamente, no curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde (EdPopSUS), em âmbito nacional. O curso é uma das estratégias de implementação e fortalecimento da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do SUS (Pneps-SUS) e tem o objetivo de formar profissionais das equipes de Atenção Básica em Saúde, em especial os Agentes Comunitários de Saúde, Agentes de Endemias, lideranças comunitárias e integrantes dos movimentos sociais de diferentes territórios do Brasil, tendo como referencial político-pedagógico a Educação Popular em Saúde.

Entre 2016 e 2024, além da formação de trabalhadores da Atenção Básica, lideranças comunitárias e integrantes de movimentos sociais, esse curso passa a atuar na formação docente para o Curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde em Belém/PA e Maranhão, em 2021, Cuiabá/MT, Manicoré/AM e Apucarana/PR, em 2023, e Apucarana/PR, Manicoré/AM, Belém/PA e Maranhão, em 2024. A partir de 2022, expande sua atuação incorporando o uso das plantas medicinais com o curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular e Plantas Medicinais na Atenção Básica, no Distrito Federal, voltado para discentes e docentes.



Alunos do curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde. [Acervo EPSJV]

Curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde. [Acervo EPSJV]



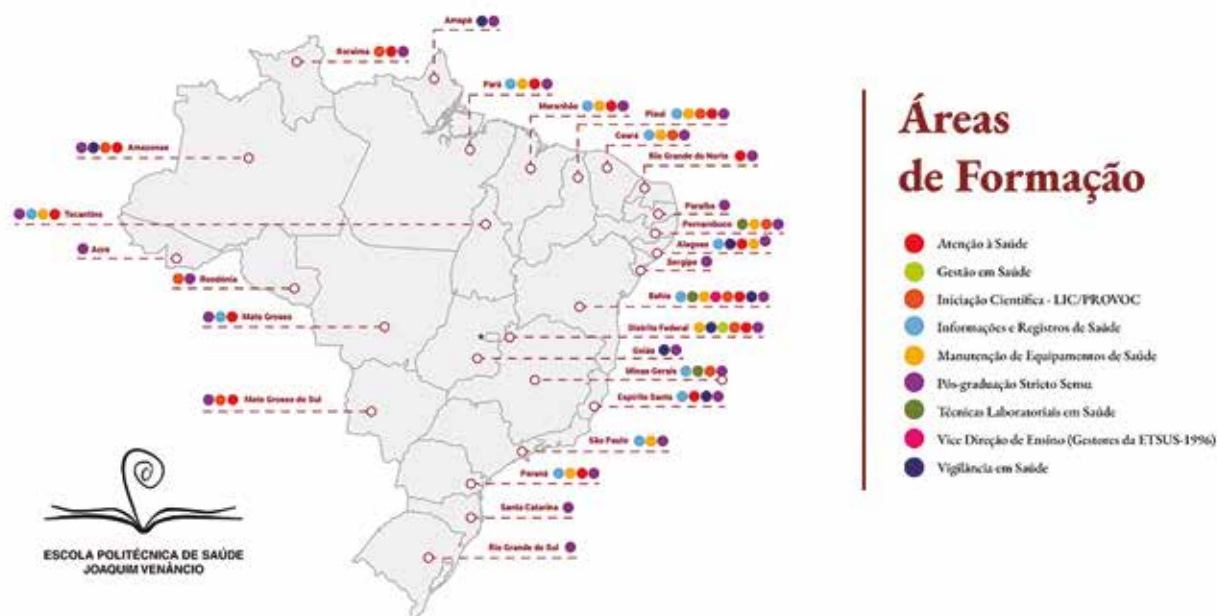
Destaque para os anos de 2020 e 2021, quando foram cancelados muitos cursos programados, devido à pandemia de covid-19. A terceira década do séc. XXI, infelizmente, foi aberta com muita tristeza e medo, conduzida por um governo de extrema direita negacionista e propagador de *fake news*, que acarretou um grande número de óbitos, mais de 700 mil pessoas.

No dia 16 de março de 2020, o Conselho Deliberativo da EPSJV definiu orientações complementares ao “Plano de Contingência da Fiocruz diante da pandemia da doença pelo SARS – CoV-2 (Covid-19)” divulgado pela Fiocruz, com vistas a definir o funcionamento da unidade através da manutenção das atividades consideradas essenciais no cenário epidemiológico da pandemia. Naquele momento, foi adotado um regime de trabalho que intercalou atividades remotas e presenciais, e o início da educação politécnica remota e emergencial para todos os estudantes matriculados na EPSJV. Além dessas ações, outras foram criadas, a saber: desenvolvimento de educação permanente e produção de materiais educativos e informativos para orientação dos trabalhadores de nível médio do SUS e as demais categorias profissionais da saúde a respeito do Coronavírus; desenvolvimento de estratégia específica para o recebimento de artigos científicos relacionados à pandemia de Coronavírus, na Revista Trabalho, Educação e Saúde; trabalho com outras unidades da Fiocruz na articulação com lideranças comunitárias de favelas, de movimentos sociais, de sindicatos de trabalhadores do SUS, e do controle social para o desenvolvimento de ações de enfrentamento da pandemia de Coronavírus; participação na elaboração de políticas públicas de vigilância da qualidade da água e na contribuição para a exigibilidade do direito ao acesso à água para as populações vulnerabilizadas, como barreira sanitária para o enfrentamento da covid; desenvolvimento de pesquisas científicas e assessoramento a órgãos internos da Fiocruz e instituições externas, na elaboração de normas técnicas, de projetos de intervenção e demais iniciativas que estejam voltadas para o SUS, seus usuários e trabalhadores, e para o enfrentamento da pandemia em suas múltiplas determinações; fortalecimento da atuação internacional da EPSJV no âmbito da RETS e na organização de eventos, seminários e reuniões, com vistas a contribuir para o enfrentamento da pandemia; além da organização de um grupo de trabalho para elaborar um relatório técnico sobre o diagnóstico e as condições necessárias para o retorno às atividades presenciais (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, [2021]).

Além destas atividades, a EPSJV elaborou um manual técnico sobre o diagnóstico e as condições necessárias para o retorno às atividades presenciais das escolas públicas, o *Manual sobre biossegurança para reabertura de escolas no contexto da covid-19*, o que levou a Escola

a participar de inúmeros fóruns, audiências públicas, reuniões de sindicatos e movimentos sociais, programas de TV e rádio. A publicação disponibilizou informações para gestores, trabalhadores e demais membros da comunidade escolar, de modo a contribuir para a decisão de retorno seguro das atividades escolares durante a pandemia. (Pereira *et al.*, 2020)

Distribuição das Áreas de Formação por Estado:

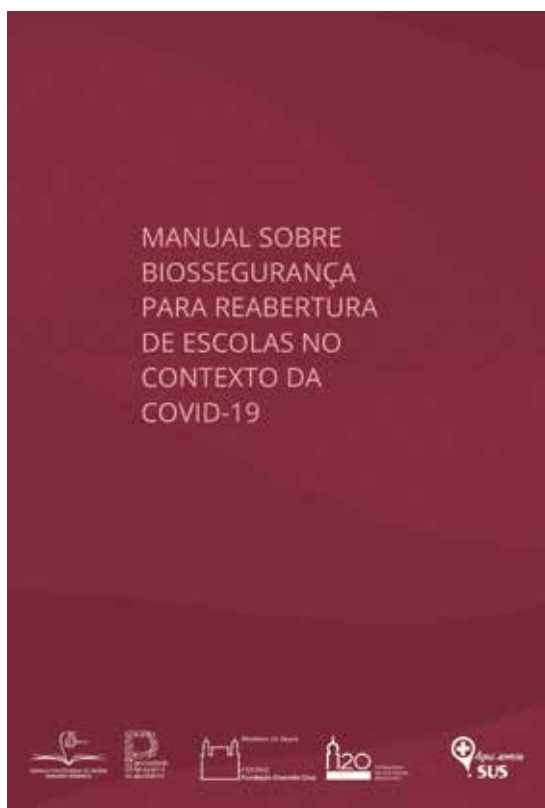


Infográfico com a distribuição das áreas de formação da EPSJV nos estados brasileiros ao longo dos anos. Fonte: Secretaria escolar EPSJV. 2025.

Manual sobre biossegurança para reabertura de escolas no contexto da covid- 19, produzido pela EPSJV, 2020.

Das áreas de formação da EPSJV, a atuação nacional nessas três décadas foi protagonizada pelas áreas de Atenção à Saúde, Gestão em Saúde, Manutenção de Equipamentos de Saúde, Registros e Informações em Saúde, Vigilância em Saúde, pelo Programa de Vocação Científica (PROVOC) e a Pós-graduação *stricto sensu*.

A área de Atenção à Saúde organizou cursos de Atualização em Saúde Mental, no período de 2000 a 2002, em diversos estados brasileiros. Desde a regulamentação dos



Centros de Atenção Psicossocial (Caps), em 1992, a assistência à saúde mental no Brasil passa por uma transição de um modelo hospitalocêntrico excludente para o modelo de atenção diária baseada na inclusão social das pessoas em sofrimento psíquico. Nesse contexto, os cursos são voltados para profissionais de nível médio e da Estratégia Saúde da Família (ESF). No ano 2000, ocorreram nos estados do Paraná, Cuiabá/MT, Pernambuco, Brasília, Natal/RN, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, Pará, Tocantins, Maranhão, Roraima. Em 2001, nos estados de Boa Vista/RR e Camaragipe/BA e, em 2002, em Vitória/ES.

Em 2008, a área de Atenção à Saúde realizou o Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde (CTACS) em parceria com o Sindicato dos ACSs do Município do Rio de Janeiro (SindacsRJ). A área também organizou e mi-

nistrou o curso de Formação Técnica para Agentes Comunitários Indígenas de Saúde no Amazonas, em 2009; ministrou cursos de Atualização em Atenção ao Uso Prejudicial de Alcool e outras Drogas em Brasília, nos anos de 2010 e 2011; e de Atualização de Cuidadores de Idosos em Maceió, Tocantins e Maranhão, em 2022.

A área de Gestão em Saúde organizou curso de Especialização Técnica em Gestão Hospitalar em Brasília, em 2009, e de Qualificação Profissional em Gestão Hospitalar em Brasília, em 2024.

A área de Manutenção de Equipamentos de Saúde organizou cursos de Atualização sobre Manutenção de Equipamentos de Microscopia Ótica na Funasa (Brasília, 2002) e Manutenção de Equipamentos de Laboratório (Tocantins, 2013); e cursos de Especialização Técnica em Radioterapia em São Paulo e Salvador (2017), Curitiba e Fortaleza (2018), Brasília e Pará (2020), Brasília (2022, 2023 e 2024).

Aluno do curso de Manutenção de Equipamentos de Saúde.
[Acervo EPSJV]



A área de Registros e Informações em Saúde organizou cursos de Atualização Técnica para Instrutores em Registros de Saúde em Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Castanha/PA, em 2002; cursos de Qualificação Profissional em Registros e Informações em Saúde no Piauí e Maranhão, em 2016; e o curso de Especialização em Registros e Informações em Saúde no Piauí, em 2016.

A área de Vigilância em Saúde organizou o curso de Especialização Técnica em Saúde Ambiental para a População do Campo, em Vitória/ES (2008); em Brasília aconteceram os cursos de Desenvolvimento Profissional e Atualização em Vigilância Popular em Saúde para o Enfrentamento das Arboviroses (2019); Soberania Alimentar e Agroecologia: Boas Práticas para Cozinhas Solidárias Promotoras da Saúde (2023); Formação de Profissionais de Saúde sobre o Impacto da Contaminação Ambiental por Mercúrio na Amazonia (2023); e Formação de Professores Indígenas sobre o Impacto da Contaminação Ambiental por mercúrio na Amazonia (2023, 2024); além do curso Vigilância e Monitoramento de População Expostas ao Mercúrio no Brasil que ocorreu em Brasília e no Amapá (2024).

O Programa de Vocação Científica (PROVOC), já havia iniciado seu processo de expansão para as unidades da Fiocruz em outros estados (Bahia, Minas Gerais e Pernambuco), desde 1999 e, em 2022, amplia sua presença para os Estados do Ceará, Piauí, Amazonas, Rondônia, Brasília e Mato Grosso do Sul.

O Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde organizou três turmas de Mestrado para a RET-SUS, cobrindo todos os estados brasileiros, entre 2014 e

2019. A primeira foi para os docentes e gestores de todas as ETSUS da região Nordeste; a segunda turma para as regiões Centro-Oeste e Norte; e por último a turma das regiões Sul e Sudeste. Está em andamento, desde 2023, o Mestrado Profissional para a turma especial Cacoal (RO), com previsão de término em 2025.

No final de 2023, a Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES) do Ministério da Saúde (MS) solicitou à Escola a organização do Curso de Especialização para a Preceptoria em Educação Profissional em Saúde (EdProfSUS), na perspectiva de formular e coordenar um processo formativo para preceptores do Programa Mais Saúde com Agente, voltado para formação técnica de Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) e Agentes de Controle de Endemias (ACEs), coordenado pelo MS/SGTES e desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), desde 2021, com o objetivo de formar o conjunto de ACEs e ACSs do SUS. Em dezembro de 2023 foram diplomados cerca de 176 mil estudantes, e no biênio 2024-2026 a meta é a formação dos demais ACEs e ACSs do país, perfazendo um total de 180 mil trabalhadores.

A EPSJV/Fiocruz elaborou o ‘Curso de especialização lato sensu em preceptoria para a educação profissional em saúde com ênfase na atenção primária e vigilância em saúde – EdProf SUS’, incluindo outros trabalhadores da saúde da Atenção Primária à Saúde e da Vigilância à Saúde que não apenas aqueles do Programa Mais Saúde com Agente. O curso é desenvolvido com a colaboração descentralizada das Escolas de Saúde Pública e Escolas Técnicas de Saúde, com carga horária de 360 horas e duração de 8 meses.

A perspectiva é de que os 10 mil preceptores formados estejam preparados para formular, desenvolver, executar e apoiar processos educativos nos âmbitos estadual e municipal do SUS, junto às redes de escolas de saúde. Destaca-se ainda que a formação de docentes e de especialistas, como parte dessa estratégia do MS em parceria com EPSJV/Fiocruz, soma aos preceptores especializados, mais mil profissionais de saúde advindos das esferas locais e regionais.

6.2 – Processo de Internacionalização de Cursos

No plano internacional, a relação político-pedagógica com os países africanos de língua portuguesa se inicia com Angola, em 2006. A EPSJV organizou cursos de desenvolvimento profissional para docentes e gestores em Artífices de Manutenção de Equipamentos Médicos Hospitalares, Gestão da Rede Básica de Saúde, Planejamento e Organização dos

Serviços de Registro e Informações em Saúde, Processo de Gestão do Trabalho em Saúde e Bodiagnóstico em Saúde.

Entre 2008 e 2009, docentes da Escola Nacional de Saúde de Guiné Bissau participaram de uma cooperação para a elaboração/atualização curricular dos cursos de: técnico em análises clínicas, especialização em saúde pública, especialização em histologia e biologia molecular. Em 2009, foi organizado o curso de Especialização Técnica em Gestão e Manutenção de Equipamentos em Saúde para docentes de Moçambique.

A relação mais estreita do ponto de vista político-pedagógico com os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), foi a realização do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação Profissional em Saúde, durante o ano de 2011, que abrangeu todos os países africanos de língua portuguesa, exceto Timor Leste: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Em 2015, ocorreu em Lisboa, o curso para docentes da Educação Profissional em Saúde desses países.

Na América Latina, a EPSJV atuou no Peru com o curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Vigilância em Saúde Ambiental no Controle de Vetores, em 2013; no Uruguai, com o curso de Atualização em Biossegurança e Biotério, em 2011, e com a Pós-graduação *Lato Sensu* em Desenvolvimento da Formação Docente, nos anos de 2016 e 2017. No Chile, no ano de 2012, aconteceu o curso “Atualização em Atenção Primária em Saúde: a experiência brasileira”.

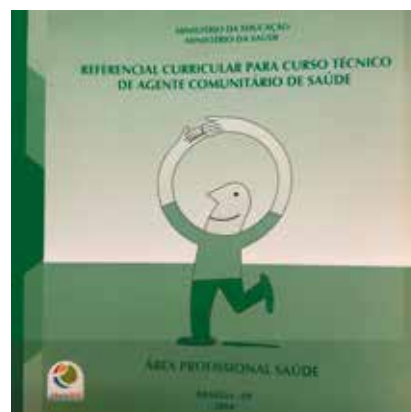
6.3 – Cursos em parceria com os movimentos sociais e sindicais

Uma das novidades dos anos 2000 foram as iniciativas em torno de cursos em parceria com os movimentos sindical e social, a exemplo do Curso de Nível Técnico de Agentes Comunitários de Saúde. No início dos anos 2000, com a mobilização nacional dos ACSs, organizada pela Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias (Conacs), começou a ser desenhada uma política de profissionalização para esses trabalhadores e a questão do vínculo trabalhista, mediante questionamentos de ilegalidades feitos pelo Ministério Público do Trabalho.

A Lei 10.507/2002, cria a profissão de ACS e incentiva o processo de formação desses trabalhadores, passando a exigir como requisito mínimo o Ensino Fundamental completo. Até a promulgação dessa lei, os pré-requisitos para a função eram: residir na comunidade, ter espírito de liderança e solidariedade, ter no mínimo de 18 anos, saber ler e escrever e ter disponibilidade de tempo em horário integral. Ou seja, o vínculo com a comunidade era suficiente para sua atuação.

Em 2003, começou a ser produzida uma nova proposta de formação e de vinculação trabalhista dos ACSs. Em 2004, os ministérios da Educação e da Saúde publicaram o Referencial Curricular para a Formação Técnica do ACS, com ativa participação da EPSJV na defesa da formação técnica como um direito dos trabalhadores que deve ser provido e garantido pelo Estado, por meio da rede pública de ensino, e que a todo trabalhador deve ser garantida a educação básica. O referencial curricular prevê a formação em três etapas, com 1.200 horas/aula, com a proposta de uma formação técnica profissionalizante associada à elevação de escolaridade dos ACSs e de construção de possibilidades de remuneração e de regularização do vínculo.

O curso da EPSJV, com formação completa em três etapas, iniciou-se em 2008, com um projeto-piloto em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS-RJ), o Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (CSEGSF/Ensp/Fiocruz) e o Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde do Município do Rio de Janeiro (SindacsRJ). Para entender a contribuição da Escola na formulação de políticas voltadas a estes trabalhadores ver a 'Carta à Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde (Conacs) e demais entidades e movimentos representativos dos Agentes Comunitários de Saúde (ACSs)' divulgada pela EPSJV. (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, [2016])



Referencial Curricular para o curso técnico de Agentes Comunitários de Saúde. [Acervo EPSJV]

A coleção Educação Profissional e Docência em Saúde: a formação e o trabalho do Agente Comunitário de Saúde, produzida em 2007, é dirigida aos docentes das instituições responsáveis pela formação dos agentes comunitários de saúde, em particular às Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde. 6 volumes.



O curso de Nível Técnico de Agentes Comunitários Indígenas de Saúde (CTACIS) realizado em parceria com o Instituto Leônidas e Maria Deane (ILMD/Fiocruz Amazônia), Secretaria de Educação do Amazonas, Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira e o Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro (DSEIRN), foi uma demanda da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn). O curso técnico surgiu em 2007 nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos.

A formação foi dividida em duas fases: ensino médio e ensino técnico e a primeira turma do projeto-piloto formou aproximadamente 200 alunos, pertencentes às etnias tukano, wanano, tuyuka, piratapuia, dessano, kubo, taraiano, baré, baniwa, werekena, coripaco, hüpda e Nadeb, residentes em comunidades indígenas da área de atuação e abrangência do Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro. Outros movimentos como a Assembleia da Associação dos Agentes Indígenas de Saúde do Alto Rio Negro, em 2008, e o Seminário Povos Indígenas, Saúde e Educação: a formação profissional do Agente Indígena de Saúde, em 2011, entre outras iniciativas, contribuíram para a reflexão sobre a formação dos Agentes Indígenas de Saúde.

O curso de Saúde Ambiental para a População do Campo iniciou em 2008, como projeto-piloto de especialização técnica em saúde ambiental para trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O curso, em parceria com o Coletivo Nacional de Saúde do MST, a Fiocruz e a

Coordenação Geral de Vigilância Ambiental e o Ministério da Saúde (Fiocruz/CGVAM/MS), é produto de dois projetos de pesquisa realizados desde 2004 pela EPSJV: ‘Determinantes Sociais da Saúde nos Territórios de Assentamentos do MST: elementos para a elaboração de proposta de formação em saúde ambiental para a população do campo’ e ‘Formação de Formadores em Saúde Ambiental nos Territórios dos Assentamentos do MST: uma estratégia para o enfrentamento dos determinantes sociais da saúde da população do campo’. (Torres, 2008)

O curso aconteceu no Centro de Formação Maria Olinda, localizado em São Mateus/ES, com a participação de 40 alunos oriundos de assentamentos e acampamentos dos estados do Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás. Os alunos indicados pelos coletivos estaduais de saúde, não são trabalhadores da saúde, mas sim agricultores ligados ao movimento.

O objetivo do curso foi reforçar a atuação desses agricultores no assentamento: com os conteúdos que aprendem podem melhorar as condições de vida nos lugares onde moram, no que diz respeito ao saneamento e à produção agroecológica. Além disso, podem melhorar sua capacidade técnica de diálogo com os setores dos governos municipais e estaduais, o que reforça e torna mais efetiva a luta política. Além do curso, a pesquisa contribuiu para a elaboração de outro produto: o curta-metragem ‘Assentamento 19 de setembro’, que mostra as condições de vida e saúde do assentamento de Guaíba, em Porto Alegre, disponível no site da EPSJV.

Entre setembro de 2012 e dezembro de 2013, ocorreu o Curso Técnico em Meio Ambiente (CTMA) com ênfase em saúde ambiental das populações do campo nos estados do Ceará e Paraná. Em parceria com o Núcleo Tramas, da Universidade Federal do Ceará (UFC/CE), a Universidade Federal da Fronteira do Sul, campus Laranjeiras do Sul/PR,



Dicionário da Educação do Campo. 2012. Essa obra inclui 113 verbetes que se referem prioritariamente a conceitos ou categorias que constituem ou permitem entender o fenômeno da Educação do Campo ou que estão no entorno da discussão de seus fundamentos filosóficos e pedagógicos.



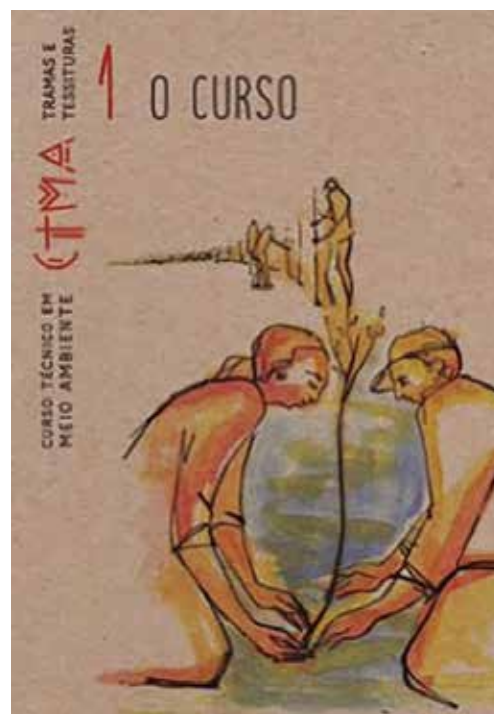
o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (Ceagro/PR) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O curso se organizou a partir do método pedagógico do MST para construir um currículo que tem como base a inserção nos territórios, articulando as dimensões do trabalho, território, saúde, ambiente e educação. Ou seja, o seu mote foi a problematização da questão da saúde no campo e

suas relações com os territórios, os ambientes, as condições de trabalho, de produção e de geração de renda, as políticas públicas pensadas para o campo, assim como os aspectos étnicos, sociais, culturais e de gênero.

Bandeira do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)

O fascículo 1 sistematiza a experiência, os dilemas e aprendizados do Curso Técnico em Meio Ambiente (CTMA), 2017.

Visando o fortalecimento dos processos organizativos nos territórios de base dos/as 55 estudantes participantes e a sua inserção qualificada nos Coletivos do Setor de Saúde do MST e/ou dos outros movimentos de que fazem parte, o curso se desenvolveu em tempos-escola e tempos-comunidade. A carga horária total foi de 960 horas em cada estado, divididos em 645 horas para o tempo-escola, 155 horas de trabalho de campo e 160 horas de estágio supervisionado no Sistema Único de Saúde (SUS) e na Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), com a apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) ao final do curso. Foi produzido material pedagógico em cinco fascículos acessíveis no endereço: <https://www.epsjv.fiocruz.br/series/livros/732> (Castro *et al.*, 2017).



O início do trabalho da EPSJV com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) ocorre em 2018, através da organização do curso ‘Educação Popular, Direito e Participação Social: Bordando a Saúde das Mulheres Atingidas por Barragens’ na região de Guapiaçu, com a parceria da Rede de Médicas e Médicos Populares e a prefeitura de Cachoeiras de Macacu. O objetivo do curso foi a discussão da luta por direitos e, em especial, o direito à saúde em áreas atingidas por barragens, por meio da formação de 35 trabalhadores rurais e da saúde, entre eles, agentes comunitários de saúde e técnicos de enfermagem, além de lideranças locais. Paralelamente, os educandos foram formados na técnica da Arpillaria – metodologia latina de educação popular realizada através de uma técnica de bordado originária do Chile, na qual as mulheres contavam suas histórias em bordados no tecido mostrando a situação de repressão durante a ditadura militar de Augusto Pinochet.



No mesmo território, foi realizado o curso de ‘Educação Popular em Saúde Ambiental em Comunidades: Pedagogia das Águas em Movimento’. O curso objetivou realizar estudos e práticas coletivas de manejo das águas que visassem à promoção de territórios saudáveis e sustentáveis para as comunidades localizadas no Vale do Rio Guapiaçu. Como resultado da formação, foi elaborado um material pedagógico



Turma do curso Educação Popular, Direito e Participação Social: Bordando a Saúde das Mulheres Atingidas por Barragens

Educação Popular, Direitos e Participação Social: bordando a saúde das mulheres atingidas por barragens. 2020

territorializado sobre o manejo das águas e as ameaças à saúde ambiental e humana, em seis volumes acessíveis no endereço: <https://www.epsjv.fiocruz.br/pedagogia-das-aguas-em-movimento> (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021).

Em 2022, foi organizado o curso de Desenvolvimento Profissional em Vigilância Popular em Saúde Ambiental para a população dos municípios atingidos pela hidrelétrica de Itá, no Rio Grande do Sul. A barragem de Itá é um dos maiores empreendimentos para geração de energia elétrica no sul do país, localizada na bacia do Rio Uruguai, entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Entrou em operação no ano de 2000 e impacta onze municípios, sendo sete catarinenses e quatro municípios gaúchos. A maioria da população atingida foi rural, ao todo são mais de 3.500 famílias atingidas.

O curso, em parceria com o MAB, buscou viabilizar o desenvolvimento de uma formação que fortaleça a vigilância popular em saúde ambiental para jovens, profissionais de saúde, lideranças comunitárias, indígenas e professores dos municípios atingidos pela barragem.

O Projeto Doulas: Qualificação e Pesquisa, uma proposta inédita de qualificação profissional de nível médio, foi elaborado pela Associação de Doulas do Rio de Janeiro (AdoulasRJ) com financiamento de Emenda Parlamentar da deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ)





e sediado na EPSJV, em 2018. O objetivo geral do curso é proporcionar a qualificação de trabalhadoras, que prestarão auxílio informacional, físico e emocional a gestantes, parturientes e puérperas, para atuação na família, na comunidade e na rede de serviços de saúde, garantindo a autonomia, promovendo a qualidade de vida e a participação social, e contribuir para a defesa dos direitos deste segmento populacional.

Além da qualificação de doulas, o projeto realizou uma pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética da Escola, para mapeamento da atuação de doulas no estado do Rio de Janeiro, depois estendido para outros estados da federação. O curso tem sido realizado desde 2018 sem interrupção. Em 2021 foi organizado o curso de atualização voltado para as doulas formadas, em especial para aquelas que atuam como docentes e preceptoras do curso de Qualificação Profissional.

3



O material pedagógico sistematiza a experiência coletiva do curso Pedagogia das Águas em Movimento. A publicação tem a perspectiva de subsidiar cursos de formação de agentes populares em saúde ambiental em regiões atingidas por barragens, expandindo a compreensão e análise sobre os territórios para que seu povo promova trocas de experiências e ações em prol da emancipação social. 2021.

Alunos do curso de Desenvolvimento Profissional Educação Popular em Saúde Ambiental em Comunidades: Pedagogias das Águas em Movimento. [Acervo EPSJV]

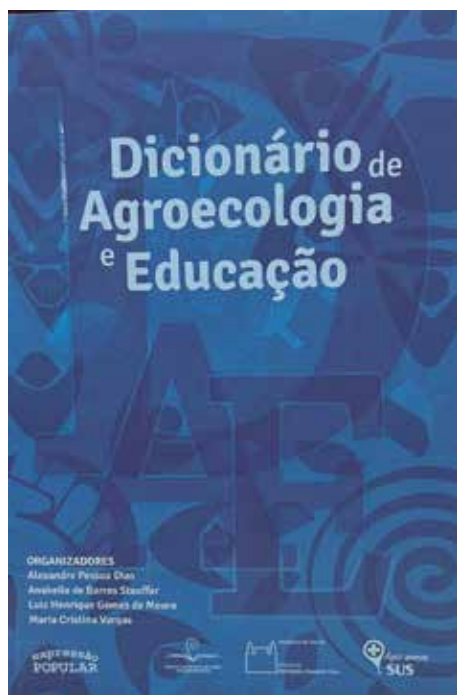
Logomarca do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Turma do Projeto Doulas: Qualificação e Pesquisa. [Acervo EPSJV]

O curso de Desenvolvimento Profissional em Estratégias para Territorialização de Políticas Públicas em Favelas iniciou suas atividades em 2019. Construído com militantes convidados e lideranças comunitárias atuantes em organizações de base comunitária e movimentos sociais de Manguinhos e Curicica, teve como objetivos contribuir para a formação de pessoas vinculadas às organizações sociocomunitárias, visando: i) a territorialização das políticas públicas; ii) a governança, de base territorial, fundamentada na equidade, sustentabilidade, cidadania e valores democráticos; e, iii) a elaboração de projetos sociocomunitários estruturantes.

O curso de Especialização em Educação e Agroecologia foi realizado em duas modalidades: Desenvolvimento Profissional e Especialização *Lato Sensu*. É uma parceria da EPSJV com o MST e a Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Bruneto (Epaaebe), localizada no município de Itamaraju/BA. O processo de elaboração da proposta curricular ocorreu de forma coletiva em 2018. As atividades iniciaram em janeiro de 2019 e, em razão da pandemia de covid-19, o curso terminou em dezembro de 2020. Os objetivos foram: formar profissionais da educação básica que atuam nas escolas do campo do extremo Sul da Bahia para o aprofundamento das bases teórico-metodológicas que fundamen-

Dicionário de Agroecologia e Educação. 2021. A publicação reúne 106 verbetes que contribuem para o conhecimento sobre a multiplicidade de experiências nacionais e locais que dão vida ao conceito de Agroecologia.



tam as práticas de educação e suas relações com o trabalho e a agroecologia; contribuir para a consolidação do conhecimento e das práticas de agroecologia nas escolas do campo; constituir espaços de estudo e reflexão sobre as relações entre Trabalho-Educação-Agroecologia sob a perspectiva de suas determinações e implicações históricas e pedagógicas; e potencializar uma ação docente crítico-emancipatória, em contraste com a racionalidade utilitarista instrumental. (Pronko *et al.*, 2021)

Mais recentemente, em 2022, foi realizado o curso de Desenvolvimento Profissional de Educadores/as Populares em Saúde LGBTI+ do campo e prevenção às IST/



3

Turma do curso
de Especialização
em Educação e
Agroecologia.
[Acervo EPSJV]

HIV/Aids, em parceria com o MST, por meio do Coletivo Nacional LGBTI+ Sem Terra. Antes do início do curso, a equipe de coordenação político pedagógica realizou uma pesquisa diagnóstica denominada “Saber Protege: condições de vida e saúde da população LGBT do campo”, e a organização e elaboração de materiais educativos e informativos neste tema.

O curso teve como objetivos capacitar Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais (LGBTI+) do campo sobre o direito à saúde, incluindo direitos sexuais e reprodutivos; e sobre a adoção de práticas sexuais seguras e a promoção da saúde, com ênfase na prevenção às ISTs/ HIV/ Aids, para atuarem como educadores populares de saúde. O curso formou 70 LGBTI+ residentes em acampamentos e assentamentos de reforma agrária, ou em outras comunidades de pequenos agricultores e em aldeias indígenas,

em 19 estados de todas as regiões do país, abrangendo diferentes realidades existentes e territorialidades constituídas, em uma perspectiva de formação coletiva, para atuação na promoção da saúde da população LGBTI+ no campo. (Stauffer *et al.*, 2022).

O Curso de Desenvolvimento Profissional de Agentes de Educação Popular em Saúde é parte do Programa de Formação de Agentes Educadoras e Educadores Populares de Saúde (AgPopSUS), uma iniciativa do Ministério da Saúde instituída pela Portaria GM/MS nº 1.133, de 16 de agosto de 2023. O Programa tem por objetivo contribuir com a atuação dos movimentos sociais populares na defesa do Sistema Único Saúde (SUS) e do direito à saúde, na perspectiva de fortalecer o protagonismo popular, a articulação de saberes para o desenvolvimento de ações de educação e vigilância popular em saúde na defesa do SUS e do direito à saúde, integrando o território com a Atenção Primária em Saúde (APS).

Através do TED n.º 111/2023, a EPSJV em parceria com a SAPS/MS desenvolve o Projeto de Formação de Educadoras e Educadores Populares de Saúde, com o objetivo de formar 192 educadoras (es) populares de saúde e 3.740 agentes de educação popular em saúde, de modo a potencializar a luta pela garantia do direito à saúde junto com as populações do campo, da floresta e das águas em dez estados brasileiros na região da Amazônia Legal e Pantanal Sul Mato-Grossense e contribuir para o enfrentamento das iniquidades nesses territórios e para o exercício do controle social por suas populações. Para tanto, foram aprovados 53 movimentos sociais populares (25 movimentos com atuação nacional e 28 movimentos com atuação local) em uma chamada pública para desenvolvimento de 181 turmas em dez estados brasileiros.

Os educandos irão elaborar um Diagnóstico das Condições de Vida e Situação de Saúde e um Plano de Ação em Educação, Comunicação e Vigilância Popular em Saúde, de modo a estimular a participação social e a defesa do SUS, fortalecendo a governança local em articulação com a Atenção Primária em Saúde/Estratégia de Saúde da Família. O projeto prevê ainda a elaboração de materiais educativos para o processo formativo para a disseminação dos conhecimentos sobre a determinação socioambiental da saúde nos territórios, composto por dois cadernos de formação – texto de apoio e atividades – para territorialização de informações em saúde.



Reunião com representantes de 53 movimentos sociais na EPSJV

3

O Curso de Desenvolvimento Profissional “Soberania Alimentar e Agroecologia: Boas Práticas para Cozinhas Solidárias Promotoras da Saúde” é produto da emenda parlamentar “Enfrentamento da Insegurança Alimentar em Populações Vulnerabilizadas: Educação e Agroecologia para a Promoção da Saúde” parceria entre a EPSJV/Fiocruz, o coletivo Movimenta Caxias, e o Fórum de Cozinhas Solidárias. O projeto teve origem na agudização da fome ocasionada pela pandemia da covid-19 na Baixada Fluminense, região metropolitana do estado do Rio de Janeiro.

Movimenta Caxias é um coletivo fundado em 2017 que faz parte do programa de desenvolvimento territorial do Instituto Nós em Movimento. Integrantes do movimento fazem parte do Conselho de Alimentação Escolar e da Presidência do Conselho de Segurança Alimentar, ambos no município de Duque de Caxias. O Movimenta Caxias defende que é primordial para o avanço da garantia da alimentação saudável e acessível para todos possibilitar a reflexão e o debate sobre a política de segurança alimentar da população essencialmente feminina, pobre, negra e dos pequenos produtores agrícolas.

O curso buscou promover e qualificar o enfrentamento da insegurança alimentar por meio da formação, tendo como base a vigilância em saúde, a soberania, segurança alimentar e nutricional e as boas práticas de alimentação no contexto da agroecologia. Sendo voltado para agricultores familiares, trabalhadores de cozinhas solidárias e lideranças de 18 cozinhas solidárias; teve como objetivo o fortalecimento das redes de cooperação para a construção de uma economia solidária, visando à promoção da saúde e o enfrentamento da insegurança alimentar em populações vulnerabilizadas na Baixada Fluminense/ RJ. O curso “Soberania Alimentar e Agroecologia: Boas Práticas para Cozinhas Solidárias Promotoras da Saúde” juntamente com o curso “Boas Práticas de manipulação de Alimentos” marca o início da participação da Escola na formação de agentes populares de alimentação que estão envolvidos em diferentes espaços e cozinhas do território nacional na luta pela segurança alimentar.

Outros cursos foram realizados em parcerias com movimentos sociais, tais como: o Curso de Qualificação Profissional em Vigilância em Saúde Ambiental para Bacias Hidrográficas (2004), curso misto voltado para agentes públicos de diversas secretarias do município de Magé-RJ e



Foto da formatura da turma do curso Soberania Alimentar e Agroecologia: Boas Práticas para Cozinhas Solidárias Promotoras da Saúde

Logomarca do Movimento dos Pequenos Agricultores

para lideranças comunitárias, sobretudo, comunidades tradicionais de Caiçaras de Magé-RJ; Curso de Especialização *Lato Sensu* em Educação Profissional em Saúde – Trabalho, Educação e Movimentos Sociais (2011 a 2015) com o MST; Curso de Atualização Profissional em Vigilância, Educação e Comunicação em Saúde de Base Territorial (2024), em parceria com Observatório de Favelas; Curso de Desenvolvimento Profissional para Agentes Populares de Alimentação e Saúde (2025), em parceria com MPA a partir do projeto desenvolvido no âmbito da chamada pública de Apoio às Ações de Saúde Integral nas Favelas do Rio de Janeiro da Fiocruz – realizado em quatro favelas do município do Rio de Janeiro.

6.4 – As modalidades de cursos na EPSJV

Numa mirada geral, chama a atenção o volume de cursos realizados para capacitação de docentes, dirigentes/gestores e profissionais de saúde/instrutores, tanto a nível nacional como internacional. Desde os anos 1980, a escola realiza a formação docente em diversas modalidades de cursos: atualização, desenvolvimento profissional, qualificação profissional, aperfeiçoamento e pós-graduação *lato sensu*.

Na modalidade Atualização podem-se citar os cursos para Supervisores em APS (1987); de Técnicas Pedagógicas em Atenção Integral à Saúde da Mulher/Práticas Educativas em Atenção Integral à Saúde da Mulher (1992 a 2006); Capacitação de Docentes das Escolas Municipais do 4º CRE (1995-1996); para Gestores das ETSUS (1996); Multiplicadores de Saúde Mental (2000); Instrutores em Registros de Saúde (2002); Gestão da Vigilância Sanitária para Dirigentes Municipais do Estado do RJ (2005); Fundamentos de Planejamento e Currículo na Educação de Técnicos em Saúde (Guiné-Bissau, 2009); Formação de Docentes ACSs (2011); Formação Docente da Educação Profissional em Saúde para os Países da CPLP (2015); Formação Docente em Educação Popular em Saúde (2022-2023); Formação Pedagógica em Educação Popular e Plantas Medicinais em AB (2022 e 2024) e Formadores de Cuidadores de Pessoas Idosas (2023-2024).

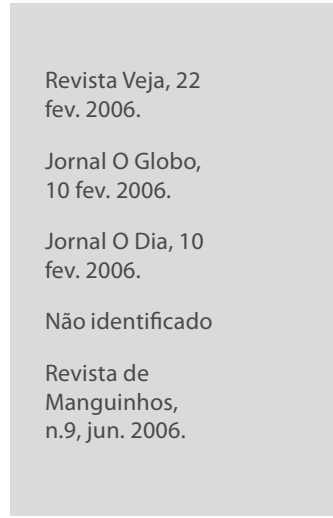
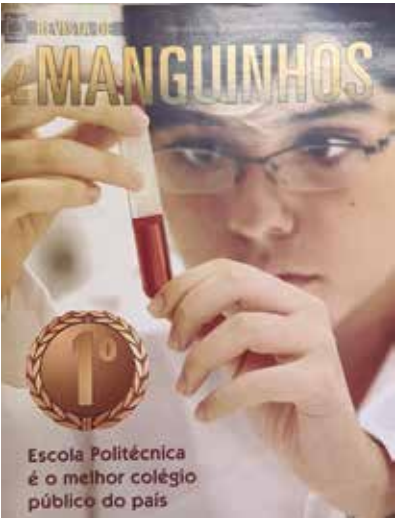
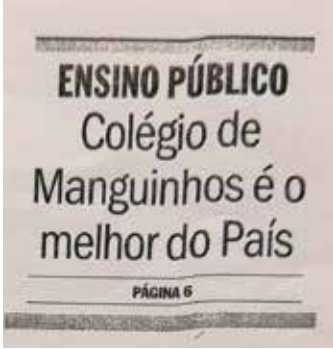
Na modalidade de Desenvolvimento Profissional, citamos os cursos para Supervisores em Saúde (1989); Docente em Registro de Saúde (1996); Preparação para Educador de Creche/Educador Infantil (1986 a 2024) e Formação de Técnicos em Saúde: princípios e diretrizes (Guiné-Bissau, 2008). Na modalidade Qualificação Profissional os cursos para Docentes da Educação Profissional modalidade EJA (2008-2009). Na modalidade Aperfeiçoamento Profissional, o curso para Docentes da Educação Popular em Saúde (2016).

Na modalidade Pós-Graduação *Lato Sensu*, além dos mencionados anteriormente, temos os cursos de Aperfeiçoamento Pedagógico para Docentes/EJA (2008); Capacitação Profissional de Docentes para Educação do Adulto Trabalhador (2008); Capacitação Profissional de Docentes em Políticas de Saúde (2008); Capacitação de Docentes em Educação Profissional em Saúde (2006 a 2011 e 2013 a 2015); Formação Docente (Uruguai, 2016-2017).

A Escola, nos últimos anos, abrigou outras propostas inovadoras e acolheu a diversidade nos seus cursos. São exemplos o curso de Atualização em Memória, História, Identidade e Territórios: Produzindo e Preservando Registros e Informações (2020 e 2023), o de Qualificação Profissional em Educação Audiovisual (2022 a 2024) e o de Desenvolvimento Profissional para Educadores Populares LGBT em Saúde LGBTI+ do Campo e Prevenção às IST/HIV/AIDS (2022).



Destaque para o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio (CTNMS) que, no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) do Ministério da Educação, em 2005, ficou em 2º lugar no ranking geral das escolas a nível nacional, e em 1º lugar entre as escolas públicas brasileiras. As razões para o bom desempenho foram atribuídas ao quadro docente qualificado, já que 70% deles tem formação de mestrado ou doutorado, ao tempo de permanência do aluno na escola, em média 8 horas diárias, e à infraestrutura escolar com moderno laboratório de ciências e informática (Antunes, 2006).



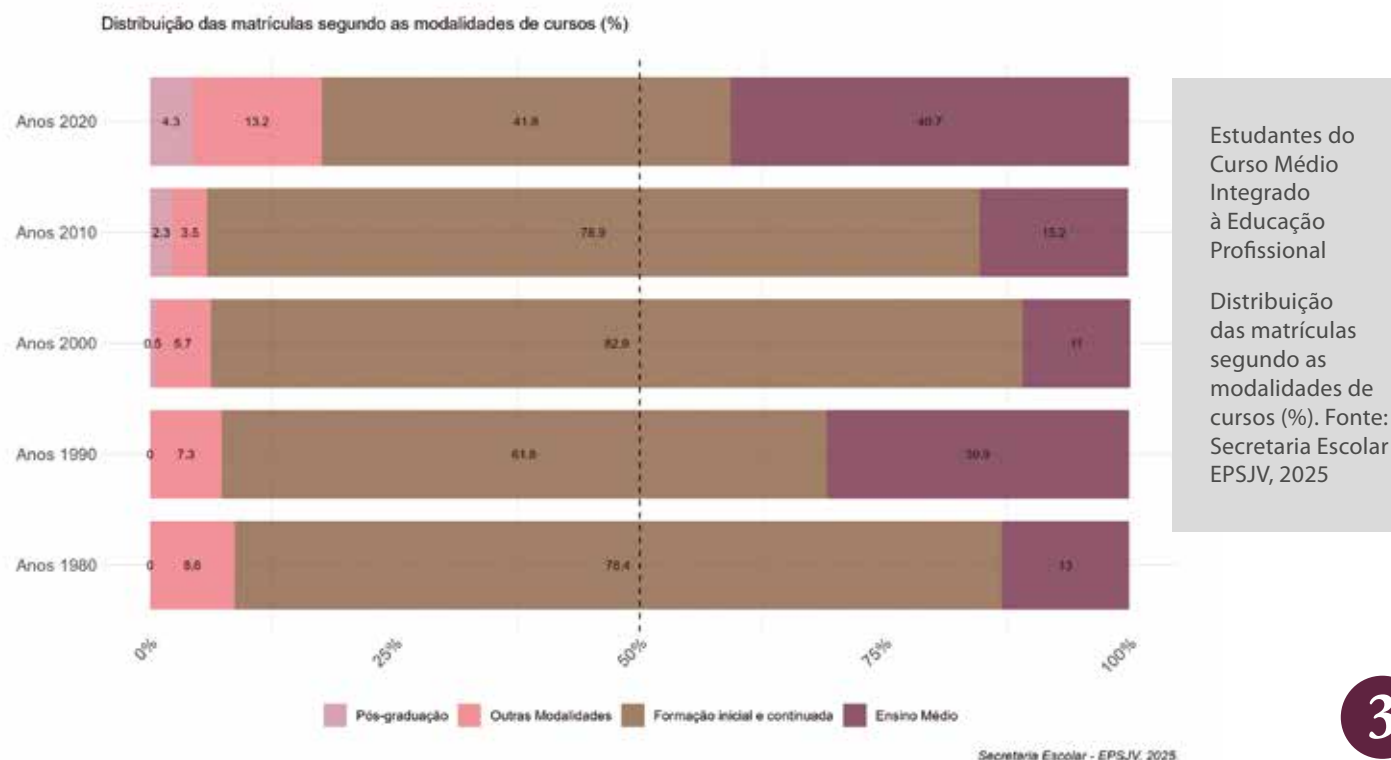
Outros veículos de comunicação ressaltaram a proposta educativa, que inclui, além das disciplinas técnicas, as de filosofia, sociologia, música, teatro, artes visuais, educação física e expressão corporal, e a exigência de uma monografia ao fim do curso. O foco do ensino médio integrado não é preparar o aluno para prestar o exame do Enem/vestibular ou prioritariamente para o mercado de trabalho, mas fundamentar uma visão crítica para compreender a realidade, se apropriar dela e transformá-la.

No quadriênio 2005-2009, o CTNMS passou por importantes reformulações. A Coordenação Geral do Ensino Técnico de Nível Médio (Cogetes), prevista regimentalmente desde 2004, foi instituída em 2005. Em 2006, iniciou-se a revisão dos conteúdos do Módulo Básico, dando origem ao primeiro formato de Iniciação à Educação Politécnica (IEP), que estabeleceu o Trabalho de Integração (TI) como uma proposta curricular articulada em torno de um único tema com suficiente potencial integrador. Entre 2008 e 2009, a Cogetes coordenou, de modo colegiado, a reforma curricular, promovendo uma integração mais radical entre a formação geral e as habilitações técnicas, estruturando o curso em torno de quatro eixos — Política, Ciência, Saúde e Trabalho — e o retorno aos quatro anos de duração do CTNMS. Estes eixos, grandes âmbitos conceituais, têm a capacidade de

reunir e sintetizar componentes curriculares comuns e complementares de Habilitações Técnicas em Saúde e disciplinas da Formação Geral do Nível Médio, dispondo-se ao longo do curso de modo heterogêneo em suas cargas horárias e parcialmente concomitantes e subsequentes entre si.

No interior desta nova composição curricular, a IEP não apenas deixa de ser um componente curricular introdutório a temas da Saúde Coletiva, mas se reorganiza em torno dos eixos e se estende pelos quatro anos do CTNMS. Neste novo formato, abrem-se possibilidades de participação de professores de diferentes laboratórios compartilhando os mesmos momentos pedagógicos, em função da multidisciplinaridade convocada pela forma integradora de definição programática de cada componente curricular.





3

Finalmente, pode-se dizer que o processo de nacionalização e internacionalização de cursos da EPSJV ocorreu, fundamentalmente, através de cursos de Formação Inicial e Continuada (cursos FIC). A proposição de “descentralização e ampliação do curso [técnico de nível médio em saúde] em âmbito nacional” (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2005, p. 131), não se realizou, por motivos compreensíveis, na medida em que exige alto investimento em estrutura física e pessoal docente e administrativo. A expansão de atuação da Rede EPCT, vinculada ao Ministério da Educação para a área de saúde, a partir de 2011, não impede essa nacionalização nos termos descritos no documento de 2018. (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2018)

Ademais, há espaço de articulação e discussão com a Rede RET-SUS e Rede EPCT no que diz respeito aos fundamentos da formação politécnica no ensino médio e do trabalho como princípio educativo, como indicam as pesquisas ‘Trabalho, Educação e Correntes Pedagógicas no Brasil. Um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde’ (Ramos, 2010) e ‘A Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Saúde na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica brasileira face ao atual Plano Nacional de Educação’ (Ramos, 2021). O Fórum Nacional Permanente de integração das

Redes RET-SUS/EPCT, proposta em 2017 no Fórum Regional Nordeste, pode ser construído como espaço para debates, avaliação e possível descentralização e implantação do Mestrado Profissional e outros cursos.

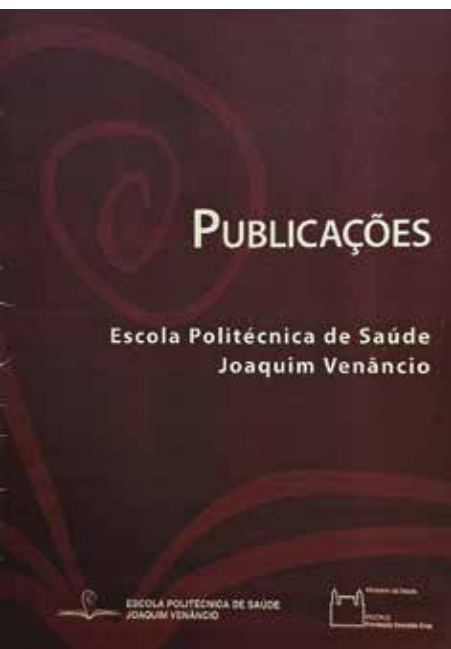
Outra frente de abordagem da perspectiva de ‘descentralização da formação politécnica’, refere-se à proposição inicial da Pós-graduação *Stricto Sensu* de implantar o Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde nas Unidades da Federação por meio de parcerias com as respectivas universidades que tenham consolidada, nas áreas de Educação e Saúde, a produção de conhecimentos sobre a relação entre trabalho, educação e saúde.

Essa proposição foi referendada em 2018 quando da discussão sobre a atualização do Projeto Político institucional (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2018) e foi delineada como uma das ações da ‘Agenda Estratégica da Unidade’, com a expansão e descentralização do Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde em âmbito nacional e articulado com os institutos regionais da Fiocruz e universidades estaduais e federais sediadas nas Unidades da Federação.

Desde 2008, no VI Congresso Interno, a Fiocruz formulou um plano estratégico de requalificação do seu projeto nacional para as regiões menos desenvolvidas do país, seguindo a lógica de regionalização do desenvolvimento em C&T em Saúde, incluindo a área de Ensino. Portanto, as possibilidades e perspectivas estão abertas para ampliar a descentralização dos diversos cursos em nível nacional.

7) Publicações Institucionais

O crescimento do campo da Pesquisa e do Desenvolvimento Tecnológico na Escola, expresso pelo aumento significativo da produção de livros, artigos e material didático, pela participação dos professores-pesquisadores em congressos, bancas examinadoras e editais de pesquisa, bem como a definição das linhas de pesquisa da EPSJV e a aprovação do Termo de Referência em Pesquisa, em 2009, e a indexação da revista Trabalho, Educação e Saúde na Coleção Scielo nesse mesmo ano, vieram reforçar o ‘lugar de pesquisa’ conquistado por esta unidade técnico-científica da Fiocruz e a necessidade de uma política editorial que norteie a produção e divulgação das publicações da EPSJV. (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012)



Catálogo das
publicações
da EPSJV.
[Acervo
EPSJV]

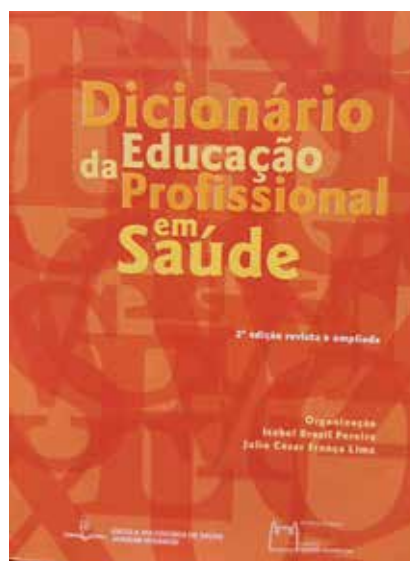
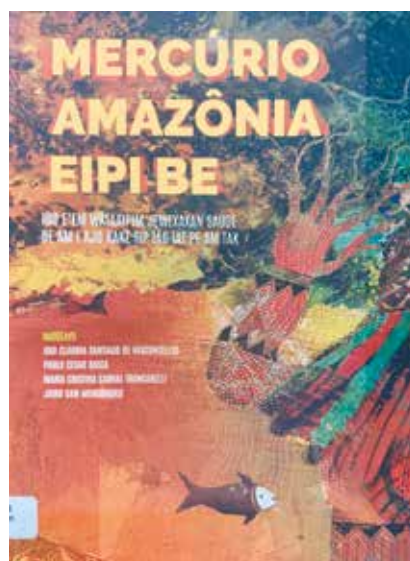
Para zelar pelo aperfeiçoamento constante dessa Política, supervisionar a sua execução e promover a avaliação permanente de originais produzidos pelos profissionais da EPSJV, com base em pesquisas institucionais ou em parceria com outras instituições e unidades da Fiocruz, submetidos à possível publicação pela Escola, foi criado o Conselho de Política Editorial (CPE), em 2012.

O principal objetivo de uma política editorial é acompanhar e administrar esse crescimento de forma coletiva e institucional, garantindo que as publicações da EPSJV expressem a qualidade e o rigor científico que se espera de uma instituição de pesquisa e a responsabilidade com os recursos de uma instituição pública.

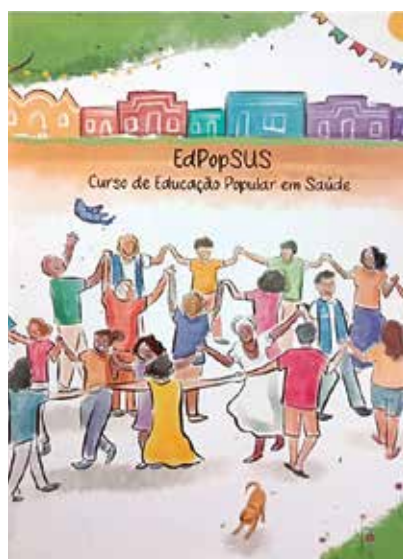
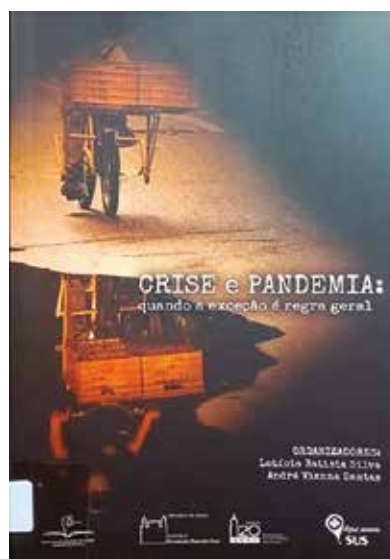
Essa política se orienta por dois princípios: i) garantir que a produção editorial da EPSJV seja orientada pelo rigor do conhecimento científico, segundo uma concepção de ciência que valoriza e dialoga com as experiências (pedagógicas, organizativas, gestoras) e os saberes produzidos fora do espaço estrito da Academia; ii) defender o caráter público de todo conhecimento produzido por instituições públicas.

A EPSJV publica materiais que dizem respeito e dialogam com as suas grandes áreas de atuação e reflexão (Trabalho, Educação e Saúde), expressas no seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e nas suas Linhas de Pesquisa. Os originais a serem submetidos à avaliação para publicação devem resultar de uma das seguintes categorias: *Resultados de Pesquisa, Resultados dos processos formativos do corpo discente da EPSJV, Resultados dos processos formativos dos trabalhadores da EPSJV, Sistematizações de Cursos e Experiências Docentes, Material didático e Anais de Eventos Científicos.*

De acordo com a classificação acima, as publicações institucionais se concentram em três categorias por ordem de frequência: Resultados de Pesquisa, Sistematização de Cursos e Experiências Docentes e Material Didático. A EPSJV vem cumprindo assim o seu compromisso com a produção e disseminação do conhecimento em Trabalho, Educação e Saúde, com ênfase na Educação Profissional em Saúde e Formação Politécnica, permitindo o acesso livre e aberto da sociedade e das escolas e redes de educação profissional ao conteúdo integral de todas as suas publicações em ambiente virtual, além de garantir a distribuição gratuita dessas publicações para as bibliotecas de todo o país.



livros produzidos pela epsjv ao longo dos anos e acessíveis no site eletrônico. <https://www.epsjv.fiocruz.br/publicacoes/livros>



3

Referências

ANTUNES, Camila. As escolas campeãs. **Revista Veja**, Rio de Janeiro, p. 92, 22 fev. 2006.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. **Educação Profissional em Saúde (BVS-EPS)**. 2006. Disponível em: <https://www.bvseps.icict.fiocruz.br/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Educação Profissional em Saúde: Multidisciplinar II – Sociais e Humanidades**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. (Identificação da Proposta 3980 - Mestrado Profissional).

CASTRO, Gigi *et al.* **Curso Técnico em Meio Ambiente (CTMA): o curso**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2017. v. 1. (Coleção Tramas e Tessituras, 1). Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/26077>. Acesso em: 28 jul. 2025.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. **Acervo do 1º Encontro Ibero-americano de Educação Baseada em Simulação - RETS-SIM**. 2025a. Disponível em: <https://www.rets.epsjv.fiocruz.br/biblioteca/acervo-do-1o-encontro-ibero-americano-de-educacao-baseada-em-simulacao-rets-sim>. Acesso em: 28 jul. 2025.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. **Ações estratégicas do Projeto Político Institucional da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2018. Mimeografado.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. Atividades da Secretaria Técnica da RET-SUS são transferidas para o Deges/SGTES. **Revista RET-SUS**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 8, maio/jun., 2008.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. **Carta à Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde (CONACS) e demais entidades e movimentos representativos dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS)**. Rio de Janeiro: EPSJV, [2016?]. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/documentos/noticias/carta_conacs_final.pdf. Acesso em: 19 maio 2025.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. **Centro Colaborador da OMS**. 2004. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/centro-colaborador-da-oms>. Acesso em 16 maio 2025.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. **[Contribuições da Vice-direção de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico para o PPP]**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2024.

ESCOLA POLITÉCNICA DA SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. Em busca da EPSJV pública e estratégica. *In*: ESCOLA POLITÉCNICA DA SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. **Caderno de debates**. Rio de Janeiro: EPSJV, 1999. p. 77-108.

ESCOLA POLITÉCNICA DA SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde. **Turma RET-SUS Nordeste:** Relatório final. Rio de Janeiro: EPSJV, 2017.

ESCOLA POLITÉCNICA DA SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde. **Turmas RET-SUS Norte, Centro-Oeste e São Paulo, Sul e Sudeste:** Relatório final. Rio de Janeiro: EPSJV, 2019.

ESCOLA POLITÉCNICA DA SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. Observatório dos Técnicos em Saúde. **Linha do Tempo do Observatório dos Técnicos em Saúde.** Disponível em: <https://www.observatorio.epsjv.fiocruz.br/linha-do-tempo-do-observatorio-dos-tecnicos-em-saude>. Acesso em: 10 abr. 2025b.

ESCOLA POLITÉCNICA DA SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. Observatório dos Técnicos em Saúde. **Multimídia.** Disponível em: <https://www.observatorio.epsjv.fiocruz.br/multimidia>. Acesso em: 10 abr. 2025c.

ESCOLA POLITÉCNICA DA SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. Observatório dos Técnicos em Saúde. **Publicações.** Disponível em: <https://www.observatorio.epsjv.fiocruz.br/publicacoes>. Acesso em: 10 abr. 2025d.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. **Pedagogia das águas em movimento:** experiência de educação popular em saúde ambiental. Rio de Janeiro: EPSJV, 2021. Material pedagógico sistematiza a experiência coletiva do curso Pedagogia das Águas em Movimento. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/series/livros/1213>. Acesso em: 28 jul. 2025.

ESCOLA POLITÉCNICA DA SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. **Política editorial.** Rio de Janeiro: EPSJV, 2012. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/documentos/arquivos-documentos/politica_editorial.pdf. Acesso em: 2 jun. 2025.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. **Portfólio de pesquisa.** [2023?]. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/pesquisa/portfolio-de-pesquisa/portfolio-de-pesquisa>. Acesso em: 28 jul. 2025.

ESCOLA POLITÉCNICA DA SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. **Programa de aperfeiçoamento do ensino técnico da EPSJV.** Rio de Janeiro: EPSJV, 1994. Mimeografado.

ESCOLA POLITÉCNICA DA SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. Programa de Vocação Científica. **Observatório Juventude, Ciência e Tecnologia.** <https://www.juventudect.epsjv.fiocruz.br>. Acesso em: 10 abr. 2025e.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO (org.). **Projeto Político Pedagógico.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. **Relatório da Gestão EPSJV 2017-2021**. [2021]. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/escola/documentos>. Acesso em: 28 jul. 2025.

ESCOLA POLITÉCNICA DA SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. **Termo de referência em pesquisa**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009.

LEHER, Elizabeth M. T. *et al.* **Curso de formação para docentes da área da saúde da Universidade da República do Uruguai**: Relatório final. Rio de Janeiro: EPSJV, 2017.

LIMA, Júlio Cesar F.; VIEIRA, Monica; REIS, Renata RET-SUS: dinamizando parcerias. **Vox Poli**, Rio de Janeiro, p. 4-5, jan. /fev. /mar. 2001.

PEREIRA, Ingrid D.F. *et al.* **Manual sobre biossegurança para reabertura de escolas no contexto da Covid-19**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2020. 41 p. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/45991>. Acesso em: 28 jul. 2025.

PEREIRA, Sandra. MEC propõe mudanças curriculares no ensino médio. **Revista Poli**: Saúde, Educação, Trabalho, Rio de Janeiro, Ano I, n.6, p. 8-9, jul./ago. 2009.

PRONKO, Marcela A. *et al.* **Curso de especialização em educação e agroecologia**: relatório final. Rio de Janeiro: EPSJV, 2021.

RAMOS, Marise N. *et al.* **A Educação profissional técnica de nível médio em saúde na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica brasileira face ao atual plano nacional de educação**: Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: EPSJ, 2021. Disponível em: <https://www.observatorio.epsjv.fiocruz.br/pesquisas>. Acesso em: 4 jun. 2025.

RAMOS, Marise N. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil**: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.

STAUFFER, Anakeila B. *et al.* **Avaliação de processo de cooperação técnica internacional entre Brasil e Argentina na formação de trabalhadores técnicos em saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2015.

STAUFFER, Anakeila B. *et al.* **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**: 10 anos como centro colaborador da OMS para a Educação de Técnicos em Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, 2014.

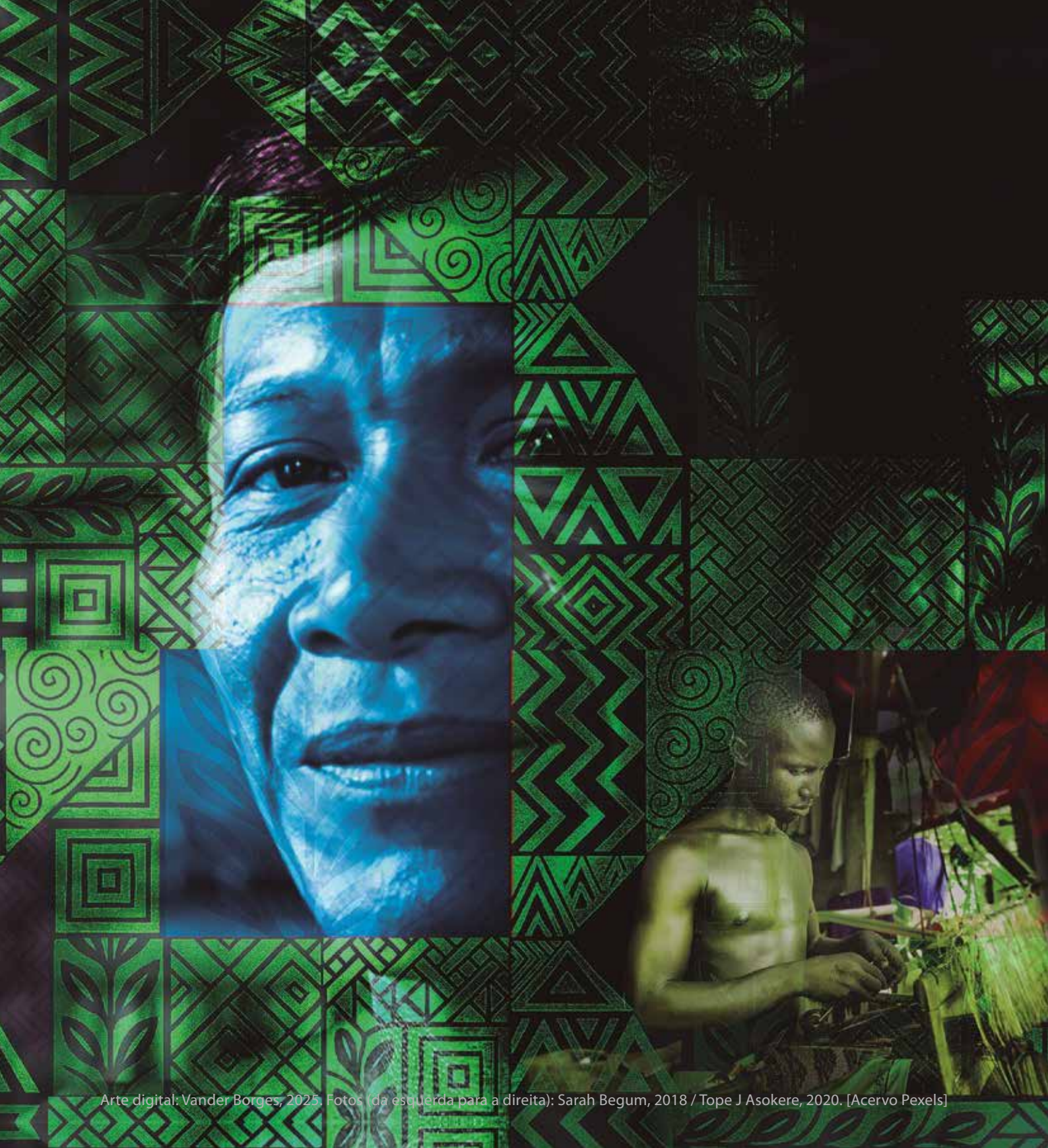
STAUFFER, Anakeila B. *et al.* **Relatório técnico do curso de desenvolvimento profissional de educadores/as populares em Saúde LGBTI+ do campo e prevenção às IST/ HIV/ Aids**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2022.

TORRES, Raquel. Educação e saúde no campo: Experiência de movimentos sociais serve como ponto de partida para a formulação de políticas públicas. **Revista Poli**, Rio de Janeiro, Ano I, n. 2, p. 4-9, nov. /dez. 2008. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/revista_poli_-_2.pdf. Acesso em: 4 jun. 2025.



4

TEMPO FUTURO



Arte digital: Vander Borges, 2025. Fotos (da esquerda para a direita): Sarah Begum, 2018 / Tope J Asokere, 2020. [Acervo Pexels]

Tempo Futuro

O que é o futuro? É uma ilusão? É fruto da nossa imaginação e desejo? É o aqui e agora? Na cultura ocidental é costume prever o futuro, ou com base na ciência analisando as tendências mediante mudanças que se operam na sociedade e na natureza, ou no âmbito das instituições elaborando ações estratégicas para alcançar mudanças num futuro possível.

O futuro possível será entendido aqui pela expressão “A Escola que temos e a Escola que queremos”. As instituições têm seus tempos e movimentos, e desde 2014 a EPSJV discute sob a condução política da Direção e do seu Conselho Deliberativo (CD) a atualização do Projeto Político Institucional (PPI), em decorrência da grande expansão e diversificação dos quadros da Escola, ao mesmo tempo em que aponta para o necessário debate acerca da contemporaneidade da politécnica. Como parte desse processo, em 2018, o CD estabeleceu ações prioritárias para a configuração de uma Agenda Estratégica da Unidade, com base nas teses e diretrizes aprovadas no VIII Congresso Interno da Fiocruz, realizado no mesmo ano. Em 2024, retoma o processo de discussão para atualização do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), aprovado em 2005.

No âmbito das discussões do novo PPP é unânime a referência à politécnica como o principal conceito político-pedagógico para o trabalho educativo realizado em todos os laboratórios (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2024). Incorporada desde o Seminário Choque Teórico I, realizado em dezembro de 1987, se constituiu como base teórica e direção ético-política da Escola e do atual Curso Técnico de Nível Médio em Saúde (CTNMS) criado em 1988, na perspectiva da integração entre educação média e educação profissional, ou na perspectiva da omnilateralidade. A segunda questão diz respeito à potência e vitalidade do ‘trabalho como princípio educativo’. Tratado como sinônimo de politécnica, é uma concepção que transcende a discussão da integração e se capilariza nos cursos de formação inicial e continuada, nos cursos técnicos profissionalizantes, aperfeiçoamento, especialização e pós-graduação.

Dermeval Saviani (1989) diz que o trabalho é um princípio educativo geral e que toda a educação se organiza segundo esse conceito. Se no ensino fundamental essa noção está implícita nos componentes curriculares, no ensino médio ela deve ser explicitada. “Agora, trata-se de explicitar o modo como o trabalho se desenvolve e está organizado na sociedade moderna. Aí é que entra, então, a questão da politecnia” (1989, p.12-13). Em outras palavras, a politecnia se explicita no ensino médio integrado, mas o ‘trabalho como princípio educativo’ é um princípio educativo geral que organiza todos os níveis de ensino e cursos.

De modo que, em se tratando de uma escola de formação profissional de trabalhadoras e trabalhadores em saúde, mesmo sem a integração com o ensino médio, o conceito e a realidade do trabalho podem ser explicitados em todas as modalidades de cursos, como parece ocorrer na EPSJV. Portanto, não é de surpreender a vitalidade e a potência da concepção de politecnia e do princípio educativo do trabalho, mas que não prescindem de investigação e aprofundamento do debate.

Por outro lado, as equipes indicam a necessidade de articular essa noção com os debates contemporâneos, principalmente no que diz respeito à perspectiva interseccional de classe, raça e gênero. Os estudos interseccionais, de forma ampla, abrangem diversos marcadores sociais da diferença, tais como território, idade/geração e sexualidade.

Os processos sociais que influenciam e determinam a saúde da população, a educação das trabalhadoras e trabalhadores e o trabalho na sociedade não podem ser descolados dos seus vínculos com a própria construção da sociedade brasileira, com a história de extermínio dos povos indígenas, com a escravização da população negra, com as relações sociais patriarcais que produzem a misoginia e a violência de gênero. Esses processos alijaram a ainda alijam a maioria da população dos espaços decisórios e de poder, mascarando a imensa desigualdade social, racial e de gênero existente no Brasil.

A perspectiva da interseccionalidade foi concebida por pensadores e ativistas negros com base na análise de desvantagens múltiplas. Consideram que o racismo, a exploração de gênero, a classe social e outras formas de opressão não são independentes umas das outras, elas atuam em planos múltiplos, muitas vezes simultâneos e amplificados. Portanto, de acordo com essa abordagem não deve ser dada precedência ou proeminência a nenhuma forma de opressão na análise dos marcadores sociais da diferença.

A politecnia e interseccionalidade não são perspectivas antagônicas, ao contrário, se potencializam mutuamente. Essa parece ser a principal questão posta para os debates futuros, mas não é a única. Do ponto de vista teórico há outras abordagens indicadas pelas equipes, como a perspectiva decolonial e quilombola; a ancestralidade e saberes ancestrais; a antropologia simétrica; a filosofia da diferença; a teoria queer; a teoria do feminismo; a ecologia política; a necropolítica; a educação antirracista; o racismo ambiental; a pedagogia do território; a memória; e a educação popular em saúde.

Outras temáticas também foram levantadas como, por exemplo, a discussão em torno do conceito ampliado dos técnicos em saúde; ou sobre inteligência artificial; saúde digital; saúde única; saúde, ciência, tecnologia e inovação; ciência aberta; vigilância popular em saúde; emergência climática; ambiência; convergência de mídias; e precarização do trabalho.

De uma maneira ou de outra, as abordagens parecem convergir para ampliar a discussão em torno da redução das desigualdades sociais e iniquidades, e elaborar políticas sociais mais inclusivas e afirmativas, de garantia de direitos e diversidade.

No âmbito da formação escolar há um esforço para definir perfis estratégicos visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), organizados em três eixos: Atenção e Gestão dos Cuidados em Saúde; Saúde, Ambiente, Emergência Climática e Insegurança Alimentar; e Saúde, Ciência, Tecnologia e Inovação.

Portanto, o futuro da EPSJV está acontecendo aqui e agora, mas diante de enormes desafios para o futuro do trabalho, da educação e da saúde. A educação profissional em saúde é uma área interdisciplinar que integra os conhecimentos dessa tríade e que desafia a Escola a avançar na produção teórica e prática. A emergência da inteligência artificial, a crise climática que coloca em xeque o futuro da humanidade, e as mudanças demográficas, epidemiológicas e ambientais que acompanham esse processo provocam impactos no mundo do trabalho, na necessidade de (re)configurar as profissões existentes e/ou da criação de novos perfis profissionais, e na perspectiva de fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) de caráter público, universal e integral.

Nesse cenário, a dimensão ontológica de produção da vida adquire relevância diante da complexidade desses desafios globais. No abril indígena comemorado em 2025, os povos indígenas chamaram a atenção para que o ‘Futuro é Ancestral’, isto é, está nos saberes e



Foto: Cottonbro Studio, 2020.
[Acervo Pexel] - Educação,
Diversidade e Inclusão

Foto: Igor Kishi, 2022. [Acervo
Pexel] - O Futuro é Ancestral

Foto: Polina Tankilevitch, 2021.
[Acervo Pexels] - Educação
Antirracista

Colagem digital: Julio Lima
e Vander Borges , 2025 -
Determinação Sócio Ambiental,
Território e Classe Social

Referências

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM
VENÂNCIO. **Projeto Político Pedagógico**. Rio de
Janeiro: EPSJV, 2024. Versão preliminar.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. 1. ed. São Paulo:
Companhia das Letras, 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politécnica**.
Rio de Janeiro: Fiocruz; EPSJV, 1989.

Diretoras e Diretores da Epsjv 1985-2025





José Fernando de Souza Verani
07/1985 - 05/1987



Antenor Amâncio Filho
05/1987 - 12/1993



Tania Celeste Matos Nunes
12/1993 - 12/2000



Lúcia Maria Dupret
01/2001 - 06/2001



André Malhão
05/2001 - 05/2009



Isabel Brasil Pereira
06/2009 - 10/2011



Cristina Araripe Ferreira
10/2011 - 12/2011



Mauro de Lima Gomes
12/2011 - 05/2013



Paulo Cesar de Castro Ribeiro
05/2013 - 05/2017



Anakeila de Barros Stauffer
05/2017 - 06/2021



Anamaria D'Andrea Corbo
06/2021 - Atual

Poli 40
Anos



Minibiografias

JOSÉ FERNANDO DE SOUZA VERANI

07/1985 – 05/1987

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ), doutor em Ciências na área de Saúde Pública (ENSP). Pesquisador titular da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

ANTENOR AMÂNCIO FILHO

05/1987 - 12/1993

Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), especialista em educação (PUC-RJ), doutor em Educação (UFRJ). Pesquisador titular da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP).

TANIA CELESTE MATOS NUNES

12/1993 - 12/2000

Graduada em Nutrição pela Universidade Federal da Bahia (UFBa), mestra em Saúde Comunitária (UFBa), doutora em Saúde Pública (ENSP-FIOCRUZ), Pós-doutorado em Educação na Saúde (UFBA). Vice Presidente de Ensino e Recursos Humanos, da Fiocruz, entre 2000 e 2004. Tecnologista sênior da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

LUCIA MARIA DUPRET

Diretora interina - 01/2001 - 05/2001

Graduada em Enfermagem pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestra em Educação em Ciências e Saúde (UFRJ), doutora em

Educação em Ciências e Saúde (UFRJ). Coordenadora Geral EAD-ENSP entre 2002-2017. Vice-Diretora de Ensino da ENSP entre 2017-2021. Tecnologista em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

ANDRÉ MALHÃO

05/2001 - 05/2009

Bacharel e licenciado em Ciências Biológicas pela Faculdade de Humanidades Pedro II, especialista em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (FE-UFF). Diretor geral da Associação dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz (Asfoc), no biênio 1997-1998. Tecnologista sênior da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

ISABEL BRASIL PEREIRA

06/2009 - 10/2011

Bacharel e licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mestra em Educação (UERJ), doutora em Educação: História, Política, Sociedade (PUC-SP). Vice-Diretora de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, da EPSJV, entre 2005 e 2009. Pesquisadora em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

CRISTINA ARARIPE FERREIRA

Diretora interina - 10/2011-12/2011

Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), mestre em Histoire Des Sciences Et Épistémologie (Université Paris 7), doutora em História da Ciência e da Saúde (COC/Fiocruz). Chefe do Departamento de Formação Profissional em C&T em Saúde entre 2001-2004, Coordenadora do Laboratório de Iniciação Científica na Educação Básica (LIC-PROVOC) entre 2004-, Pesquisadora em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

MAURO DE LIMA GOMES

12/2011 - 05/2013

Graduado em Enfermagem pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre em Políticas Públicas e Formação Humana (PP-FH-UERJ), doutor em Políticas Públicas e Formação Humana (PP-FH-UERJ). Coordenador do Laboratório de Vigilância em Saúde da EPSJV entre 2011 e 2012. Tecnologista em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz.

PAULO CESAR DE CASTRO RIBEIRO

05/2013 - 05/2017

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH-UERJ), doutor em Serviço Social (UFRJ). Diretor geral da Associação dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz (Asfoc), no triênio 2009-2011. Coordenador do Laboratório de Educação Profissional de Gestão em Saúde da EPSJV entre 2012-2013. Professor-Pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV).

ANAKEILA DE BARROS STAUFFER

05/2017 - 06/2021

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (UERJ), mestra em Educação (UERJ), doutora em Educação (PU-C-RJ). Coordenadora da Cooperação Internacional (CCI-EPSJV) entre 2014-2016. Pesquisadora em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

ANAMARIA D'ANDREA CORBO

06/2021 - Atual

Graduada em Odontologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), especialista em Educação Profissional em Saúde (EPSJV), mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (UFRJ), doutora em Ciências Sociais (Universidade de Buenos Aires-Argentina). Coordenadora da Cooperação Internacional (CCI-EPSJV) entre 2005-2012. Professora-Pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV).

Este livro foi impresso pela gráfica Imprimindo
conhecimento gráfica & editora, para Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, em 2025.

Utilizaram-se as fontes EB Garamond e Myriad Pro na
composição, papel couchet 120g/m² para o miolo e Papel
Supremo 300g/m² para a capa, formato 21x23.

Tiragem 1.000